



organizações  
& sociedade

Especial  
Marxismo

73





**Publicação da Escola de Administração e do Núcleo de Pós-Graduação  
em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA)  
ISSN 1413-585x - Salvador, v. 22, n. 73, p. 183-294, Abr./Jun. - 2015**

A revista **Organizações & Sociedade (O&S)** é uma publicação trimestral que tem como propósito disseminar a produção de conhecimento em Administração e áreas afins. Os artigos publicados configuram um amplo espectro epistemológico e com ênfase em relevante densidade teórica e metodológica. Ao lado de artigos alinhados com o mainstream, abre significativo espaço para artigos localizados na fronteira do conhecimento, acolhendo temáticas não convencionais. A revista contempla artigos sobre organizações públicas, privadas e do terceiro setor, que abrangem a inter, multi e transdisciplinaridade, articulando dialeticamente as organizações no contexto de compreensão da sociedade contemporânea.

#### **Editor-Chefe**

Antônio Sérgio Araújo Fernandes

#### **Editora Executiva**

Ariadne Scalfoni Rigo

#### **Editor Executivo**

Sandro Cabral

#### **Coeditor de Indexação e Difusão Digital**

Paulo de Arruda Penteado Filho

#### **Secretária Executiva**

Tamires Lordelo

#### **Logomarca O&S**

Rosa Ribeiro (Cateto Design)

B. F. Maia Neto

#### **Projeto Gráfico**

Boaventura F. Maia Neto

#### **Editoração Eletrônica**

Caboverde Tecnologia e Serviços LTDA.

#### **Revisão e normalização**

Isadora Cal Oliveira e Adriana Caxiado

#### **Capa**

Mapa da Confederação Germânica em 1848

#### **Indexadores e Diretórios:**

Catálogo Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Directorio Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

DOAJ - Directory of Open Access Journals

e-revist@s - Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas

Periódicos CAPES - Portal Brasileiro da Informação Científica

Periódicos Eletrônicos da UFBA

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SPELL - Scientific Periodicals Electronic Library

Sumarios.org - Sumários de Revistas Brasileiras

Ulrich's Periodicals Directory

**Tiragem:** 150 exemplares

**Circulação:** Abril 2015

Organizações & Sociedade: O&S / Universidade Federal da Bahia, UFBA :  
Núcleo de Pós-graduação em Administração, NPGA/Editora da Universidade  
Federal da Bahia, EDUFBA. - vol.1, n. 1 (1993)- . - Salvador: UFBA: NPGA/  
EDUFBA, 1993-  
v. il. : 26cm

Trimestral, 2005-  
Quadrimestral, (1997 - 2004).  
Semestral (1993 - 1996).  
ISSN 1413-585x

1. Administração - Periódicos. 2. Organizações - Periódicos.  
I. Universidade Federal da Bahia. Núcleo de Pós-graduação em Administração,  
NPGA/Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA. II. Título: O&S

CDD 658



**PAPEL RECICLADO**

## Conselho Editorial

Alexandre Carrieri - Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG. Belo Horizonte/MG/Brasil  
André Carvalhal - Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Rio de Janeiro/RJ/Brasil  
Anielson Barbosa da Silva - Universidade Federal de Paraíba-UFPB. João Pessoa/PB/Brasil  
Decio Zylbersztajn - Universidade de São Paulo-USP. São Paulo/SP/Brasil  
Eugene Enriquez - Université Paris VII. Paris/FR  
Fabio Chaddad - University of Missouri. Missouri/EUA  
Graziela D.Alperstedt - Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. Florianópolis/SC/Brasil  
Jean Louis Laville - Conservatoire National des Arts et Métiers/CNAM. Paris/França  
Mozar Brito - Universidade Federal de Lavras-UFLA. Lavras/MG/Brasil  
José Antonio Gomes de Pinho Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador/BA/Brasil  
Omar Aktouf - École des Hautes Études Commerciales-HEC. Montreal/Canada  
Osmar Siena - Universidade Federal de Rondônia-UNIR. Porto Velho/RO/Brasil  
Otávio R. Medeiros - Universidade de Brasília-UnB. Brasília/DF/Brasil  
Pedro Lincoln Mattos - Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife/PE/Brasil  
Peter Spink - Fundação Getulio Vargas-EAESP/FGV. São Paulo/SP/Brasil  
Reginaldo Souza Santos - Universidade Federal da Bahia-UFBA. Salvador/BA/Brasil  
Renato Sproesser - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/UFMS. Campo Grande/MT/Brasil  
Ricardo C. Gomes - Universidade de Brasília - UnB. Brasília/DF/Brasil  
Roberto Fachin - Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Porto Alegre/RS/Brasil  
Sandro Cabral - Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador/BA/Brasil  
Sérgio G. Lazzarini - Instituto de Ensino e Pesquisa-Insper. São Paulo/SP/Brasil  
Sylvia Constant Vergara - Fundação Getulio Vargas-EBAPE/FGV. Rio de Janeiro/RJ/Brasil  
Tânia Fischer - Universidade Federal da Bahia-UFBA. Salvador/BA/Brasil

## Comite de Avaliadores 2014

Adriano Leal Bruni (UFBA)  
Airton Cardoso Cançado (UFT)  
Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio)  
Alexande Nicolini (UNIGRANRIO)  
Alexandre Carrieri (UFMG)  
Alexandre Faria (FGV)  
Alexandre Reis Rosa (UFES)  
Aline Craide (UFBA)  
Alvani Maria Santiago (UNIVASF)  
Amon de Barros (UFMG)  
Ana Claudia Capella (UNESP)  
Ana Georgina Peixoto Rocha (UFRB)  
Ana Paula Pinho Moreno (UFBA)  
Ana Rita Sacramento (FAT)  
Anatalia Saraiva Martins Ramos (UFRN)  
André Borges de Carvalho (Unb)  
André Luís Nascimento (UFAL)  
André Luiz Maranhão Souza Leão (UFPE)  
Andrea Ventura (UFBA)  
Anielson Barbosa (UFPB)  
Antônio Carlos Martins da Cruz (UFPE)  
Antonio Francisco Silva Jr (UFBA)  
Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MINAS)  
Bernardo Buarque de Hollanda (FGV-RJ)  
Camila Carneiro Dias Rigolin (UFSCar)  
Carlo Belini (UFPB)  
Carlos Bertero (FGV)  
Carlos Leonardo Klein Barcelos (UnB)  
Carlos Saiani (UFU)  
Cátia Lubambo (FUNDAJ)  
Charles Kirschbaum (INSPER)  
Christiano França da Cunha (UNIMEP)  
Cristiane Kerches da Silva Leite (USP)  
Cristiano de Oliveira Maciel (PUCPR)  
Deis Siqueira (UNB)  
Denilson Bandeira Coelho (UNB)  
Denize Grzybovski (UFBA)  
Diego Maganhotto Coraiola (UFPR)  
Diego Mota Vieira (UNB)  
Diogo Helal (UFPB)  
Edson Guarido (UFPR)  
Eduardo Davel (UFBA)  
Eduardo Diniz (FGV)  
Eduardo Loebel (UFU)  
Eduardo Paes Machado (UFBA)  
Eli Laureano Paiva (FGV)  
Elizabeth Santos (UFBA)  
Elizabeth Loliola (UFBA)  
Eloisio Souza (UFES)  
Elvia Fadul (UNIFACS)  
Ernani Coelho (UFBA)  
Fabiano Maury Raupp (UDESC)  
Fabio Bittencourt Meira (UFRGS)  
Fabio Vizeu (UNIGRANRIO)  
Fátima Bayma de Oliveira (FGV)  
Fátima Cristina Trindade Bacellar (FEA/USP)  
Fernando Antônio Prado Gimenez (UFPR)  
Fernando Coelho (EACH-USP)  
Fernando Lopes (UFRGS)  
Fernando Porfirio (UFERSA)  
Flávia de Souza Costa Neves Cavazotte (IAG/PUC-Rio)  
Francis Meneghetti (UFPR)  
Frederic Vandenbergh (UERJ)  
Gabriela de Brelaz (UNIFESP)  
Gaudêncio Freires (UFBA)  
Gelson Junquilha (UFES)  
Gildásio Santana (UESB)  
Gláucia Vale (PPGA/ PUC MINAS)  
Graça Druck (FFCH-UFBA)  
Guilherme Fowler Monteiro (INSPER)  
Guilherme Martins (INSPER)  
Gustavo da Silva Motta (UFF)

Hironobu Sano (UFRN)  
 Horacio Hastenheiter (UFBA)  
 Hugo Fridolino Müller Neto (UFRGS)  
 Hugo Müller Neto (UFRGS)  
 Jaime Crozzati (EACH/USP)  
 Jalmir Pinheiro De Souza Junior (UNIFEI)  
 Janan Joslin Medeiros (UnB)  
 Janice Mileni Bogo (UDESC)  
 Jenice Janissek (UFBA)  
 João Marcelo Crubellate (UEM)  
 João Martins Tude (UFAL)  
 João Passador (USP- Ribeirão)  
 Jorge Verschoore (UNISINOS)  
 Jose Antonio Gomes de Pinho (UFBA)  
 José Celio de Andrade (UFBA)  
 Julio Cesar Andrade de Abreu (UFF)  
 Leandro Cintra (Fundação João Pinheiro)  
 Leandro Pongeluppe (INSPER)  
 Leobino Sampaio (UFBA)  
 Letícia Fantinel (UFES)  
 Lindomar Pinto (UNIFACS)  
 Lindomar Pinto da Silva (UNIFACS)  
 Luciana de Oliveira Miranda Gomes (UnB)  
 Luciano Rossoni (UniGranRio e IBEPES)  
 Luiz Cláudio Lourenço (UFBA)  
 Marcelo Alvaro da Silva Macedo (UFRJ)  
 Marcelo de Rezende Pinto (PUC-MG)  
 Márcia de Freitas Duarte (EAESP/FGV)  
 Márcia Prezotti (UFES)  
 Marco Antonio Carvalho Teixeira (FGV-SP)  
 Marco Aurelio (UFV)  
 Maria Alexandra (FGV-SP)  
 Maria Ceci Misoczky (EA-PPGA-UFRGS)  
 Maria Elisabete Pereira dos Santos (UFBA)  
 Maria Ester de Freitas (FGV-SP)  
 Maria Lucia Maciel (UFRJ)  
 Maria Priscilla Kreitlon (UNICAMP)  
 Maria Suzana Moura (UFBA)  
 Maria Teresa Franco Ribeiro (UFBA)  
 Maria-Fatima Santos (UC Berkeley)  
 Mario Sacomano Neto (UFSCar)

Marta Ferreira Santos Farah (FGV-SP)  
 Mayla Cristina Costa (UFPR)  
 Miguel Eduardo Moreno Añez (UFRN)  
 Moacir Godinho (UFSCar)  
 Mônica de Fátima Bianco (UFES)  
 Mozart José de Brito (UFLA)  
 Neusa Cavedon (UFRGS)  
 Osorio Carvalho Dias (Correios)  
 Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas (UFF)  
 Patricia Mendonça (USP-Leste)  
 Paula Chies Schommer (UDESC)  
 Pedro Bendassolli (UFRN)  
 Pedro Coelho Junior (FEI)  
 Pedro Demo (UNB)  
 Pedro Lincon (UFPE)  
 Rafaela Costa Cruz (UFU)  
 Raimundo Leal (UFBA)  
 Renata Lebre La Rovere (UFRJ)  
 Ricardo Carneiro (UFMG)  
 Ricardo Gomes (UnB)  
 Ricardo Lopes Cardoso (FVG/RJ)  
 Romilson Cabral (UFRPE)  
 Rosimeri Carvalho da Silva (UFRGS)  
 Salomão Farias (UFPE)  
 Sergio Boeira (UFSC)  
 Sergio Bulgacov (FEA/USP)  
 Sergio Lazzarini (Insper)  
 Sergio Ribeiro (CEFET -MG)  
 Siegfried Guillamon (UCB)  
 Sônia Gondim (UFBA)  
 Sylmara Dias (USP)  
 Sylvia Constant Vergara (FGV-RJ)  
 Takeyoshi Imasato (UFRGS)  
 Thiago Ferreira Dias (UFRN)  
 Thomaz Wood Jr (FGV)  
 Uajará Araujo (CEFET-MG)  
 Valdemir Pires (UNESP-Araraquara)  
 Valentina Gomes Haensel Schmitt (FGV)  
 Valeria Maria Martins (UFSJs - DECAC)  
 Valmiria Piccinini (UFRGS)  
 Walter Moraes (UFPE)

SUMÁRIO – VOL 22 / Nº 73

TEORIAS ORGANIZACIONAIS E MATERIALISMO HISTÓRICO

Claudio Gurgel

Agatha Justen

199

SUPERANDO DICOTOMIAS ATRAVÉS DO ESPAÇO: A  
CONTRIBUIÇÃO DO MATERIALISMO DIALÉTICO AOS  
ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Daniel S. Lacerda

223

DOS ANTAGONISMOS NA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA  
ÁGUA À SUA CONCEPÇÃO COMO BEM COMUM

Rafael Kruter Flores

Maria Ceci Misoczky

237

MÉRITO, REPRODUÇÃO SOCIAL E ESTRATIFICAÇÃO  
SOCIAL: APONTAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES PARA OS  
ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Diogo Henrique Helal

251

DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO BRASIL NAS  
CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO  
CRESCIMENTO

Priscilla Borgonhoni Chagas

Cristina Amélia Carvalho

Fábio Freitas Schilling Marquesan

269



ORGANIZATIONAL THEORIES AND HISTORICAL  
MATERIALISM

Claudio Gurgel  
Agatha Justen

199

OVERCOMING DICHOTOMIES THROUGH SPACE: THE  
CONTRIBUTION OF DIALECTICAL MATERIALISM TO  
ORGANIZATION STUDIES

Daniel S. Lacerda

223

FROM THE ANTAGONISMS IN CAPITALIST APPROPRIATION  
IF WATER TO ITS CONCEPTION AS A COMMON GOOD

Rafael Kruter Flores  
Maria Ceci Misoczky

237

MERIT, SOCIAL REPRODUCTION AND SOCIAL  
STRATIFICATION: NOTES AND CONTRIBUTIONS TO  
ORGANIZATIONAL STUDIES

Diogo Henrique Helal

251

DEVELOPMENT AND DEPENDENCY IN BRAZIL IN THE  
CONTRADICTIONS OF THE GROWTH ACCELERATION  
PROGRAM

Priscilla Borgonhoni Chagas  
Cristina Amélia Carvalho  
Fábio Freitas Schilling Marquesan

269





# Editorial





## MARXISMO, ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E A LUTA CONTRA O IRRACIONALISMO

**Elcemir Paço Cunha\***  
**Deise Luiza da Silva Ferraz\*\***

### Introdução

Um dossiê cujo tema envolve a relação entre as diferentes versões do marxismo e os estudos organizacionais é algo a ser destacado. Sobretudo a vanguarda da *Organizações & Sociedade* em encampar um material desta natureza com o qual a Administração nutre uma hostilidade por vezes declarada. Se o espectro ideológico os separa com força considerável, o mesmo seria possível dizer com relação aos estudos organizacionais?

Dada natureza mais eclética e aberta, mesmo indefinida, a resposta necessariamente deveria ser negativa. Isso é ainda mais verdade se considerarmos a multiplicidade de possíveis relações entre eles. Temos acompanhado, porém, uma luta intestina de correntes teóricas, por assim dizer, formadas por diferentes inclinações (entre as quais situamos as versões do marxismo) e as correntes dominantes, com frequência demarcadas como *mainstream*. Se essa luta contra o caráter manipulativo das expressões teóricas mais atinentes aos interesses dominantes já acumula alguma história e muitas páginas, existe outra que se desenvolve de modo um pouco mais silencioso. Trata-se da luta contra o delírio contemporâneo: as formas variadas do irracionalismo.

Dito de outro modo, o desenvolvimento dos marxismos nos estudos organizacionais é um tema que merece atenção não tanto pelos vínculos históricos e pelos enlaces de importantes autores no século XX, mas muito mais em razão de resguardar, no interior mesmo desse campo de estudos, o *potencial processo autoconstitutivo ao infinito do gênero humano*; algo que confronta a dominância das formas teóricas míopes às contradições sociais e, mais importante, a corrosiva invasão das variadas versões do irracionalismo. Este último, que oscila do simbolismo mais solipsista, passando pelo encantamento da tão bradada "morte do homem" e que culmina nos pós-modernismos que se põem "de joelhos para o presente e de costas para o futuro" (CHASIN, 2000, p. 202), cultua o indeterminismo, enquanto constitui a forma mais acabada da justificação dos problemas sociais convertidos em virtudes: a falsidade socialmente necessária.

Um exemplo muito claro é o entendimento corrente de que vivemos uma sociedade do consumo e não mais da produção. Nessa formação social do consumo não haveria mais lugar para a luta de classes, mas apenas para lutas localizadas em torno de outras questões que não a *exploração do trabalho* como categoria econômica decisiva à compreensão do capitalismo. Aliás, "capitalismo" teria ficado para trás em nome de um conceito mais abrangente como pós-modernidade. Um observador mais imparcial teria que reconhecer que nunca houve, em qualquer

---

\* Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor adjunto do Departamento de Ciências Administrativas, Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.  
Email: paco.cunha@ufjf.edu.br.

\*\* Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGGA/EA/UFRGS), Professora adjunta do Departamento de Ciências Administrativas, Professora do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais.  
E-mail: deiseluiza@face.ufmg.br

momento da humanidade socializada, uma desconexão entre produção e consumo, o que, por decorrência, impede uma determinação de uma sociedade do consumo em oposição a uma sociedade da produção. Produção e consumo formam uma unidade de reciprocidades complexas. Eliminando artificialmente a produção e a lógica do valor que a governa, o mercado se desponta como exclusiva força social e, assim, suficientemente explicativa das condições atuais da vida social. Mas como é impossível a existência concreta do consumo sem produção, e desta sem trabalho, não se elimina as contradições moventes do capitalismo pela simples vontade teórica manifesta em expressões conceituais vazias, arbitrárias. Igualmente não se aboli os condicionantes da lógica do valor na vida social ao quebrar conceitualmente a unidade entre produção e consumo. A luta de classes, marcada pela contradição posta na produção do valor, segue existindo sob formas adversas, em estágio e intensidade variável e em complexas relações com os chamados “novos movimentos sociais”. A própria realidade mostra isso, em razão das reivindicações sociais de amplo espectro que são cortadas em grande medida pela proletarização de extensas camadas sociais. Por isso, as relações de classe não desaparecem ao ser entoada a mística palavra “pós-modernidade”.

As diferentes versões do marxismo não apenas são porta de entrada para as demandas da classe trabalhadora no campo dos estudos organizacionais, mas também veículos de sustentação sempre presente da *questão prática* da emancipação humana como horizonte autêntico, inclusive da produção teórica.

A justificação acabada do presente bradou ferozmente também, não por acaso, a “morte de Marx”. Eis que os séculos XX e XXI provaram e provam o contrário, pois o Mouro é reposto de modos e qualidades variadas – é verdade – em razão dos movimentos próprios da realidade que confirmam e superam, ao mesmo tempo, inúmeros nexos que Marx pôde expressar nos diferentes pontos de seu itinerário. Entre aquelas mais recentes, basta mencionar a imanência da desigualdade em relação ao modo de produção capitalista que recentemente ganhou destaque mundial por meio do livro de Thomas Piketty, *O capital no século XXI* – ainda que o autor francês sustente uma leitura problemática de Marx e uma apreensão questionável da realidade ao restringir-se à distribuição da riqueza. Por isso que, a despeito dos erros e acertos dados pelas condições históricas de possibilidade, “a obra marxiana é imortal, a não ser que as possibilidades do homem já estejam definitivamente extintas. Do contrário, se resta alguma esperança – e resta –, há que compreender que a guerra marxiana ao capital é a luta irrenunciável pelo homem” (Chasin, 2000, p. 204).

Essa “luta irrenunciável”, travada diariamente, reflete-se no conjunto dos textos que recebemos para essa chamada. Ao todo, foram 22 textos, dos quais tivemos a difícil tarefa – compartilhada com os pareceristas convidados – de selecionar os 05 que compõem a publicação final. O número expressivo de textos recebidos de modo algum nos surpreendeu, pois, como mencionado no edital “Os variados temas e questões que a relação Marxismo-Estudos Organizacionais produziu no século XX e nos recentes anos do século presente estão longe de terem encontrado seu esgotamento, como se costuma afirmar sob a égide do irracionalismo contemporâneo. Ademais, destacamos que a tematização do Marxismo de forma mais direta em sua associação aos Estudos Organizacionais, enquanto parte de um movimento recente de resgate geral da importância do estudo dos clássicos das ciências sociais [...], encontra um conjunto de categorias/conceitos a ser apreendido, problematizado e atualizado”. Empreitada realizada por vários intelectuais pertencentes ao campo da Administração e dos Estudos Organizacionais, revelando, portanto, que o resgate de Marx e dos marxismos não se trata de exotismo ou de caprichos individuais, mas da compreensão da necessidade de combatermos o delírio contemporâneo indo à raiz das problemáticas postas pelo modo de controle antagônico da humanidade.

Diferentes reflexões decorrem dessa radicalidade e estão expressas nos textos selecionados para essa edição da O&S.

O artigo que abre a seção *Tema central*, intitulado *Teorias organizacionais e materialismo histórico*, é assinado por Claudio Roberto Marques Gurgel e Agatha

Justen Gonçalves Ribeiro. O texto procura desenvolver um dos elementos-chave do marxismo: os nexos entre as formações teóricas e o desenvolvimento do capitalismo. Especificamente, os autores apresentam considerações sobre a relação entre os estágios do avanço do capitalismo norte-americano e o desenvolvimento das principais teorias organizacionais. A análise culmina numa instigante determinação, segundo a qual o desenvolvimento cíclico do capitalismo requer uma unidade científica que combina elementos da economia, administração, psicologia, política e filosofia. Explicita-se, assim, a complexa articulação entre as formações ideais e as relações materiais, algo de importância singular para dos estudos de inclinação marxista.

O segundo artigo é contribuição de Daniel Lacerda, denominado *Overcoming Dichotomies through Space: the Contribution of Dialectical Materialism to Organization Studies*. O artigo busca desenvolver a abordagem dialética da produção histórica do espaço como uma espécie de *tertium datur* entre o realismo e o idealismo no enfrentamento dos problemas sociológicos. Seguindo a tradição marxista da geografia humanista – que inclusive tem recebido considerável audiência nas últimas décadas –, o texto apresenta a centralidade as categorias 'espaço' e 'tempo' para uma consequente análise organizacional. Num diálogo, sobretudo, com David Harvey, Henri Lefebvre e Milton Santos, arma-se a contribuição ao estudo das organizações como produtos históricos e momentos sociais em contextos espaciais mais amplos. O texto é emblemático por indicar a capacidade de autocrítica que está contida no marxismo e o potencial de desenvolvimento à luz das categorias concretas em tela.

Na sequência aparece o artigo *Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum* assinado por Rafael Kruter Flores e Maria Ceci Misoczky. Texto muito emblemático e de ligação concreta com os recentes momentos críticos vividos no Brasil, traz aos leitores as relações entre a apropriação capitalista da água como momento da produção do valor e a dinâmica da luta de classes. Não se compreenderia adequadamente o problema da apropriação da água fora desses marcos. A posição central do texto é, assim, a de que a determinação da água como bem comum nasce das lutas sociais travadas na própria lógica da apropriação capitalista da água, condicionando potencialmente os modos de gestão dos recursos hídricos. É mérito também do texto ter retomado Marx diretamente e em larga medida, mostrando que, embora o Mouro não tenha desenvolvido suficientemente a questão, suas ideias seguem sendo fundamentais para a compreensão da apropriação do valor durante a produção dos recursos naturais e de necessidade vital, como a água.

O quarto artigo, assinado por Diogo Henrique Helal, denominado *Mérito, Reprodução Social e Estratificação Social: apontamentos e contribuições para os estudos organizacionais*, busca um fértil diálogo com a sociologia de inclinação marxista. O texto sustenta a participação ativa das organizações na produção e reprodução das desigualdades sociais. Daí que o tema merece destaque por haver um pequeno desenvolvimento dos estudos sobre a estratificação social na Administração e nos Estudos Organizacionais em particular. Um dos méritos do texto, além do resgate de importante literatura sobre a estratificação social, recoloca as organizações em meio aos processos pulsantes da desigualdade, contribuindo para a desmistificação desses espaços apresentados, com muita frequência, como algo à parte dessas contradições sociais.

O último texto, intitulado *Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento*, segue assinado por Priscilla Borgonhoni Chagas, Cristina Amélia Carvalho e Fábio Freitas Schilling Marquesan. A contribuição dos autores está, sobretudo, no diálogo com a teoria da dependência para analisar criticamente o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Não obstante a aparência de que o PAC seja expressão de um modelo de desenvolvimento que combina autonomia nacional e integração ao mercado mundial, o texto sinaliza para as determinações que se escondem atrás dessa forma de manifestação. Ao se inserir internacionalmente de modo dependente, reproduz os mesmos padrões de desenvolvimento mas por mediação de particularidades, dando o caráter de um tipo novo de extrativismo. A possibilidade dessa argumentação é dada pelos méritos da

teoria da dependência que consegue capturar o processo mundial do capitalismo e a precisa posição das economias subordinadas nessa dinâmica global.

Não poderíamos concluir esse texto sem agradecer às pessoas que, comprometidas com a construção do conhecimento e cientes de que ele é feito, em parte, por meio do embate de ideias, mantêm a Revista Organizações & Sociedade como um espaço profícuo ao debate contra-hegemônico, assumindo assim um papel de vanguarda no campo da Administração no Brasil, justamente por compreender que do hegemônico pelo hegemônico, resta-nos a reprodução. Dentre elas, gostaríamos de agradecer, em especial, aos caros e caras colegas: José Antonio Gomes de Pinho, Maria Candida dos Anjos Bahia, Antônio Sérgio Araújo Fernandes e Sandro Cabral. Esses guardam também os agradecimentos a todos os pareceristas pelo tempo despendido – e cedido – para as análises dos textos. Material que agora está disponível para a leitura de todos e todas, os quais estão convidados ao debate e a proposição de novos espaços aberto às radicalidades necessárias.

## Referências

CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. In: \_\_\_\_\_. *A miséria brasileira - 1964-1994: do golpe militar a crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000. p. 177-288

# Artigos







# TEORIAS ORGANIZACIONAIS E MATERIALISMO HISTÓRICO

## ORGANIZATIONAL THEORIES AND HISTORICAL MATERIALISM

**Claudio Gurgel\***  
**Agatha Justen\*\***

### Resumo

As teorias organizacionais aparecem frequentemente na literatura especializada como criações isoladas e autônomas dos seus autores, desarticuladas das demais dimensões da realidade. Este artigo, ao contrário, tem por objetivo apresentar essas teorias como integrantes dos diversos momentos do desenvolvimento do capitalismo no século XX. Entende-se que essas teorias procuram dar respostas que garantam o atendimento das necessidades do sistema a cada ciclo histórico. Buscam atender às determinações do capitalismo, oferecendo soluções, no nível da empresa, a cada desafio colocado. Enfim, são elas próprias uma história. Como método de conhecimento, trabalhamos com o materialismo histórico e dialético, considerando que as ideias são precedidas da materialidade, e esta materialidade se expressa no pensamento como um *todo*, contraditório e em permanente movimento, à semelhança da própria realidade. Como procedimento, percorremos as principais formulações teóricas e procuramos demonstrar suas relações com as condições econômicas e políticas dadas, expondo o diálogo que essas teorias travam com as outras dimensões do desenvolvimento capitalista. Adicionalmente, nos é dado perceber que, enquanto uma história, as teorias organizacionais são também uma expressão reduzida e subjacente do conflito de interesses entre patrões e empregados.

**Palavras-chave:** Marxismo. Teorias Organizações. Desenvolvimento Histórico.

### Abstract

The organizational theories often appear in the literature as isolated and autonomous creations of their authors, disjointed from other dimensions of reality. This article, by contrast, aims to present these theories as constituents of various moments in the development of capitalism in the twentieth century. It is understood that these theories seek to answers that guarantee the fulfillment of the needs of the system, each historical cycle. Seek to meet the determinations of capitalism, offering solutions at the enterprise level, every challenge. Anyway, are themselves a story. As a method of knowledge, work with the historical and dialectical materialism, considering that ideas are preceded materiality, materiality,

\* *Economista, Mestre em Administração Pública (EBAPE-FGV), Mestre em Ciência Política (UFF), Doutor em Educação (UFF)*  
*Instituição de vínculo: Universidade Federal Fluminense (UFF)*  
*E-mail: crmgurgel@hotmail.com*

\*\* *Graduada em Ciências Sociais (UFRJ), Mestre em Administração (EBAPE-FGV), Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ) e Doutoranda em Administração (FGV)*  
*Instituição de vínculo: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE-FGV)*  
*E-mail: agatha\_justen@hotmail.com*

and this is expressed in thought as a whole, contradictory and in constant motion, like reality itself. As a procedure, we traverse the major theoretical formulations and try to demonstrate their relations with the economic and political conditions in hand, exposing the dialogue that these theories catch with the other dimensions of capitalist development. Additionally, we are given to understand that, as a history, organizational theories are also reduced expression and underlying conflict of interests between employers and employees.

**Keywords:** Marxism. Organizational Theories. Historical Development.

*"Em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas, é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade, quanto na cabeça" Karl Marx, Grundrisse, Introdução*

## Introdução

As teorias organizacionais costumam ser apresentadas como formulações e ideias nascidas da genialidade dos seus autores ou eventualmente geradas por acontecimentos isolados, quase fortuitos – a pesquisa de Howthorne e a Escola de Relações Humanas; a linha de montagem e o fordismo; o movimento pela qualidade e o Toyotismo.

Alguns ensaios de compreensão do fenômeno administrativo não ignoram os contextos – é verdade. Também é verdade que as teorias revelam certa historiografia nas suas exposições mais frequentes, seguindo uma ordem aparentemente sucessória no tempo. No entanto, na maioria dessas exposições, a cronologia se dá através de blocos estanques que parecem não possuir nexos entre si ou relação com as demais dimensões políticas, econômicas e sociais de sua época. O que pretendemos com este trabalho é realizar – nos limites de um artigo – um ensaio de interpretação das teorias organizacionais, observando-as como parte do desenvolvimento histórico em termos dialéticos.

Quando nos referimos a “termos dialéticos” estamos dizendo que pretendemos trabalhar com a concepção e o método hegelianos, tendo os mesmos cuidados com que Marx os assumiu – grande respeito à criação de Hegel, mas a subordinando aos movimentos reais da materialidade.

É conhecido o trecho do Prefácio de *O Capital*, a que voltaremos adiante, em que o autor faz, de modo especial, o reconhecimento de Hegel como sua referência, ainda que repita o que já escrevera na *Crítica da Filosofia do Direito*. Isto é, que era necessário por de cabeça para cima a dialética hegeliana porque o mestre mais uma vez estava tomando o “predicado como sujeito” (MARX, 2005, p. 44).

Tomar o predicado como sujeito significa que Hegel atribui o povo à Constituição e não a Constituição ao povo; a propriedade privada ao Estado e não o Estado à propriedade privada; o homem à religião e não o seu inverso; enfim, atribui o desenvolvimento histórico à Ideia, ao contrário de reconhecer as ideias como expressão do desenvolvimento histórico. Uma expressão que se verifica não em relação linear de causa e efeito, mas enquanto *causa-efeito*, reciprocidade (*Wechselwirkung*). Como várias vezes afirmou o próprio Hegel, “causa e efeito, por exemplo, não são dois conceitos distintos, mas apenas um” (HEGEL, 2011, p. 211). Em outras palavras, ideia e desenvolvimento histórico se compõem dialeticamente em um único *todo*.

A concepção de totalidade como expressão da verdade, a compreensão do *todo* como uno e ao mesmo tempo dividido, contraditório; em movimento contínuo (dever) impulsionado exatamente pela contradição; a causa devendo ser igualmente efeito – a dialética, enfim – Marx a encontrou em Hegel. Mas o seu sujeito, o sujeito deste *todo*, está na materialidade e mais especificamente no terreno concreto do desenvolvimento econômico. Daí porque Marx diria, no primeiro prefácio de *O Capital*, que “a mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo

algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional do invólucro místico” (MARX, 1985, p. 17). Invertê-la é tirar dos céus/espírito os pés da dialética e colocá-los na terra/matéria, sobre o concreto da sociedade civil. Esta é igualmente a razão porque o mesmo Marx vai, em passagem que nos pode servir de síntese, dizer que

a minha investigação desembocou no resultado de que relações jurídicas, tal como formas de Estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas enraizam-se, isso sim, nas relações materiais da vida, cuja totalidade Hegel, na esteira dos ingleses e franceses do século XVIII, resume sob o nome de ‘sociedade civil’, e de que a anatomia da sociedade civil se teria de procurar, porém, na economia política (MARX, 1982, p. 530).

Com esta consideração geral sobre o conhecimento e como queremos chegar a ele, estamos reafirmando a nossa disposição de neste trabalho tentar oferecer aos leitores um exercício de compreensão das teorias organizacionais como parte integrante deste *todo* que significa o desenvolvimento histórico. Neste sentido, procuraremos as explicações para a emergência e evolução do pensamento teórico, acerca das organizações produtivas, na própria realidade e exigências da economia política. Referimo-nos à economia política enquanto “ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistência da sociedade humana (ENGELS, 1973, p. 183). Neste sentido, “o objeto da economia política não é simplesmente a ‘produção’, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção” (LÊNIN, 1982, p. 29).

Essas teorias organizacionais, no entanto, surgem em dado momento histórico de um modo de produção determinado: o capitalismo. Portanto, não são condições atemporais que envolvem e impelem as teorias organizacionais, mas as condições dadas pelo capitalismo, a considerar que a primeira sistematização, no sentido de “formulação completa da teoria da gerência”, tenha sido de fato aquela realizada por Taylor, em “fins do século XIX e princípios do século XX” (BRAVERMAN, 1977, p. 82). Braverman não ignora os economistas clássicos. De fato, eles foram “os primeiros a cuidar, de um ponto de vista teórico, dos problemas da organização do trabalho no seio das relações capitalistas de produção” (BRAVERMAN, 1977). No entanto, “o modo especificamente capitalista de gerência e, portanto, de produção, não se tornou difundido até recentemente, isto é, no curso dos últimos cem anos [fins do século XIX]” (BRAVERMAN, 1977, p. 63). As relações de produção capitalista, portanto, precisaram avançar para que se criassem condições materiais para a “formulação completa da teoria da gerência”.

Significa dizer que a análise das teorias organizacionais sob a ótica do materialismo histórico deve considerar as condições dadas pelo capitalismo e, em particular, pelo capitalismo razoavelmente desenvolvido. Nas palavras de Marx, “a sociedade capitalista mais ou menos livre de complementos medievais [...] mais ou menos desenvolvida” (MARX, 1976, p. 239). Trata-se de um objeto de observação inserido no contexto da economia política burguesa, cujo exame Marx procedeu principalmente em *O Capital* e ensaísticamente nos *Grundrisse*.

Explicando o caminho construído na crítica da economia política, Marx diz que

a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar, mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo (MARX, 2011, p. 55).

As teorias organizacionais são, assim, o resultado da apreensão do mundo burguês e de seus problemas. Correspondem à necessidade de respostas às demandas da produção e mais especificamente do que “parece uma categoria muito simples”: o trabalho. É efetivamente do estudo do trabalho, na sociedade burguesa, que emergem as teorias organizacionais. Por isto, Braverman, tratando de Taylor, diz que

“o estudo do trabalho por aqueles que o administram ou em favor deles parece que só veio à tona no capitalismo; havia pouquíssima base para ele antes” (BRAVERMAN, 1977, p. 84-5). Não se trata de um tipo de trabalho, mas simplesmente do trabalho, indiferentemente. Razão porque as formulações das teorias organizacionais puderam evoluir por diferentes ramos de produção, apesar de produzidas em ramos distintos – mineração, bicicletas, construção civil e automóveis, por exemplo – e às vezes singulares, como coincidentemente ocorreu a Taylor e Fayol. “A indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho”, é “o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos”, escreveu Marx a respeito (MARX, 2011, p. 57). Por isto mesmo, esse trabalho a que se refere Marx “corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente” (MARX, 2011, p. 57 e 58). A indiferença que se observa é a expressão de que o trabalho na sociedade capitalista adquiriu uma especial concretude, genérica, igualmente indiferente, sendo um “meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação deixou de estar ligado aos indivíduos, em uma particularidade” (MARX, 2011, p. 58). Seu concreto, como objeto de análise, reúne múltiplas determinações, o que veio a fazer dele o ponto de partida e de chegada dos esforços analíticos dos teóricos, ao longo do século XX.

Mas, a despeito de se tratar de uma abstração “comum a todos”, aparentemente sem data, o trabalho na sociedade burguesa reúne e se faz das múltiplas determinações dessa mesma sociedade. Surge no pensamento “como processo da síntese”, “unidade na diversidade” dos demais elementos concretos do modo de produção capitalista e suas abstrações correspondentes.

Por isto mesmo, segundo Marx, são os Estados Unidos o espaço concreto em que mais se oferecem as condições adequadas para a percepção e investigação da categoria trabalho, na acepção de meio para a criação de riqueza. Suas palavras são mais assertivas: “só nos Estados Unidos a abstração da categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho ‘puro e simples’, o ponto de partida da Economia moderna, devém verdadeira na prática” (MARX, 2011, p. 58). Isto porque o trabalho (inclusive a relação dos homens com o trabalho) como descrito, “encontra-se no mais alto grau de desenvolvimento na mais moderna forma de existência da sociedade burguesa – os Estados Unidos” (MARX, 2011).

É neste quadro que se entende o amadurecimento das condições necessárias para o advento das teorias das organizações, da produção, enfim, do trabalho como abstração mais rica. A observação sobre este determinado trabalho, ponto de partida para novas abstrações, se torna factível onde se faz mais moderna e desenvolvida a sociedade burguesa, já em si “a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção”. O trabalho, que é submetido aos olhos do analista que sobre ele se dispõe a teorizar, a pensar e emitir conceitos, “a abstração mais simples que a Economia moderna coloca no primeiro plano [...], tal abstração só aparece verdadeira na prática como categoria da sociedade mais moderna” (MARX, 2011).

A América do Norte, como observou Engels, não conheceu o feudalismo e “se construiu, desde o primeiro momento, sobre uma base burguesa” (ENGELS, 2004, p. 29). A república norte-americana muito cedo desenvolveu valores subjetivos, dentre eles a ideologia da liberdade, combinada com a desmistificação do ganho material e da riqueza, a que se acrescentaram as grandes e pródigas dimensões territoriais, avanços tecnológicos e elevada concentração e centralização do capital (HUBERMAN, 1969). Estes elementos combinados logo se traduziram em posição estratégica privilegiada, facilmente perceptível a um observador profundo como Marx. Tamém Hegel, sem todos os fatos históricos de que Marx já dispunha, identificou um especial destaque na América do Norte, entenda-se Estados Unidos. “Vemos a prosperidade na América do Norte, graças ao desenvolvimento da indústria e da população, à ordem na cidade e a uma firme liberdade [...] é um país

de aspiração para todos que deixam o arsenal de armas históricas da velha Europa”, escreveu o filósofo no início do século XIX (HEGEL, 1969, p. 65 e 68).

Há, entretanto, como já dissemos, uma síntese de múltiplas determinações que precisam ser distinguidas, pelo menos nos seus principais elementos, para melhor compreendermos o porquê do estudo do trabalho resultará, a partir dos primeiros teóricos da administração, em certas formulações que constituem as teorias organizacionais. Como já dissera Marx, “todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações em comum [...] algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas” (MARX, 2011, p. 41). Estas determinações comuns ao capitalismo são aquelas que vão se apresentar às teorias organizacionais, portanto as que nos interessam.

Uma das mais importantes determinações a que queremos fazer referência é aquela que dá lugar ao mercado como um espaço e um tempo especiais. É a decorrência de uma condição criada pelo sistema de trocas, para quem o valor de troca se erige a fundamental, *leitmotiv* do capitalista. Trata-se de produzir excedentes de valor de troca que se possa converter em capitais maiores que aquele investido, sem o que não há sentido de acumulação, portanto, *não há sentido*. O valor é o “sujeito determinante” desse processo, “assumindo ora a forma do dinheiro, ora a forma da mercadoria, porém conservando-se e expandindo-se nessa mudança”. Mas ele precisa de uma forma que lhe dê identidade e “essa forma ele encontra apenas no dinheiro. Este constitui, por isto, o ponto de partida e de chegada de todo processo de expansão do valor” (MARX, 1985, p. 174). Quando Zizëk (2013, p.195) afirma “ter Marx precisado de Hegel para formular a lógica do capital”, está relembando a circularidade hegeliana, tão recorrente: “o fim mostra essa prioridade de si mesmo, porque através da alteração que o agir operou, nada resultou que já não fosse” (HEGEL, 1992, p. 169). É para chegar a D’ que o primeiro D se fez mercadoria (M). Ainda que o valor seja criado na produção, a transformação do valor de troca mais uma vez em capital depende da circulação. Como observa Marx, “estava pressuposta à circulação uma produção que criava valor de troca só como excedente; mas ela deu lugar a uma produção que só tinha lugar relacionado à circulação” (MARX, 2011, p. 198). A produção de valor de troca se destina e é dependente da circulação, do mercado, para manter a lógica do capital e mais do que isto: a lógica da reprodução do sistema.

O mercado e sua configuração têm, portanto, um forte significado para a economia capitalista e por isto mesmo idêntico significado para as teorias organizacionais. Esta sintonia, apesar das aparências, não é uma criação da contemporaneidade, mas uma necessidade do sistema, manifestando-se em diferentes períodos de diferentes formas.

De modo geral, os mercados foram, como também a própria população, o produto de fatores – doenças, mudanças tecnológicas, crises – que provocaram migrações do campo para a cidade. Esta população migrante se caracterizava, dentre outras coisas, pela pobreza e pela necessidade de quase todos os bens que antes podiam ser adquiridos e produzidos domesticamente, no âmbito da família ou de próximos. Segundo Clark, em alguns lugares “quase a totalidade da população rural, especialmente os moradores das regiões montanhosas, vestia roupas fabricadas em casa” (CLARK, 1916, p.104).

Agora, na cidade, todas estas necessidades se transformam em necessidade de mercadoria. Constroem-se assim os mercados modernos – de muitas demandas e de demandantes pobres.

Neste sentido, a produção a custos baixos e a preços acessíveis se coloca como um daqueles problemas que pedem resposta da teoria da produção.

O segundo aspecto que significa importante determinação diz respeito às relações de produção. Os trabalhadores da sociedade burguesa vendem sua força de trabalho como mercadoria. Eles não vendem trabalho (materializado, corporificado em mercadoria), como seus antecessores artesãos, “produtores de mercadorias”, “lhes compro mercadorias”, “vendedores de mercadorias”, “artesão ou camponês, que produz com os próprios meios de produção, [que] “ou se transformará pouco a pouco num pequeno capitalista, que também explora trabalho alheio, ou perderá seus meios de produção [...] e se transformará em trabalhador assalariado” (MARX, 1980,

p. 401-3). A força de trabalho é que, em relação com o capital, na forma líquida, do dinheiro, e na forma materializada de outros bens e equipamentos, produz valor de uso e em especial valor de troca. Isto é extensa e verticalmente exposto no volume I de *O Capital* (MARX, 1968). O lucro e principalmente a taxa de lucro dependem do *quantum* de valor de troca é criado no tempo em que o trabalhador cede sua força de trabalho transformadora. Sua remuneração, o salário, corresponde a um tempo socialmente necessário à reprodução dessa força de trabalho, de modo que o trabalhador se reapresente apto a continuar trabalhando no outro dia. Mas o que excede a isto, o tempo de trabalho excedente à necessidade de reprodução da força de trabalho, o produto excedente, é apropriado pelo empresário que, no mercado, converte essa massa de valor excedente em mercadoria e este em mais capital (D-M-D´). Nas palavras de Marx, “a força de trabalho só é comprada porque o trabalho, que pode realizar e se obriga a executar, é maior que o trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho, e se apresenta por isso em valor maior que o valor da força de trabalho” (MARX, 1980, p. 393).

Portanto, é uma determinação do modo de produção que se proceda a esta extração de valor, esta expropriação, de modo constante e crescente.

A terceira determinação está associada à anterior, porque se trata de fazer com que esta expropriação se torne naturalizada e não encontre a resistência e a oposição que toda e qualquer expropriação tende a encontrar entre os expropriados. Os trabalhadores são submetidos diariamente a várias horas de trabalho, geralmente em condições físicas e/ou psicológicas adversas, quando não degradantes. Isto evidentemente lhes retira o incentivo e a motivação que a eventual condição de trabalhadores efetivamente livres lhes poderia oferecer. Por isto certamente há um forte estímulo na ideia de *ser patrão de si mesmo*, máxima que acompanha o discurso do empreendedorismo vulgar e seduz as classes médias. Como é comum acontecer na sociedade dividida, aquilo que parece ser um elogio ao modo de produção – o interesse em ser patrão – significa, a uma segunda leitura, a sua crítica e rejeição mais viscerais.

Esta condição de assalariado, que inclui outros aspectos também desestimulantes, colocou na pauta dos teóricos o ponto reiterativo do incentivo e da motivação, presente nas teorias organizacionais de um modo geral.

Este ponto se apresenta com toda a sua multiplicidade de questões – questões materiais, físicas, psicológicas, morais etc – que formam um conjunto de demandas das relações sociais de produção que precisa ser enfrentado não apenas com recursos materiais e financeiros, mas também com ideias, palavras, linguagem, formação da consciência, ideologia enfim.

Tratando exatamente das relações sociais nas condições do capitalismo, Marx observa que “os filósofos conceberam como peculiar da era moderna o fato de ser dominada pelas ideias” e que “a crença na eternidade de tais ideias, isto é, dessas relações de dependência, é consolidada, nutrida, inculcada, por todos os meios, é claro, pelas classes dominantes” (MARX, 2011, p. 112).

Portanto, o que se denomina incentivo e o que se identifica como motivação nas teorias organizacionais, constituem uma dimensão essencialmente ideológica, destinada a obter a conformação e a colaboração dos trabalhadores. A cooperação no sentido não só orgânico, mas afetivo, aquilo que alguns chamam de *contrato psicológico*, se apresenta como uma pretensão e uma necessidade da era moderna, exatamente porque as relações da modernidade burguesa são aparentemente relações entre homens livres. Nas palavras de Marx, “o domínio das relações aparece na consciência dos próprios indivíduos como domínio das ideias” (MARX, 2011).

Finalmente, cabe observar que a contradição entre a produção social de milhões de trabalhadores e a apropriação por parte de poucos capitalistas daquilo que se produz tem, além do seu significado geral, matriz de outras contradições do sistema, um significado especial para a economia e a administração. Referimo-nos ao fato de que frequentemente esta contradição fundamental cria enormes desproporções entre o volume de bens produzidos e a capacidade de consumo do mercado, em sua maior

parte formado por trabalhadores, cuja produtividade elevada conspira contra seus próprios empregos e salários.

Uma espiral ascendente de produção é acompanhada por uma espiral relativamente descendente de emprego e salário que acaba por criar situações de superprodução/subconsumo e crise.

A resposta a esta circunstância cíclica do modo de produção é igualmente uma demanda colocada para as teorias organizacionais. Trata-se agora da inovação, nos sentidos que Schumpeter, atento leitor de Marx, identifica em sua obra e que inclui necessariamente novos produtos, novos meios e métodos de produção (SCHUMPETER, 1982, p. 48). Ou, em outros termos, a “subversão contínua da produção” (MARX; ENGELS, 1982, p. 24).

Esta é uma determinação a mais que precisa ser levada em conta no momento em que analisamos o pensamento teórico no e para o âmbito da organização produtiva.

Consideramos, portanto, que as teorias organizacionais foram formuladas na relação com este conjunto de determinações, ao longo do desenvolvimento capitalista e correspondendo aos sucessivos desafios que lhe são colocados.

Tomaremos inicialmente o *taylorismo* como referência básica, paradigmática. Em face disto, nos deteremos um tanto mais no seu interior, para, a seguir, realizar uma exposição sintética de sucessivas correntes teóricas, identificando os seus nexos com os ciclos da história da produção no século XX.

## Teoria e ideologia

“Palavras do Presidente Theodore Roosevelt sobre a eficiência nacional: [...] ‘a conservação de nossos recursos naturais é apenas a fase preliminar do problema mais amplo da eficiência nacional’. [...] Até agora, entretanto, temos apreciado, vagamente apenas, o problema mais amplo de aumentar a eficiência nacional” (TAYLOR, 1980, p. 23).

Assim Taylor inicia o seu livro, *Princípios da administração científica*, publicado em 1911, e precedido pelo *Administração de oficinas*, ambos reunindo suas ideias mais relevantes acerca da administração de empresas.

A avaliação do presidente Roosevelt não era bem verdade. Segundo Schultz, entre os anos 1895 e 1915, exatamente o período em que Roosevelt fez o seu discurso e Taylor escreveu o seu livro, a produção industrial dos Estados Unidos avançou 156% (SCHULTZ, 1945, p. 115). Foi uma decorrência clássica do processo imediatamente anterior, a crise de 1873: após vinte anos de prosperidade, “o capitalismo conhecia uma crise de grandes proporções, sua primeira crise contemporânea, que originou uma longa depressão até 1895” (COGGIOLA, 2009, p. 72). Confirmando o dito popular (e igualmente a teoria dos ciclos), após a crise veio a bonança. Os Estados Unidos, cujo desenvolvimento já havia merecido de Hegel e Marx a identificação de “um país de aspiração para todos” e “mais moderna forma de existência da sociedade burguesa”, emergem da crise de modo singularmente privilegiado.

Nos últimos anos do século XIX, mas em particular no início do século XX, a sociedade estadunidense constituiu gradativamente um mercado cada vez mais expressivo, ainda que de poder aquisitivo individual modesto. O crescimento acelerado das cidades tornou o mercado americano populoso e populista, como disse Harvey (1994, p. 121).

A observação de Roosevelt sobre a eficiência norte-americana, que parece ter inspirado Taylor, tratava-se, na verdade, de uma pressão por mais produtividade, compatível com a situação de crescentes demandas interna e externa e projeções internacionais do país.

Taylor procurou atender ao presidente. Ele diagnosticou o *problema mais amplo da eficiência*: os administradores ignoram os conhecimentos fundamentais do seu trabalho. Nestas condições, os trabalhadores ditam o ritmo, especialmente porque conhecem o *saber fazer* e, em especial, dominam a unidade mensurável do processo, o tempo necessário à produção. É desta avaliação que se define a categoria



fundamental de Taylor: o tempo. É o que faz Tragtemberg dizer que “o estudo do tempo, a cronometragem definem-se como pedra angular de seu sistema de ‘racionalização’ do trabalho” (TRAGTEMBERG, 1971, p. 16).

O tempo necessário à produção de um bem se esconde sob o saber do operário. É necessário, portanto, antes de melhor expropriar o valor, expropriar este saber. Por isto ele vai dizer que a primeira das obrigações de uma direção científica “é a coleta deliberada [...] da grande massa de conhecimentos tradicionais que, no passado, estava na cabeça dos operários [...], registrá-la, classificá-la e, em numerosos casos, reduzi-la finalmente a leis e regras” (TAYLOR, 1980, p. 83). Este procedimento é, segundo ele, “o desenvolvimento de uma ciência que substitui o velho sistema de conhecimentos empíricos” (TAYLOR, 1980, p. 83). Em síntese, este procedimento que ficou conhecido como *Estudo de tempo e movimentos* é a base metodológica da *administração científica*. Taylor, considerando as pesquisas de Gilbreth (TAYLOR, 1980, p. 78, 83, 107), se coloca diante do operário, com cronômetro na mão e um minucioso mapa de anotações para observar os seus movimentos, realizar a “coleta deliberada” do conhecimento ali expresso, no ato de produzir, daquele trabalhador a sua frente. É este conhecimento, registrado, classificado e reduzido a “leis e regras”, que lhe permite enfim controlar a categoria mensurável do tempo, não por coincidência a mesma categoria com que trabalha Marx para revelar a *mais-valia* e seu significado no sistema e na reprodução do sistema (MARX, 1985; MARX, 1980).

A partir desta categoria, ele responde, ainda de forma aparentemente técnica, ao desafio da elevação da produtividade, isto é, à maior extração de valor da força de trabalho, em dado tempo; a expansão máxima do tempo excedente. É por seu turno a criação de grande massa de excedente que igualmente vai proporcionar melhores condições para atender ao mercado, cuja característica de renda pessoal disponível baixa exige produtos de preços acessíveis. Uma maior massa de excedente em menor tempo, reduz o custo unitário e, por conseguinte, o preço unitário da mercadoria.

Em suas palavras, “a eliminação da cera e das várias causas do trabalho retardado, desceria tanto o custo da produção que ampliaria o nosso mercado interno e externo, de modo que poderíamos competir com nossos rivais” (TAYLOR, 1980, p. 33).

O esforço de Taylor se concentra em viabilizar, portanto, dois aspectos fundamentais, determinações, como vimos, da produção capitalista: a geração de valor excedente e a circulação do valor, sob a forma de mercadoria a custos baixos e consequentemente preços baixos. Estes dois aspectos dominam sua preocupação, não porque Taylor trabalhe com categorias marxistas deliberadamente, mas porque, como lembrado na epígrafe deste artigo, “a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade, quanto na cabeça” (MARX, 2011, p. 59). Não é, portanto, estranho que Taylor também perceba estas duas dimensões como fundamentais, considerando, como diz ainda Marx, “produção e circulação de mercadoria o pressuposto geral do modo de produção capitalista” (MARX, 1996, p. 468).

Em torno deste esforço ou como parte dele, criam-se conceitos funcionais, que por seu turno significam o aprimoramento do mecanismo destinado a elevar a produtividade, chave que abre o caminho e dá passagem ao maior volume de valor de troca e à maior capacidade de circulação do valor.

Constrói-se um conjunto de novos saberes. Da expropriação do conhecimento define-se o conceito de *única maneira certa*, a lei ou regra que deve ser produzida pela *direção científica* para ser executada pelos operários. Deste conhecimento, fixa-se o *tempo-padrão*, tempo médio para a produção do bem. Com o tempo-padrão definido, projeta-se a *produção-padrão* esperada em dada jornada de trabalho dos operários. Por isto, compreendendo o essencial em Taylor, Braverman vai dizer, com destaque em *itálico*, que “Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como *uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado*” (BRAVERMAN, 1977, p. 86).

Todo um sistema de controles se torna factível e se viabiliza agora de modo racional, “científico”, no conceito de ciência que o positivismo, reinante na época, havia consagrado. A submissão dos trabalhadores e o controle despótico dos “oficiais e suboficiais da fábrica, “da máquina, do contramestre, e sobretudo do dono da

fábrica”, a que se refere Marx (1982, p.27), agora se podia realizar com esmero e até a sofisticação de pensar em uma *Lei da Fadiga*: conceber um intervalo de descanso “cientificamente” calculado, para que a força de trabalho se recomponha e continue produzindo com o mesmo padrão ou algo próximo das primeiras horas da jornada.

Digamos que neste conjunto de métodos de gestão da produção sintetiza-se a dimensão sócio-técnica de Taylor.

Mas ele tinha clareza quanto à insuficiência dessa dimensão. A compreensão da realidade de sua época e, em particular, da realidade do sistema ia além da solução metodológica e técnica. Ele já havia percebido que acima dos procedimentos técnicos voltados para imprimir a maior racionalidade possível ao ato de produzir valor, existia uma dimensão político-ideológica que precisava ser enfrentada. A própria limitação científica da técnica produzida – inscrita nas ciências sociais aplicadas, como hoje se classifica a administração – dizia a Taylor que seu método não se bastava. Como escreveu Vergara, referenciado em Gomberg, “as modernas técnicas industriais de estudo dos tempos não podem pretender rigor científico” (VERGARA, 1974, p. 92). Portanto, o sucesso do método dependeria da cooperação, no sentido de adesão, pelo menos consentimento, ou ainda uma *troca* que fosse além da remuneração salarial.

Esta segunda dimensão ou, melhor dizendo, esta outra dimensão, a dimensão ideológica, intimamente associada à luta de classes, estava posta na vida real da sociedade e das empresas. Cabia então enfrentá-la.

Em várias passagens dos *Princípios*, Taylor faz comentários que revelam o autor preocupado com as concepções difundidas entre os operários, as posições políticas das organizações e as avaliações correntes sobre a relação capital/trabalho, inclusive no que tocava diretamente o seu método.

Em *Administração de oficinas*, publicado anteriormente, em 1903, ele já havia explicitado o sentido mais profundo de seu esforço teórico: “O grande propósito da nova organização é o de produzir duas mudanças transcendentais nos trabalhadores: primeiro, uma revolução completa em suas atitudes mentais em face dos seus patrões e o trabalho; segundo, como resultado dessa mudança mental, um aumento tal em sua determinação e atividade física” (TAYLOR, 1945, p. 46).

Ponto inicial de seu diagnóstico, de certo modo uma análise fundamental, com variados desdobramentos, ele apontará “a vadiagem, a cera, como o maior perigo que aflige, atualmente, as classes trabalhadoras [...] o trabalhador vem ao serviço, no dia seguinte, e em vez de empregar todo o seu esforço para produzir a maior soma possível de trabalho, quase sempre procura fazer menos do que pode realmente” (TAYLOR, 1980, p. 32).

Estas “atitudes mentais” não são gratuitas. Ele vê a ação político-ideológica na origem e formação desta mentalidade resistente dos trabalhadores.

O significado da luta de classes – exatamente isto: a luta de classes – para o desenvolvimento do trabalho nos novos termos metodológicos construídos por Taylor, estava plenamente identificado. Tratava-se de um problema que precisava ser enfrentado também no plano das ideias. A propósito, ele dirá, nos *Princípios*, que “quase todos os sindicatos organizam ou estão organizando normas, destinadas a diminuir a produção dos operários” (TAYLOR, 1980, p. 34). Ampliando o espectro de sua denúncia, ele diz que “os homens que têm grande influência nas classes obreiras, os líderes trabalhistas, bem como pessoas com sentimentos filantrópicos que os ajudam, propagam diariamente este erro, afirmando que os operários trabalham demais” (TAYLOR, 1980, p. 35). Antes, tratando dos mesmos personagens, ele já havia dito, com toda precisão, que “a maioria desses homens crê que os interesses dos empregadores e empregados sejam necessariamente antagônicos” (TAYLOR, 1980, p. 30). Ele percebe o eco entre os trabalhadores das palavras dos “líderes trabalhistas” e dos “filantropos” e diz que “a grande maioria dos operários acredita que se eles trabalhassem com a máxima rapidez fariam grande injustiça à classe operária, arrastando muitos homens ao desemprego” (TAYLOR, 1980, p. 30).

Sua apreensão desta realidade, ademais, se dá em um tempo marcado pela reemergência das lutas sociais e políticas e pela aparição de temas controversos na sociedade política americana. “Os EUA têm sido agitados por questões de tarifas, consórcios de grandes empresas de um lado, direito de herança de outro, e sobretudo por

vários projetos mais ou menos socialistas de tributação, etc”, comenta Taylor em página imediatamente anterior a suas críticas aos sindicatos e filantropos (TAYLOR, 1980, p. 33).

Além destes temas controversos, o mundo também estava agitado pela ação dos socialistas nos diferentes espaços da sociedade – não só no terreno da tributação. Os sindicatos, como ele mesmo já comentou, tinham os olhos sobre a relação capital/trabalho e particularmente sobre o seu sistema: “cada aspecto do estudo de tempo deve estar sujeito à revisão do sindicato, através da contratação coletiva e de adequados processos de queixas e reclamações”, anunciou na época a Federação Internacional de Trabalhadores da Indústria Metalúrgica” (VERGARA, 1974, p. 96).

Mais do que evitar “queixas” e “reclamações”, Taylor pretendia construir uma ideologia – “uma revolução completa em suas (dos trabalhadores) atitudes mentais em face dos seus patrões e o trabalho”. Como anteriormente referido, as novas atitudes mentais repercutiriam direta e objetivamente sobre a produtividade: “como resultado dessa mudança mental, um aumento tal em sua determinação e atividade física”.

Por isto, ele se dedica em várias ocasiões a convencer seus leitores e ouvintes de que “a administração científica tem, por seu fundamento, a certeza de que os verdadeiros interesses de ambos (trabalhadores e patrões) são um, único e mesmo: de que a prosperidade do empregador não pode existir [...] se não for acompanhada da prosperidade do empregado” (TAYLOR, 1980, p.30).

No plano de combate à consciência de classe e seu desdobramento – a luta de classes – ele investe além da fábrica para voltar a ela. Depois dos comentários sobre a *cera* no trabalho como o maior mal de sua época, após as críticas aos sindicatos que desvirtuam as ideias dos operários e aos “filantropos” que se apiedam com a exploração e o desemprego, ele dirá que “como certos indivíduos nascem preguiçosos e ineficientes, outros ambiciosos e grosseiros, como há vício e crime, também sempre haverá pobreza, miséria e infelicidade” (TAYLOR, 1980, p. 43). Suas considerações envolvem aspectos relacionados com as concepções gerais da ideologia dominante. Fortalece o individualismo, pedra preciosa da sociedade civil burguesa: “qualquer que seja, porém, a causa do progresso da produção, é o maior rendimento de cada indivíduo que leva o país de modo geral à prosperidade” (TAYLOR, 1980, p. 127). Na mesma linha, apenas trocando o sinal, desqualifica o trabalho coletivo e o sentido social do trabalho, dizendo que “a análise cuidadosa demonstrou que quando os trabalhadores estão reunidos, tornam-se menos eficientes do que quando a ambição de cada um é estimulada” (TAYLOR, 1980, p. 75).

Em síntese, tratava-se de combinar procedimentos capazes de controlar o processo produtivo em seus tempos e movimentos e modificar a relação capital/trabalho de uma relação capital x trabalho para uma aliança capital-trabalho. Nas próprias palavras de Taylor, “afastando este hábito de fazer *cera* em todas as suas formas e encaminhando as relações entre empregados e patrões, a fim de que o operário trabalhe do melhor modo e mais rapidamente possível, em íntima cooperação com a gerência e por ela ajudado, advirá em média aumento de cerca do dobro da produção de cada homem e de cada máquina” (TAYLOR, 1980, p. 33).

Entretanto, Taylor não está laborando exclusivamente sobre abstrações vazias. Ele agrega ao discurso um detalhe prático, que preenche, como disse Althusser (1983), a alusão necessária à ilusão ideológica. Ele adota, de modo convicto, “o *trabalho por peça com gratificação diferencial*” (TAYLOR, 1980, p. 33): remuneração maior, “em média salários 80 a 100% mais altos” para os operários que realizam a *produção-padrão* esperada (TAYLOR, 1980, p. 91). Este *homem de primeira classe*, como o classifica Taylor, seria o exemplo material de que, com o sistema Taylor, sua remuneração e eventual adicional por peça, a prosperidade do empregador será acompanhada da prosperidade do empregado. Marx já havia observado que “o sistema de pagamento do trabalho por peça dá certamente a aparência de que o trabalhador recebe uma parte determinada do produto” (MARX, 2011, p. 221). A elevação da produtividade propiciará ao empregador mais valor excedente; propiciará ao empregado o adicional por peça, uma remuneração superior. Relembrando: “a administração científica tem, por seu fundamento, a certeza de que os verdadeiros interesses de ambos são um,

único e mesmo". Como já havia dito em *Administração de oficinas*, "o novo sistema transforma seus patrões de antagonistas em amigos" (TAYLOR, 1945, p. 134).

Seu discurso destinado a enfrentar a luta de classes, negando-a, mas a fazendo, ganha assim a materialidade necessária. Se os homens de primeira classe são poucos, como ele mesmo admite, portanto se os que prosperam com seus empregadores estão na proporção de 1 para 8, isto ocorrerá sempre porque "certos indivíduos nascem preguiçosos e ineficientes" (TAYLOR, 1980, p. 43).

“Uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas...”

A sociedade americana, populosa e "populista", a que se referiu Harvey, foi o mercado que desafiou a produtividade dos EUA e a que Taylor procurou dar resposta. Além da migração rural para as grandes cidades industriais, "durante os 15 anos que precederam 1914, quase 15 milhões de pessoas desembarcaram nos EUA" (HOBSBAWN, 1995, p. 93). Mas, em rigor, todo o esforço dedicado a isto pelo engenheiro encontrou potencialização em Ford. Ele percebeu que este mercado de massa era uma oportunidade excepcional, mas não poderia acompanhar os preços praticados pela indústria até então.

De 1913 para 1914, Ford introduz em sua fábrica de automóveis o sistema mecanizado a que chamou de *estrada móvel* e que passaria à história como *linha de montagem*. Já não mais os trabalhadores individualmente produzindo as partes e as repassando ao companheiro. Agora, o chassi do automóvel passava diante dos trabalhadores e estes intervinham sobre ele, cada um em movimento preciso e único. A máquina impõe o ritmo ao homem e não o homem à sua ferramenta.

A mecanização da produção correspondeu ao que Marx identificou como o sentido preciso da maquinaria. Comentando a "dúvida" de Mill – "é duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano", Marx observa que "não é esse o objetivo do capital, quando emprega maquinaria". Esclarecendo, ele explica que "esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho de que precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais valia" (MARX, 1985, p. 424).

Em sua autobiografia, *Minha vida e minha obra*, Ford descreve, minuto a minuto, a diminuição do tempo necessário à montagem dos magnetos, do motor e do chassi. Referindo-se ao chassi, ele diz que "até então, o mais que conseguíamos fora montá-lo em 12 horas e 28 minutos. Experimentamos arrastá-lo por meio de cabos e rolos [...] seis operários, viajando dentro dele, iam tomando as peças dispostas pelas margens do caminho" (FORD, 1964, p. 66). Segundo diz, "esta experiência, ainda que grosseira, reduziu o tempo a 5 horas e 50 minutos por chassis" (FORD, 1964). Continuando suas experiências, "no começo de 1914, o tempo da montagem desceu a uma hora e trinta e três minutos" (FORD, 1964).

Assegurada a produtividade capaz de aumentar o excedente, cabia assegurar a circulação. "Toda vez que, sem prejuízo da qualidade, se diminui o preço de um carro, cresce o número de compradores" (FORD, 1964, p. 119). Suas estatísticas confirmam que à medida que aumenta a produção, sua opção não é pelo exclusivo aumento da margem, mas pela redução do preço e o ganho de escala: de fato, sua produção vai crescendo, de 1909 a 1916, de 18.664 a 785.432 carros, e seu preço vai caindo, no período, de U\$ 950 a U\$ 360 (FORD, 1964, p.107). Em suas palavras, "A redução dos preços avoluma os negócios [...] graças à brevidade do ciclo do negócio e ao grande volume das vendas, os lucros têm sido grandes. O lucro parcial por artigo é mínimo, mas o total é enorme" (FORD, 1964, p. 118). O ciclo de produção, o processo que parte "das minas ao vagão de embarque", "carro pronto" e "entregue ao comprador",

passou a "3 dias e 9 horas, em vez dos 14 dias que antes tínhamos como recorde de rapidez" (FORD, 1964, p. 275).

A produtividade, ponto inicial do processo de valorização, como observa Braverman, se faz com "o aceleração do índice de produção" que, neste caso, em que operava a linha de montagem mecanizada, obtinha-se principalmente com o "controle que a gerência conseguiu, de um só golpe, sobre o ritmo da montagem, de modo que podia agora dobrar e triplicar o índice" (BRAVERMAN, 1977, p. 131). O controle se obtinha "de um só golpe", porque a linha de montagem proporciona a submissão dos trabalhadores a uma cadência comum, determinada pela máquina. Na explicação de Marx, em sua análise sobre a indústria moderna, vê-se que

Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. [Porém] a maquinaria [...] só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho (MARX, 1985, p. 440).

É surpreendente ler, a propósito, no próprio texto biográfico de Ford, que pouco a pouco se criou um sistema impessoal, onde o operário perde a sua personalidade e se converte em uma peça do sistema. [Isto] surgiu como de geração espontânea. Estava como um germen latente e imprevisível, oculto na origem do sistema, e só veio a luz quando o sistema se desenvolveu prodigiosamente (FORD, 1925, p. 187).

Em termos práticos, a máquina cumpria o seu papel e isto significava "submeter seus trabalhadores a uma intensidade extraordinária de trabalho", como conclui Braverman, referindo-se a Ford (BRAVERMAN, 1977, p. 131).

A circunstância não passou sem a reação dos trabalhadores. Morgan, em seu *Imagens da organização*, relacionando a administração científica com a desumanização do trabalho, comenta: "quando Henry Ford estabeleceu sua primeira linha de montagem para produzir o Modelo T, a rotatividade dos empregados subiu para aproximadamente 380% ao ano" (MORGAN, 2007, p. 47).

Citando Sward, "com a chegada da linha de montagem, suas seções ficaram literalmente desertas; a companhia logo percebeu que seria impossível manter sua força de trabalho", Braverman observa que "nesta reação inicial [...] percebemos a repulsa natural do trabalhador contra a nova espécie de trabalho" (BRAVERMAN, 1977, p. 133).

Esta "repulsa" é reconhecida por Ford e ele responde com o incentivo material da elevação à U\$ 5 ao dia o salário dos seus trabalhadores e acresce a isto um adicional a título de "participação nos lucros". Trata-se de enfrentar este espantoso *turnover* e isto fica claro quando ele explica o "benefício que produziu nosso sistema", dizendo que "em 1914, contávamos com 14 mil empregados e para manter este contingente era preciso contratar 53.000 por ano. Em 1915, só contratamos 6.508 homens [...]". Segundo seus próprios cálculos "se continuássemos com o número anterior de entradas e saídas de operários, seríamos obrigados, nas condições atuais, a contratar 200.000 homens mais ou menos por ano, o que raiaria ao impossível" (FORD, 1925, p. 173).

Em paralelo a estas medidas práticas, ele reconstrói o discurso taylorista do interesse comum entre patrões e empregados: "onde se junta uma direção hábil e um trabalho honesto, é o operário que aumenta o seu salário" (FORD, 1964, p. 91). Anunciando seus "princípios diretores", ele diz que "é possível organizar o trabalho, a produção, a circulação e a remuneração de tal forma que todos os *colaboradores* (itálico nosso) recebam a parte de riquezas a que fazem jus" (FORD, 1964, p. 191). Mais adiante, escrevendo sobre os salários, ele pergunta: "como haver real prosperidade, se um operário não pode adquirir o produto que fabrica? Formam eles uma parte do público da empresa" (FORD, 1964, p. 296).

Ele também faz luta de classes criticando as federações operárias, acusando-as de incitar a "guerra de classes" e denunciando os seus dirigentes: "um só grupo é forte nas federações: os operários que vivem das federações. Alguns deles são riquíssimos.

[...] outros são radicais [...] raiam ao bolchevismo [...] o tempo inteiro e toda energia (consagram) à propaganda subversiva” (FORD, 1964, p. 180-181).

Como disse Marx, “em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade” (MARX, 2011, p. 59).

O fordismo se impôs ao conjunto da produção. De início nos Estados Unidos; a seguir em todo mundo. Além da linha de montagem, dos preços baixos e da rápida circulação, ele consolidou a opção por produtos e produção *standarts* – “a estandartização equivale à reunião das melhores vantagens do produto às melhores vantagens da produção” (FORD, 1964, p. 252) – e se identificou com produtos de baixos custos, baixos preços e duradouros – “desejariamos produzir artigos de duração ilimitada e jamais fazermos mudanças inúteis que ponham fora de moda os nossos carros vendidos” (FORD, 1964, p. 110).

As suposições de Gramsci, quanto às camadas de chumbo que separam aristocratas, burgueses e proletários, inviabilizando o fordismo na Europa; as especulações de Fourgeaud, acerca das restrições financeiras do mercado europeu, incapaz de escoar uma produção em massa – ideias que fizeram Guerreiro Ramos ver o fordismo como um sistema essencialmente yankee – estas e outras objeções se dissolveram diante da invasão fordista que rompeu todas as fronteiras, inclusive as ideológicas (GRAMSCI, 1968; FORGEAUD, 1929; RAMOS, 1950).

### *A crise, o humanismo administrativo e a burocracia*

“As demandas da existência passaram do padrão da necessidade para a região do luxo. A produção que aumenta é consumida por uma crescente demanda interna e um comércio exterior em expansão. O país pode encarar o presente com satisfação e prever o futuro com otimismo”. As palavras do presidente Calvin Coolidge, dos Estados Unidos, com que Hobsbawn abre o capítulo sobre a Grande Depressão, ditas às vésperas de 1929, não eram mentiras (HOBSBAWN, 1995, p. 90).

As estatísticas da economia norte-americana revelavam um intenso crescimento entre 1899 e 1914, confirmando Schultz. A continuidade desse crescimento se prolonga até 1929, como se pode ler no Apêndice Estatístico de Kalecki (KALECKI, 1978, p. 191/193).

O que o presidente Coolidge e muitos analistas – excetuando Kondratiev e os fiéis à teoria dos ciclos – não poderiam prever é que naquele mesmo ano de 1929 a economia sofreria uma contração, que se desdobraria em longa recessão. Apesar de já se poder falar em *capitalismo organizado*, como o fez Hilferding, a verdade é que nem os bancos nem o Estado estavam preparados para enfrentar aquela circunstância. Ambos estavam muito envolvidos pelos dogmas da economia liberal, dentre eles a “Lei” de Say, para quem a oferta cria sua própria procura, e a “mão invisível” de Smith, que sempre reconduziria o capitalismo ao equilíbrio. Entre 1929 e 1933, nos EUA, “havia cerca de 15 milhões de desempregados, 5.000 bancos pararam suas atividades, 85.000 empresas faliram, as produções industriais e agrícola reduziram-se à metade”, resume Sandroni sobre a Grande Depressão (SANDRONI, 1994, p. 154). As estatísticas de Kalecki, baseadas no *National Bureau of Economic Research* e no Departamento de Comércio americanos, mostram a vertical queda da produção de U\$ 81,5 bilhões, em 1929, para U\$ 56,5 bilhões, em 1933, acompanhada pela redução da renda bruta do setor privado, de U\$ 74,1 bilhões para U\$ 46,9, no mesmo período (KALECKI, 1978, p. 194-7).

Como previra a Liga das Nações, a crise norte-americana se faria profunda e se estenderia aos demais países, industriais ou não, da Europa à América Latina.

Como de praxe, a repercussão imediata e direta deste quadro se deu incisivamente sobre os trabalhadores. “No pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego” (HOBSBAWN, 1995, p. 97). Esta globalização da crise a potencializou, reduzindo

drasticamente o comércio mundial e o fluxo de capitais, quando “os empréstimos internacionais caíram mais de 90%” (HOBSBAWN, 1995, p. 93).

A análise mais detida dos números da crise vão, porém, informar que este impacto sobre os trabalhadores tem nuances importantes para o nosso estudo. Mais uma vez recorrendo a Kalecki e suas fontes oficiais, podemos perceber que a massa dos salários do setor privado cai profundamente de U\$ 45,2 bilhões para U\$ 24,4 bilhões, portanto, quase à metade, naquele período dramático (1929-33). Mas a participação relativa dos salários e dos ordenados sobre o valor agregado, na economia americana, cai apenas de 36,2% para 35,0%. Isto, em parte, demonstra que a queda da produção agregada foi igualmente profunda – de U\$ 81,5 bilhões para U\$ 56,5 bilhões – mas também revela que a massa de salário do trabalho relativamente já não era grande. Isto se faz mais evidente quando comparada esta participação dos salários sobre o agregado entre o ano de 1923, 41%, e o ano de 1929, 36,2% (KALECKI, 1978, p. 192).

Entende-se porque do meado dos anos 1920 em diante começam a se registrar manifestações abertas de insatisfação e, mais uma vez, elevado *turnover*. Não é à toa que Mary Parker Follet, em 1925, convidada para fazer uma palestra, no *Bureau of Personnel Administration*, sobre os fundamentos psicológicos da administração de empresas, diz, na abertura de sua fala, que “escolhi certos assuntos que me parecem ir ao âmago das relações pessoais na indústria. Quero considerar a maneira mais produtiva de lidar com o conflito” (GRAHAM, 1997, p. 71). É que o conflito aberto e reconhecido por Taylor, Ford e ela própria subia àquela altura um patamar a mais. Explicava-se assim porque tendo ela perguntado “a vários operários, em duas fábricas [...] ‘se surgisse uma questão em que vocês tivessem que decidir entre a lealdade ao seu sindicato e a lealdade à fábrica, qual vocês escolheriam?’ a resposta era sempre ‘ao sindicato’” (GRAHAM, 1997, p. 101).

A crise que se desencadeia no final dos anos 1920 é, portanto, um prolongamento do que se configurava ao longo de toda a década e só assim se pode entender o comentário de Hobsbawn acerca do *crack* de 1929 e a Grande Depressão: “não foi surpresa para ninguém [...] que a economia mundial ficasse de novo em apuros” (HOBSBAWN, 1995, p. 95).

Em apuros também se encontrava o sistema Ford. Sua estrutura de produção em massa necessitava de consumo de massa, como é sabido. O desemprego, os baixos salários e a incerteza sobre o futuro inviabilizavam o consumo de massa. Naquela circunstância, considerar o sistema Ford em apuros significava considerar o próprio sistema de acumulação e reprodução do capital em risco.

Os movimentos sociais e políticos da época, de matizes diferentes, de algum modo questionando o capitalismo, pressionavam o sistema de poder e efetivamente o desestabilizaram. A cadeia crítica se desenvolveu com plenitude: da crise econômica à crise ideológica de desconfiança nos postulados liberais; da crise ideológica à crise política de reconsideração sobre o papel do Estado no modo de produção e no projeto societário do capitalismo. Por isto, do socialismo ao fascismo, os regimes tiveram como elemento comum a mobilização do Estado. Para os Estados Unidos, a saída apresentada se deu através do *New Deal*, o programa com que Franklin Roosevelt se elege presidente e que também consiste, essencialmente, em vasta intervenção estatal. Dá-se uma combinação potencializadora de ideias keynesianas – investimento em infraestrutura, fomento do emprego e política de expansão monetária – com ideias social-democráticas – aliança com sindicatos trabalhistas e políticas protecionistas. Os números divulgados por Baran e Sweezy, em estudo clássico sobre o capital monopolista, dão bem a ideia do novo compromisso e do conseqüente crescimento das despesas públicas sob o *New Deal*. De U\$ 10,2 bilhões a U\$ 17,5 bilhões, entre 1929 e 1939; de um percentual modesto de 9,8% sobre o PNB, os gastos totais do governo norte-americano, sob Roosevelt, saltaram para 19,2%, em 1939 (BARAN; SUEEZY, 1982, p. 130). Baran e Sweezy, vale dizer, desvalorizam o esforço do *New Deal* na recuperação econômica, porém as estatísticas oficiais do Departamento de Comércio americano não deixam dúvida. De 1934, ano dos famosos *cem dias* de medidas fortes do novo governo, até 1939, o produto

bruto do setor privado cresceu de U\$ 56,5 bilhões a U\$ 83,7 bilhões, até o salto de 1940, a U\$ 92,1 bilhões, certamente sob a influência dos preparativos para a guerra (KALECKI, 1978, p. 197). De todo modo, o *New Deal*, ou as variadas formas assumidas pelo capitalismo monopolista de Estado, ao recuperar o mercado consumidor, recuperou o fordismo, ainda que o tenha ajustado aos novos tempos.

Estes novos tempos significavam a emergência dos estudos sobre o comportamento humano nas organizações, quando as teses de inspiração psicológica e sociológica, voltadas para o ajustamento do trabalhador, se afirmaram. Correspondiam a um momento histórico em que os incentivos materiais, não tão fartos, precisavam ser compensados com “relações humanas” mais amenas, no ambiente do trabalho. Correspondiam também a um tempo em que o Estado cumpre um papel, até então não desenvolvido, de extrapolar a sua hegemonia no plano político, para exercê-la igualmente no campo econômico e ideológico. Para isto, agrega a medidas macroeconômicas um novo diálogo com os sindicatos trabalhistas. Esta a razão porque Braverman diz que “as origens da ideia de ‘relações humanas’ coincidem com a Depressão dos anos 30, e a onda de revolta da classe trabalhadora que culminou na sindicalização das indústrias básicas dos Estados Unidos” (BRAVERMAN, 1977, p. 129). Talvez se possa falar de um símbolo material desse novo compromisso: a aprovação da Lei de Seguridade Social, nos EUA, exatamente em 1935.

Estes estudos psicológicos e sociológicos se inauguram nos anos 1920, como a referência a Follet ilustra. Mas eles ganham foro científico com as pesquisas de Hawthorne, iniciadas em 1924 e a seguir coordenadas por Elton Mayo, professor de Harvard. Passagem obrigatória das teorias organizacionais, as pesquisas realizadas na usina da *Western Electric* partem de uma leitura tradicional da relação entre condições objetivas de trabalho (iluminação, higiene etc) e produtividade, para concluir que as relações sociais no trabalho teriam um significado maior do que se supunha até então. A busca da satisfação do trabalhador, não necessariamente pelos ganhos financeiros, mas em dimensões subjetivas – bom trato, boas relações grupais, aceitação e pertencimento – poderia incrementar a produtividade, portanto, aumentar o excedente. Esta é a tese central.

A denominada Escola das Relações Humanas, formalizada com a publicação, exatamente em 1933, de *The human problems of an industrial civilization*, de Mayo, obteve um razoável tempo de influência no campo da gestão. Como observa Robbins, o livro “tornou-se um *best seller* e foi criticado favoravelmente tanto pela imprensa popular como pela acadêmica” (ROBBINS, 2000, p. 495).

Em paralelo ao trabalho de Mayo, também se destaca, na mesma linha, o livro de Chester Barnard, *As funções do executivo*, lançado nos EUA em 1938. Barnard foi presidente da *American Telephone & Telegraph Company*, da *Bell Telephone Company* e da Fundação Rockefeller. Suas ideias, muito identificadas com as ideias de Follet e Mayo, tinham o aval dessa condição de CEO de grandes organizações. Em sua opinião “motivos, interesses e processos não-econômicos, tanto quanto econômicos, são todos fundamentais, desde os quadros mais elevados de diretores até o último homem da hierarquia” (BARNARD, 1971, p. 28). Formulações avançadas de mesmo teor são encontradas em várias passagens do livro: “o conflito, pode, ele próprio, ser o processo que conduzirá à remota integração” (BARNARD, 1971, p. 278), “a função do executivo é exatamente a de facilitar a síntese de forças contraditórias, em ação concreta, para reconciliar forças, instintos, interesses, condições, posições e ideais conflitantes” (BARNARD, 1971, p. 51), “o propósito objetivo de nenhuma organização é o lucro, mas serviços” (BARNARD, 1971, p. 162). Vale lembrar que é de Barnard a conhecida reconceitualização de autoridade, que inverte os papéis, atribuindo a quem recebe a ordem a função de lhe imprimir autoridade: “autoridade é a característica de uma comunicação (ordem), numa organização formal, em virtude da qual ela é aceita por um contribuinte ou membro da organização” (BARNARD, 1971, p. 169). Ele critica o individualismo liberal – “prega uma liberdade extrema, um individualismo ideal, uma autodeterminação, que no seu



irrestrito dogmatismo acabaria por evitar toda cooperação” – e conclui dizendo que “acredito no poder da cooperação dos homens” (BARNARD, 1971, p. 279-80).

A teoria *humanista* da Escola das Relações Humanas é seguida da abordagem comportamentalista, de fundo psicológico, corrente que reforça todas as intuições pretensamente científicas da pesquisa de Hawthorne e dos seus seguidores. Baseando-se nos estudos de Maslow, principalmente *A theory of human motivation*, um conjunto de proposições de fundo psicológico e sociológico foi apresentado, entre os anos 1930 e 1940. Pretendiam melhor compreender o comportamento do trabalhador e servir de fórmulas ajustadoras e julgadas necessárias para garantir a produtividade – centro e fim de todos os esforços. Comentando a emergência destas abordagens, Braverman minimiza a influência que estas intervenções subjetivas possam produzir, mas não as despreza. Segundo ele, as “manipulações dos departamentos de pessoal, a Psicologia e a Sociologia da indústria não desempenham papel mais importante na habituação do trabalhador ao trabalho, consequentemente isto não significa que o ‘ajustamento’ do trabalhador está isento de elementos manipulativos. Pelo contrário, [...] a manipulação vem em primeiro lugar e a coerção é mantida na reserva” (BRAVERMAN, 1977, p. 133). Isto é próximo do que considera Bendix, ao dizer que a teoria humanista da administração é voltada para “adornar a cooperação antagônica entre operários e administradores” (BENDIX, 1967, p. 119). Mas autores como Bogomonova e Tragtemberg afirmam, respectivamente, que essas ideias são “arma ideológica dos monopólios contra o movimento operário” e um “agir sobre os indivíduos e grupos para provocar neles a atitude que convém à empresa (BOGOMONOVA, 1975, p. 156; TRAGTEMBERG, 1989, p. 17). Avaliando o significado disto, Robbins conclui, no final do século XX, que “o legado de Hawthorne ainda hoje nos acompanha” (ROBBINS, 2000, p. 496).

A forte intervenção do Estado na economia, por seu turno, gerou a difusão da teoria da burocracia no âmbito das teorias organizacionais. Com novas responsabilidades, novas funções, maiores volumes de recursos humanos, materiais e financeiros, o Estado precisou de administração compatível com seu novo tamanho. Originalmente uma teoria sociológica, destinada a explicar o advento de um sistema de dominação na modernidade do capitalismo, as teses de Weber, reunidas em *Economia e Sociedade*, livro publicado em 1921, ganharam um significado prático importante. O modelo macroeconômico keynesiano, que impulsionaria o desenvolvimento do capitalismo a partir dos anos 1930, exige, como já vimos, uma máquina pública grande e rica. Seu funcionamento precisa de muita racionalidade e normatividade, aspectos fundamentais da burocracia. Segundo Weber, “a exigência de garantias jurídicas contra a arbitrariedade requer a ‘objetividade’ racional formal da administração, em oposição ao livre-arbítrio e à graça da antiga dominação patrimonial” (WEBER, 2009, p. 216). É um ordenamento fundado mediante “regras: leis ou regulamentos administrativos” (WEBER, 2009, p. 198). Esta é a razão porque em 1937, o Comitê Roosevelt, coordenado por renomados teóricos da administração (Urwick, Brech, Gulick) dedica-se à adequação do aparelho público às tarefas do *New Deal*. Também pode explicar porque Talcott Parsons publica *A Estrutura da Ação Social* em 1937, contendo ideias de Weber, e depois traduz a primeira edição de *Economia e Sociedade* para o inglês. O sistema do mérito, aspecto chave da burocracia moderna e contestação radical ao patrimonialismo, se expande de tal modo que, em 1950, 88% dos cargos públicos do governo central norte-americano eram providos por concurso (MATTOS, 1998, p. 29).

Mas, além do aparelho público, também os aparelhos econômicos privados absorvem a ordem burocrática e a desenvolvem, porque “esta ordem é aplicável igualmente, em princípio e historicamente comprovada [...] em empreendimentos da economia aquisitiva [...] o mesmo se aplica às grandes empresas capitalistas, e tanto mais quanto maiores sejam elas”, como explica Weber (WEBER, 2009, p. 144). Este processo de burocratização se amplia e se acelera como decorrência das relações crescentes entre Estado e mercado.

A burocracia, com seu apelo à legalidade e seu discurso de impessoalidade, reforça a ideologia da igualdade na sociedade dividida, conveniente aos novos tempos da relação capital/trabalho. Em suas próprias palavras diz Weber que “a dominação

burocrática significa, em geral, a dominação da impessoalidade (...) sem considerações pessoais, de modo formalmente igual para cada qual", (WEBER, 2009, p. 147).

A crise dos anos 1930, cujo impacto na economia capitalista foi profundo, deixou às teorias administrativas um modelo de gestão que combina o fordismo, o *humanismo* administrativo e a burocracia, em unidade de grande efetividade, apesar das evidentes contradições, que, aliás, marcam todo o sistema. É esta unidade teórica e ideológica que será a referência de modernidade administrativa e conduzirá as empresas nos chamados *anos dourados* de acumulação – até a próxima crise.

### Crescimento, estagnação, administração flexível e toyotismo

Os anos de pós-guerra consolidaram a hegemonia norte-americana. O acordo de Bretton Woods, em 1944, fez do dólar a referência monetária, e o Plano Marshall ampliou a presença econômica dos EUA nas economias europeias e no Japão.

Nas palavras de Harvey "o Acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial [...]. A América agia como banqueiro do mundo, em troca de uma abertura de mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações" (HARVEY, 1994, p. 131). Para Hobsbawn, "as duas únicas instituições internacionais de fato criadas sob os Acordos de Bretton Woods de 1944, o Banco Mundial ('Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento') e o FMI, ambos ainda existentes, tornaram-se de facto subordinadas à política americana" (HOBBSAWN, 1995, p. 269).

Em *The Marshall Plan*, observa Michael Hogan, que "the goal, as expressed in the Foreign Assistance Act, was a recovery program that encouraged the unification of European economies, promoted peace and productivity and served the needs of private trade and investment" (HOGAN, 1987, p. 93). Ironizando, *The New York Times*, na edição de 6 de janeiro de 1948, diz que "difícilmente poderíamos ir mais longe sem nos apoderarmos dos governos dos dezesseis países beneficiários".

Sintetizando os efeitos da combinação do Acordo com o Plano, explica Harvey que "o longo período de expansão do pós-guerra dependia de modo crucial de uma maciça ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional [...] consolidado e expandido no período de pós-guerra, seja diretamente através de políticas impostas na ocupação, [...] ou indiretamente, por meio do Plano Marshall ou dos investimentos diretos americanos subsequentes. [...] Essa abertura de investimento estrangeiro (especialmente na Europa) e do comércio permitiu que a capacidade produtiva excedente dos Estados Unidos fosse absorvida alhures" (HARVEY, 1994, p. 131).

Tudo isto se potencializa com o advento do Estado de Bem Estar Social e políticas sociais em geral, que com rapidez passam a integrar a agenda dos Estados-Nacionais capitalistas modernos. Parte resultado da euforia do pós-guerra e parte resistência ao avanço do comunismo, os governos se empenharam em políticas públicas redistributivas e inclusivas das camadas sociais pobres ao mercado. Para isto, investiram somas crescentes de recursos que se juntam às políticas keynesianas para elevar as despesas públicas, em grande medida destinadas a compras e investimentos.

Lendo as estatísticas divulgadas por Baran e Sweezy, vê-se a produção dos EUA novamente se multiplicando em breve tempo. O PNB salta de U\$ 91,1 bilhões, em

**Quadro - Evolução do PNB dos EUA – 1939/1961 – Taxa de crescimento**

1939	1939/1949	1949/1959	1959/1961
100	183,3	86,7	7,64

Fonte dos dados: Baran e Sweezy, 1982, p. 119.

1939, para U\$ 258 bilhões em 1949, U\$ 482,1 bilhões em 1959, e 518,7 em 1961 (BARAN; SWEEZY, 1982, p. 119).

A demanda pública puxa o mercado e faz as empresas intensificarem suas produções, em ciclo virtuoso.

É este ciclo que vai inspirar o movimento neoclássico na administração, cujo retorno aos procedimentos autoritários e a pressões sobre os trabalhadores é auxiliado pelo clima de antihumanismo e antisindicalismo instalado pelo *macarthismo* e a *guerra fria*. O movimento neoclássico da administração, como se pode depreender, significa a volta a postulados clássicos, até então teoricamente questionados pela psicologia e sociologia industriais.

Quem vê, no Quadro, a evolução do PNB dos EUA e a virada dos anos 1940/50, entende porque se tornou necessário retomar o modelo clássico de gestão e reduzir os efeitos das *relações humanas*.

A intervenção neoclássica ocorreu exatamente nestes anos, o *take off* da expansão econômica norte-americana. A construção estratégica realizada com Bretton Woods e o Plano Marshall eram grandes demais para se limitar às taxas de crescimento passadas, abaixo de 5%. As teses neoclássicas crescem sob a liderança de Peter Drucker, que, em 1954, publica sua principal obra, *Prática da Administração de Empresas*, baseada em suas experiências como administrador. Para ele "as relações humanas foram no início uma das grandes forças liberativas [...], não obstante, elas foram, ao menos sob a forma que existiram até hoje, primordialmente uma contribuição negativa" (DRUCKER, 1981, p. 265-6). Na mesma página, afirma, sobre "Frederick Taylor [e] a administração científica", que "sem ela, nossa administração do trabalho e do trabalhador jamais teria ido além das boas intenções [...] suas percepções básicas são um fundamento essencial para se pensar e trabalhar no campo" (DRUCKER, 1981, p. 266).

É com este *ajuste* no modelo produtivo keynesiano-fordista, assistencial e burocrático, e claro, com a posição estratégica que vimos construída na guerra e no imediato pós-guerra, que a hegemonia norte-americana se consolida.

Mas o crescimento da economia, nos anos 1960, como vimos, não acompanha os percentuais anteriores. Segundo a OCDE, as taxas de incremento do PNB dos EUA caem seguidamente a cada período estudado – 4,4%, de 1960 a 1968, 3,2%, de 1968 a 1973 e 2,4%, de 1973 a 1979 (OCDE, 1986). Todo o mundo capitalista avançado tem desempenho semelhante, inclusive o Japão, cuja taxa média de 10,4%, nos anos 1960, despica para 3,6% nos anos 1970 (OCDE, 1986).

O modelo de desenvolvimento entrou em crise. O discurso político-ideológico liberal apontou para o esgotamento do keynesianismo e do Estado de Bem-Estar Social, formas estatais de intervenção econômica. Mas a verdade é que no centro da crise estavam o fordismo e o mercado.

Toffler capta o momento de modo preciso, na consultoria que faz para a *Bell Corporation*, em 1972. Em seu relatório, mais tarde o livro *A empresa flexível*, ele diz que "estamos passando da produção fabril em massa [...] milhões de unidades acabadas padronizadas e idênticas" para "bens e serviços individualizados" (TOFFLER, 1985, p. 131). Antes já dissera que "durante toda a Era Industrial, a tecnologia exerceu uma forte pressão para a padronização, não apenas da produção, mas também do trabalho e das pessoas [...] agora emerge uma nova espécie de tecnologia que tem justamente o efeito oposto" (TOFFLER, 1985, p. 78). Segundo ele, trata-se de "uma rápida despadroneização dos anseios do consumidor". Na verdade, este *anseio* por despadroneização significa que o consumidor com capacidade aquisitiva não se sentia motivado a comprar produtos que já tinha em suas casas. Os produtos fordistas se repetiam na funcionalidade, no design e em suas possibilidades. Para piorar as coisas, eram duradouros. Com estoques domésticos satisfeitos, os consumidores potenciais não vão às compras e os produtos ficam no pátio. A circulação é interrompida. A mercadoria M não efetiva seu destino de converter-se em mais capital, D'.

A reprodução do sistema estava ameaçada, porque "a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção", "abalo constante", "subversão contínua da produção" (MARX; ENGELS, 1982, p. 24). Na mesma linha, escreveu Schumpeter que é preciso inovar para voltar a desenvolver:

“o processo de destruição criadora”, é a dinâmica que “revolucionaria incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos”. É deste processo de destruição criadora “que se constitui o capitalismo e a ele se deve adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver”. Dentre as inovações, “um novo bem” ou “uma nova qualidade de um bem” (SHUMPETER, 1961, p. 110; 1982, p. 48). O conceito de qualidade também se renova e passa a ser definido como “necessidades secundárias e terciárias dos clientes”, “conduzir melhoramentos contínuos”, “novos modelos” (JURAN, 1990, p. 46, 291-3), “agregação de valor”, expressão chave aplicável a produtos e pessoas, neste novo tempo de descartabilidade e obsolescência ultrarrápidas.

Por isto, Toffler vai dizer que “nenhum problema com que se defronta a indústria americana é mais importante ou menos compreendido que o da inovação” (TOFFLER, 1985, p. 83). Inovação significa “variações de modelos, tamanhos, estilos e serviços [...] novos produtos, tecnologias, processos ou procedimentos para substituir ou eliminar os antigos” (TOFFLER, 1985, p. 87). Mas, em rigor, o que Toffler dizia para os EUA cabia para todo o sistema, em escala mundial.

A *administração flexível* que procede daí, com a gestão da qualidade, a reengenharia, as terceirizações, as parcerias, os contratos temporários, a multifuncionalidade, a remuneração flexível, a virtualização, passa a ser o novo modelo, cuja flexibilidade é tanta que não se inibe de lançar mão de métodos antigos, fordistas e tayloristas, humanistas ou burocráticos, conforme pareça mais rentável.

Para produção tão variada, *mutante*, de pequenos lotes, resgata-se o método da toyota, usado nos anos 1950 para dar conta das demandas diversificadas da Guerra da Coreia. Como diz Ohno, criador do sistema toyota, “o sistema foi originalmente concebido para produzir quantidades de muitos tipos [...] pode enfrentar o desafio da diversificação” (OHNO, 1997, p. 54). Para a atualidade, ele desenvolve a lógica dos “valores e desejos diversos da sociedade moderna” dizendo que eles “podem ser vistos com clareza na variedade de carros” e comenta que “foi certamente esta diversidade que reduziu a efetividade da produção em massa [...]. Ao se adaptar a diversidade, o Sistema Toyota de Produção tem sido muito mais eficiente que o sistema fordista” (OHNO, 1997, p. 54). Ohno explica o aparecimento do Sistema na Toyota a partir “da demanda trabalhista, em 1950, como resultado da redução de sua força de trabalho [...] estourou a Guerra da Coreia que trouxe demandas diversas. Atendemos estas demandas apenas com o pessoal suficiente [...] desde então temos produzido a mesma quantidade que outras companhias com 20% a 30% menos trabalhadores” (OHNO, 1997, p. 83).

Sua concepção de combate ao desperdício e redução de custos, para garantir o excedente com boa margem de lucro, (e preços acessíveis que assegurem rapidez na circulação), está intimamente relacionada com a redução de pessoal. Nas suas palavras, “no Sistema Toyota de Produção pensamos economia em termos de redução da força de trabalho e de redução de custos. A relação entre esses dois elementos fica mais clara se considerarmos uma política de redução de mão-de-obra como um meio de conseguir a redução de custos” (OHNO, 1997, p. 69). Conforme diz, “um trabalhador pode atender a diversas máquinas, tornando possível reduzir o número de operários [...] ele pode operar um torno, lidar com uma furadeira e também fazer funcionar uma freza. Ele pode até soldar” (OHNO, 1997, p. 28-34). Para maior clareza, ele explica que “o sistema ‘um operador muitos processos’ [...] foi possível no Japão porque não tínhamos sindicatos estabelecidos por tarefa como os da Europa e EUA [...] a transição do operador unifuncional para o multifuncional ocorreu relativamente sem problemas” (OHNO, 1997, p. 34). Usando o *kanban* para administrar, além do estoque, também as necessidades gerais da produção, ele diz que “o Sistema revela claramente o excesso de trabalhadores. Por causa disso, alguns sindicalistas têm suscitado que se trata de um mecanismo para despedir operários. Mas não é esta a ideia” (OHNO, 1997, p. 39). Suas palavras, ao longo do livro *Sistema Toyota de Produção – além da produção em larga escala*, não deixam dúvidas. Por isto mesmo, os autores mais atentos chamam atenção para o caráter de superexploração do sistema (CORIAT, 1994; GOUNOT, 1999).

Coriat, cujo estudo do toyotismo, *Pensar pelo avesso*, tem sido importante referência, dedica um capítulo às relações industriais e salariais. Ali ele procura demonstrar

que há “certas pré-condições reunidas” para que as regras do toyotismo funcionem, principalmente aquelas que submetem os trabalhadores à multifuncionalidade. Coriat aponta para o “sindicalismo de empresa, cuja característica essencial é ser reputado como bem mais cooperativo”, o “emprego vitalício”, apesar de sua enorme relatividade e limitação a grandes empresas, o “salário por antiguidade”, que induz à maior resiliência, e o “mercado interno”, quando se colocam possibilidades de ascensão no interior da empresa, impulsionadas pela intensa qualificação, mas evidentemente também pela postura cooperativa do trabalhador (CORIAT, 1994, p. 83/109).

É este o modelo que se oferece para contracenar com o fordismo, em um tempo de retorno a padrões liberais, em que a extração de valor, pelas vias absoluta e relativa, alcança elevados níveis e em que a precarização do trabalho se naturaliza sob o conceito de flexibilidade.

A administração flexível e o toyotismo se combinam em formas de elevação da extração da mais-valia, de conversão (circulação) de mercadoria em dinheiro e de envolvimento ideológico dos trabalhadores, articulando, como todas as teorias anteriores, a manipulação e a coerção.

### Considerações finais

Nosso esforço consistiu essencialmente em demonstrar a relação entre as principais teorias organizacionais e o desenvolvimento do capitalismo moderno. Procuramos os nexos entre a incessante reprodução do sistema, por via da apropriação do valor, sua circulação e expansão do capital, e os modelos de gestão.

O cenário com que trabalhamos foi aquele em que a economia dos Estados Unidos exerceu um singular protagonismo, que igualmente se expressou no plano da gestão. Como exceção à regra, avaliamos no mesmo plano o toyotismo, cujo avesso do fordismo se dá dialogando permanentemente com ele, como se pode perceber ao longo da obra de Ohno e mais ainda nas suas muitas páginas de elogio à Ford, presentes em *Sistema Toyota de produção – além da produção em larga escala*. A despeito de reconhecermos importantes contribuições de outros centros, como os princípios de Fayol, as pesquisas de Joan Woodward ou as produções do *Tavistock Institute* na Inglaterra, destacamos aquelas formulações que se fizeram modelo de gestão e repercutiram diretamente sobre as atividades produtivas, criação de valor e extração de mais-valia, marcando o século XX ou episódios especiais desse século.

Particularmente sobre Fayol, a sua criação teórica não se concentrou sobre a administração da produção, estrito senso, e teve maior atenção para com os aspectos gerais de um outro tipo de trabalho – a gerência. Entretanto é merecido dizer que sua teoria veio responder a maior complexidade das empresas, para além da divisão horizontal do trabalho, aquela que encantou Smith e que se refere diretamente ao trabalho produtivo. Suas conceituações, seus princípios gerenciais e suas orientações atenderam ao desenvolvimento da divisão vertical das organizações. Sua contribuição neste campo da administração de empresas, definindo funções e, particularmente, identificando as atividades do administrador, mais amplamente do que Taylor, imprimiu a racionalidade necessária às atividades indiretamente ligadas à produção da empresa e às relações destas com as atividades diretamente produtivas.

O desenvolvimento do capitalismo é um processo em ciclos. Nestes ciclos percebemos o diálogo que se trava constantemente entre a administração, a economia, a política e a filosofia. Por isto, devemos dizer que em rigor o capitalismo requer não uma ciência, mas uma *unidade científica* reunindo conhecimentos de diferentes esferas. Seus momentos de bonança e momentos de crise, que se alternam, como vimos, precisam de intervenções que não são econômicas, políticas, administrativas ou filosóficas isoladamente, mas de conjunto.

Nesses diferentes momentos especiais do século XX, as *unidades científicas*, metodológicas, tecnológicas e ideológicas, corresponderam à dinâmica de superação exigida pelas circunstâncias. Em todas estas superações, as determinações do sistema capitalista, identificadas por Marx – a crescente criação e apropriação do valor, a submissão dos

trabalhadores, a circulação da mercadoria e a inovação, “a subversão constante da produção”, aparecem como elementos centrais dos modelos que viabilizam a continuidade do sistema.

Além desta constatação, a releitura das teorias organizacionais na perspectiva do materialismo histórico também nos proporciona a percepção de que estas teorias têm um papel mais relevante do que habitualmente se atribui a elas. Parece confirmar-se a afirmação de Marx de que para melhor entender o modo de produção é preciso partir da categoria “aparentemente mais simples do trabalho”. É isto que fazem as teorias organizacionais, em função de obter resultados que atendam às determinações do modo de produção. Até mesmo a questão da circulação, no âmbito das diversas formulações teóricas, surge sempre a nossa frente como dependente de padrões de custos – essencialmente assentados sobre o trabalho, a redução dos contingentes, a extensão das jornadas, o volume de excedente, a maquinaria etc – que possam oferecer preços baixos.

O fato é que se percebe a importância dos estudos de tempo e movimentos, para, inicialmente nos EUA e depois em todo mundo, racionalizar a produção e principalmente dominar os produtores, expropriando o seu conhecimento do modo e do tempo de fazer. Esta expropriação, este novo patamar de controle se reapresenta em todos os demais modelos de gestão da produção – no fordismo, no movimento neoclássico e no toyotismo.

Observa-se também que o diálogo entre as esferas de conhecimento que compõem a *unidade científica* a que nos referimos tem encontrado na administração do trabalho um interlocutor muitas vezes fundamental.

É verdade que o modelo fordista deve muito à política e à economia política sua sobrevivência e relançamento, nos anos 1930. A despeito de tudo, foi a reinvenção do Estado intervencionista que recompôs o mercado de massa, absolutamente necessário ao fordismo. O Estado foi ali o ator principal, seja pelo *New Deal*, seja pelas razões defendidas por Baran e Sweezy que explicam a hegemonia norte-americana apontando para a militarização e o imperialismo. Nas duas hipóteses e, mais adiante, no Estado de Bem-Estar Social, é o Estado, o capital monopolista e em particular o capital monopolista de Estado que conduzirão o avanço dos EUA e a expansão capitalista do pós-guerra.

Mas permitimo-nos dizer que na crise dos anos 1970 – quando a estagnação do fordismo comprometia a economia e o próprio Estado – a *administração flexível* e o toyotismo tiveram papel decisivo. Eles se compuseram para a despadrãoização, a obsolescência acelerada, a multifuncionalidade, as parcerias e terceirizações, as desregulamentações e outras fórmulas semelhantes que reativaram os mercados, aumentaram a mais-valia e recuperaram as taxas de lucro. A renovação dos estoques domésticos foi fortemente estimulada por um conceito novo de qualidade, “melhorias sem fim”, como disse Juran, inovação e flexibilização generalizadas. Neste sentido, foi a teoria organizacional que retomou o ciclo virtuoso do capital e refez o fluxo de acumulação e reprodução.

Caberia falar do Estado não só no evento dramático dos anos 1930, mas nos vários episódios teóricos relatados. Certamente que no século XX, o desenvolvimento dessas ideias que constituem o pensamento administrativo não teria acontecido, ou não teriam passado de ideias, se o Estado não cumprisse com o papel que lhe atribuem Marx e Engels, assegurando direitos em certas horas, em outras os suprimindo, conforme a necessidade do sistema.

Esta releitura, acima de tudo, nos permitiu ver que, muito além do Estado, acompanha a trajetória das teorias organizacionais certa indisfarçável disputa, que faz delas uma metonímia de toda a história. Para maior precisão, enquanto uma história, as teorias organizacionais são também uma expressão reduzida e subjacente do conflito de classes.

## Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. *El capital monopolista*. Madrid: Siglo XXI, 1982.
- BARNARD, C. *As funções do executivo*. São Paulo: Atlas, 1971.

- BENDIX, R. As perspectivas de Elton Mayo. In: ETZIONI, A. *Organizações complexas*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- BOGOMONOVA, N. *Teoria das "relações humanas"*: instrumento ideológico dos monopólios. Amadora: Novo Curso, 1975.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CLARCK, V. S. *History of manufactures in the United States...: 1607-1860*. Washington, DC: Carnegie Institution of Washington, 1916.
- COGGIOLA, O. As crises econômicas e a teoria marxista. *Revista de Economia Mackenzie*, v. 7. n. 3, p. 96-180, 2009.
- CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Revan, 1994.
- DRUCKER, P. *Prática da administração de empresas*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Sudermann, 2004.
- ENGELS, F. *Anti-dühring*. Porto Alegre: Afrodite, 1973.
- FORD, H. *Minha vida, minha obra*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.
- FORD, H. *Caminhos da prosperidade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964.
- FORGEAUD, A. *La rationalisation*. Paris: Payot, 1929.
- GOUNOT, T. *Fordismo e toyotismo*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRAHAM, P. *Mary Parker Follet: profeta do gerenciamento*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Loyola, 1994.
- HEGEL, W. *A ciência da lógica*. São Paulo: Barcarola, 2011.
- HEGEL, W. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HOBBSAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOGAN, M. *The Marshall plan*. New York: Cambridge University Press, 1987.
- HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. São Paulo: Zahar, 1969.
- KALECKI, M. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Abril, 1978.
- JURAN, J. *Planejando para a qualidade*. São Paulo: Pioneira, 1990.
- LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Edições Sociais, 1976. (Textos, 1).
- MARX, K. *Teorias da mais-valia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. Prefácio à segunda edição inglesa. In: MARX, K. *O capital*. São Paulo: Difel, 1985.
- MARX, K. *Capital: o processo global de produção capitalista*. São Paulo: Difel, 1985. 2 v.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. V. 1
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Lisboa: Avante!, 1982. (Obras escolhidas).

- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. (Obras escolhidas, 3).
- MATTOS, A. *Antecedentes institucionais da administração pública norte-americana e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Makron, 1998.
- MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 2007.
- OCDE — ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Relatório Anual*. Paris: OCDE, 1986.
- OHNO, T. *O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Bookman, 1997.
- RAMOS, A. G. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.
- ROBBINS, S. *Administração: mudanças e perspectivas*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- SANDRONI, P. *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- SCHUMPETER, J. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril, 1982.
- SCHULTZ, T. *Agriculture in an unstable economy*. New York: McGraw-Hill, 1945.
- TAYLOR, F. *Princípios da administração científica*. São Paulo: Atlas, 1980.
- TAYLOR, F. *Administración de talleres*. Buenos Aires: Editorial Argentina de Finanzas e Administración, 1945.
- TOFFLER, A. *A empresa flexível*. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- TRAGTEMBERG, M. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1989.
- TRAGTEMBERG, M. A teoria da administração é uma ideologia? *Revista de Administração de Empresas*, v. 11, n. 4, p. 7-21, out.-dez. 1971.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 2009.
- VERGARA, J. *A organização científica do trabalho*. Lisboa: Estampa, 1974.
- ZIZĚK, S. *Menos que nada*. São Paulo: Boitempo, 2013.

**Submissão: 25/10/2013**  
**Aprovação: 10/12/2014**





# OVERCOMING DICHOTOMIES THROUGH SPACE: THE CONTRIBUTION OF DIALECTICAL MATERIALISM TO ORGANIZATION STUDIES

## SUPERANDO DICOTOMIAS ATRAVÉS DO ESPAÇO: A CONTRIBUIÇÃO DO MATERIALISMO DIALÉTICO AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Daniel S. Lacerda\*

### Abstract

One of the most debated choices in every social research design is the adoption of either a realist (objective) or an idealist (subjective) worldview of sociological problems. As argued in this paper, this dichotomy can be bridged by the dialectical approach of historical space production according to Marxist traditions in human geography. Therefore, this paper explores the philosophical grounds of this debate and previous attempts to conciliate the dichotomy and finally proposes a rejection of this dichotomy by adopting the categories of 'space' and 'time' as central in organizational analysis. Space is a historical production of social relations, and the same relations are defined in terms of their surrounding space. Thus, organization studies can benefit from a spatial view of organizations to overcome epistemological constraints by interpreting organizations as historically produced and producers of their spatial context.

**Keywords:** space, production, epistemology, Marxism, dichotomy.

### Resumo

Uma das escolhas mais debatidas na escolha da abordagem para pesquisas em ciências sociais é a adoção de um paradigma de pesquisa realista (objetivo) ou idealista (subjetivo) com o qual afrontar problemas sociológicos. Como defendido nesse artigo, essa dicotomia pode ser resolvida através da dialética da produção histórica do espaço, segundo a tradição Marxista da Geografia Humanista. Para demonstrar isso, esse artigo explora as bases filosóficas desse debate, as tentativas de conciliação dessa dicotomia, e finalmente propõe a sua rejeição através da adoção das categorias 'espaço' e 'tempo' como centrais na análise organizacional. O espaço se produz historicamente a partir de relações sociais, e as mesmas relações se definem a partir do espaço que as contém. Nesse sentido, os estudos organizacionais podem se beneficiar de uma leitura espacial de organizações para vencer barreiras epistemológicas, através da interpretação de organizações como historicamente produzidas e partes de um contexto espacial mais amplo.

**Palavras-chave:** espaço, produção, epistemologia, Marxismo, dicotomias.

---

\* PhD Candidate, Lancaster University, UK.  
E-mail: d.lacerda@lancaster.ac.uk

When producing scientific knowledge, researchers are required to be philosophically positioned to provide sense to their objective and justify their selected method. In the struggle for legitimacy, many scholars may be compelled to accept either a realist (objective) or an idealist (subjective) worldview of sociological problems. However, justifying the epistemological positions of a research is never an easy task, for every dichotomy also describes a continuum. Johnson and Duberley (2000) understand such disputes as part of the epistemological conventionalisms that frame the recognition of "valid" scientific knowledge and its communities of practice. Going beyond this framing in terms of paradigmatic engagement, it remains unclear how research can be positioned when both objective constraints and subjective constructions are accepted for describing a phenomenon.

Peci (2004) explains that the "object vs. subject" debate is an old controversy that has been an adjunct to main sociological issues for a long time. She addresses this question by identifying three possible responses to the objectivity–subjectivity debate: 1) unilateral adoption of one or other view; 2) attempted synthesis of the objectivity–subjectivity dichotomy; and 3) rejection of the objectivity–subjectivity dichotomy. Exploring these three possibilities and their theoretical bases, this paper aims to focus on the dichotomy rejection, proposing the Marxist perspective of space production over time as an appropriate form of representing and dealing with organizations.

Regardless of strong ideological resistance from contemporary intellectual movements, Marxism still has plenty to offer, and the contributions that Marxism can make to organization studies remain underexplored. The explanatory power it has within a capitalist society and the inspiration of its critical vein has not been systematically considered for many issues. Despite this struggle, Marxist sociology has much in common with most organizational studies such as the acceptance of the class structure stemming from the relations of production as the major element of social differentiation and the conflictual nature of capitalist work as opposed to the functional and neutral relations of designed organizations (ADLER, 2009). What I intend to discuss here is a more concealed and specific feature of Marxist sociology, which has been absorbed in critical geography: the concept of space as relational and produced over time. I argue that the *spatiotemporal* approach to organizations is a way to articulate both the objective comprehension of the material world and a subjective approach to providing meaning for this same world, while rejecting their opposition.

Most investigations in management studies do not consider the spatial conditions of organizations. The lack of spatial analyses could blind us from the important meanings and material constraints that are dialectically conditioning. Therefore, we are often presented with managerial accounts that focus either on aprioristic worldviews or narrowed material empiricisms. As I explain in this paper, the alienation of space, through which an abstract space for organizations is constructed, can be explained by Marxist sociology and its unfolding theories. What I will present is a close consideration of Marxist contributions to sociospatial analysis and the benefits of applying the epistemological perspective of space and time to organizational analysis for overcoming an old controversy in social sciences strongly present in management: the 'object vs. subject' dichotomy.

In the next three sections, I will explore the three possible solutions proposed by Peci (2004) for the discussed dualism. For the first one – the unilateral solution – I will present prevailing controversies regarding similar dichotomies that are frequently tackled in Organization Theory: object vs. subject, realism vs. idealism, and empiricism vs. rationalism. Such dichotomies are to be explained in the light of their respective philosophical traditions and illustrated by sociological debates. In the second topic – the alternative of reconciliation – which is widely discussed in sociology, will be explored. These two topics are important to completely understand the nature of the epistemological debate. However, I will continue by rejecting the existence of the dichotomy and present the main proposition of this paper through the use of the categories of space and time on the light of the key Marxist geographers that have

discussed them. As explored in the following section, although these concepts are yet undertheorized in the field of Management and Organization Studies (hereafter MOS) – and empirical applications are particularly rare – some contributions have already acknowledged their importance in the field (COSTA; GOULART, 2011; DALE, 2005). In the last section, some theoretical implications for MOS will be drawn, summarizing the key aspects of having space and time as key analytical categories.

## Taking the Unilateral Position

Although they are related, and many times coincident, the following dichotomies differ from one another, and should not be confused: 'objectivism vs. subjectivism', 'idealism vs. realism' and 'rationalism vs. empiricism'. Hessen (2000) explains them on the basis of the classical relation of the philosophy of knowledge between the *knower* subject (the individual intent on the apprehension of a new knowledge) and the *known* object (the content of knowledge to be apprehended by the subject). This relation can be understood as a search for the truth. Questions surrounding this aim include whether and how it is possible to know the truth. In this context the aforementioned dichotomies acquire sense.

The first dichotomy refers to the ontological essence of knowledge, wherein the truth would be found in the effectiveness of knowledge. The premetaphysical solution for this relation is represented by the following distinction: in objectivism the object determines the subject, and the subject incorporates the determinism of the object; whereas in subjectivism, the human knowledge is centered on a transcendent subject (HESSEN, 2000, p. 51). The epistemological possibility of achieving this knowledge brings about a metaphysical solution for the question of essence: for *realism*, the concrete world exists despite our consciousness, and all the attributes of the object are extracted from their own content; whilst for *idealism* there is no object disassociated from our consciousness, and the only possible objects remain as either abstract ideas or products of human perception (HESSEN, 2000, p. 53). In the social sciences, idealism is usually instantiated through *nominalism* (words/names instantiate our consciousness and establish truth). Although the previous explanations concern absolute concepts, several variations of these traditions attenuate their extreme positions.

The third mentioned dichotomy regards the sources for generating/observing knowledge. From the one side, according to *rationalism* a judgment will only be valid and logically true if derived from reason; and on the other extreme, according to *empiricism* the knower consciousness can only extract content from experience (HESSEN, 2000, p. 40). This third dichotomy is related to a contemporary categorization of knowledge as tacit (only acquired in in action) vs. explicit (can be represented in pieces of information).

Thus, the dichotomy motivating the present discussion (subjective-objective) is associated with its very metaphysical solution (realism-idealism) in the sense that the latter contains an epistemological substance for the former. The adoption of realistic or idealistic commitments by science is also a function of historical context. Roughly, as explained by Morente (1980), philosophy appears for the first time along with the belief that we live in a "real" world; therefore, our natural attitude toward the world is objectivity, which provides the grounds for *realism*. However, confronted by historical happenings (such as the dissolution of religious unity and discovery of the spherical earth and its place in the solar system), the Western Aristotelian philosophy of realism falls into crisis and gives place to *idealism*, which considers things as derived from the consciousness of the subject (MORENTE, 1980, section 69). Arguably, this shift has repeatedly occurred, illustrating the dialectical development of social knowledge<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> An analogous behavior of waiving traditions is illustrated in the field of management by Barley and Kunda (1992). They argue that contrary to what management tradition communicates, managerial discourse did not evolve linearly toward rational and, ultimately, normative forms of control. Instead, management rhetorics, assumed by the authors also as ideologies, defined social praxis in five "swinging waves" of normative and rational control, according to historical context.

According to Morente (1980, section 70), the main characteristic of modern thought is in effect its conditioning by its historical context, which carries the past that preceded it. The anxieties that opened the space for idealism also favored the emergence of the theory of knowledge, i.e., questions of epistemology, and the problem of the knowledge process. The metaphysical questions of being now inform various perspectives of knowledge, representing different natures of social sciences, of ways of achieving new knowledge (epistemologies). The opposing positions of naturalism vs. constructivism, for example, place in opposition the view that a concrete truth can only be achieved by proper methods used in complete disassociation with the world (naturalism); against the actuality of constructed truths through language and manipulation of meaning, wherein the individual cannot be considered as disassociated from the world (constructivism).

One of the key contemporary questions of sociology (and hence, of management) is whether the subject holds the *agency* to produce its social (organizational) reality or is determined by the social (organizational) *structure*. This dichotomy holds the very grounding of the 'idealism vs. realism' problem, transposing it to the social production. The agency vs. structure debate is still controversial in the social sciences (KING, 1999; ARCHER, 2000). While *agency* refers to the capacity of an individual to act, in traditional streams of structuralism the *structure* determines the agent in a static and time-independent way. This implies that whenever structure is opposed to agency, the duality is dialectically reoriented to the possibility of an *idealistic* determining agent confronting a *realistic* determinant structure. Bourdieu (1998) and Giddens (1980) are among those who sponsored the most propagated attempts of reconciliation between agency and structure, creating theories for which structure and agency are coexistent in human consciousness (Bourdieu's *habitus*) or in the action (Giddens's *structuration*), as explained in the next section.

In management, an intuitive answer to the separation between realism and idealism/nominalism might unfold from the identification of the level of analysis. That is to say, when discussing organizations, or the organizational field, we refer to something that does not concretely exist. As constructed concepts, organization and field could be approached as reified entities, since it is admitted to be possible to grasp the entire lot of what is born from the limited basis of human ingenuity (such a reification process is well observed in Systems Rationalism, for example by Boulding, 1956). However, when it comes to members of organizations, we are dealing with natural human beings, an extremely complex entity to conceptually understand. Since human beings are undefined, they would acquire a theoretical existence only when looked at through hermeneutic lenses, whatever they may be. Thus, the analysis of individuals would be more easily subordinated to the ontological assumption of subjectivity of the acquired knowledge (as depicted by ethnographic perspectives on organizations, for example Van Maanen, 1979).

However, this argument also holds a viable antithesis: one could say that reifying organizations in a realist approach is impossible, since organizations do not exist concretely, and thus should be treated as theoretical constructs. Similarly, driving conclusions regarding individuals would lead to logical fallacies if they were not directly supported by concrete experience. The problem with this contradiction is that it overlooks the underlying question. In other words, to tackle the question of knowledge source we cannot rely only on responses to the metaphysics of knowledge essence (as defined by Hessen, 2000). Paço-Cunha (2012) reminds us that the appropriation of categories needs to be part of a systematic effort of rearticulation of abstractions with the concrete, which means that any articulation of the categories of production should refer to the fundamental antagonism of society – the contradiction of itself. Over the past few decades, there have been many attempts to apply in the social sciences theories that similarly articulate the epistemological positions of realism and idealism, as will be illustrated in the next section.

## Attempted Synthesis

In the social sciences, the debate on dichotomies is more commonly found in the various paradigms that are built from the combinations of different dichotomies/continuums, as explained in the classical work by Burrell and Morgan (1979). It was only from the 1990s that possibilities of a multiparadigmatic knowledge incited MOS scholars to propose pathways to this journey (HASSARD, 1991; LEWIS; GREMES, 1999), although they have also motivated more doubting scholars to emphasize the incommensurability of such paradigms (JACKSON; CARTER, 1991; COOKE, 1997) or reaffirm the conviction of anchored positions on single paradigms (REED, 1997; FLEETWOOD, 2005). Although this paper is not about paradigms, and focuses on a single aspect of it, it is linked to this very debate, which has been influenced by different philosophical traditions and disciplines that have attempted to bridge the ontological gap between the objective (realism) and subjective (nominalism) nature of science.

On philosophical grounds, Hessen (2000, p. 61) places *phenomenalism* as the most important attempt to reconcile realism and idealism. It agrees with realism in its assumption of the existence of real objects but it is also aligned to idealism insofar as it limits knowledge to the consciousness of our minds. Phenomenalism, as constructed by Immanuel Kant, states that albeit "things-in-themselves" are "found" in reality, they are "processed" by an *a priori* intuition, which constrains the conceptual properties of such objects. Hence, it does not acknowledge the possibility of knowing the primary attributes of real objects – such as form, extension, and movement – since space and time are a function of our consciousness. Although phenomenism contributes to the understanding of the constraints discussed so far, the limit of its application to MOS resides in its grounding in the sole relation 'knower subject-known object'. Such philosophical rapport is conceptually changed by the complex nature of social objects, wherein multiple subjects interfere in each other's judgment.

Besides the proposition of the *a priori* contents of the mind, the Kantian contribution introduces the *critique* of such an assumption, by denying any pre-existing metaphysical hypothesis on the structure of reality. Kant was an idealist in the sense of the essence of knowledge, but this challenging and critical spirit can be also applied from the realist perspective: assuming that the real world has a given order (to some extent independent from our consciousness) but challenging its absoluteness. Accordingly, critical thinking applied to realism constitutes *critical realism*, wherein the objective properties of things are assumed to be formed not only by human perceptions but also by the reasoning of our consciousness. This position is becoming increasingly accepted by social sciences as it allows the determinism of objective constraints but still admits the role of social concepts in its critique. However, its precise ontological groundings are still disputed by different traditions (AL-AMOUDI; WILLMOTT, 2011).

The dispute on the objective vs. subjective nature of the knowledge of the world goes much further than its apprehension. It also (and perhaps especially) concerns the possibilities of acting on the same world. Particularly in the social sciences, famous reconciliations were constructed on the grounds of the 'agency vs. structure' dichotomy, and among those, two important sociological theories that emerged in the 1970s should be noted: the Theory of Social Action by Pierre Bourdieu and Structuration Theory by Anthony Giddens (Sewell, 1992; Peci, 2003). In brief, Bourdieu (1998) contends that power plays a key role in sustaining common belief. According to him, different agents who hold different levels of capital compose the social structure. The importance of the capital is determined by the leading agents, and the structure is created by the actions of single individuals who position themselves according to the level and type of capital they hold for this field, which determines how powerful they are. However, this very structure is internalized within each player, promoting a determining force that compels them to act according to the rules that govern this game, and thus maintaining the *status quo*. These internalized practices compose what Bourdieu calls *habitus*, and results in the reinforcing relation between internal (*habitus*) and external structures.

Giddens (1980) shares the same hermeneutic perspective of Bourdieu's social game as well as the attributed relevance to power relations. However, Giddens's

structure exists within human action, focusing more on the determining individual. Its central concept, *structuration*, stands for the effect that social structure has for the human action and the way this action defines social structure. For Giddens, although the set of social practices are enacted by space-time dispositions, the dialectical relation is not temporal, but virtually dependent on the other practices. The structure is a reflective product of human activities and the activities a recursive continuity of structured actions.

Both Bourdieu and Giddens are informed by Marx, especially by the notion of reification (see below), which followed the historical production of Marxist thought around the categories of 'ideal vs. real'. Marx's stance in this debate is seemingly realist, since he borrowed the dialectical method<sup>2</sup> from Hegel to apply it to material social reality. The contradictions are thus materially determined and acquire predominance over the clash of ideas (thus his method "historical materialism"), as illustrated in *The German Ideology*:

The production of ideas, of conceptions, of consciousness, is at first directly interwoven with the material activity and the material intercourse of men, the language of real life. Conceiving, thinking, the mental intercourse of men, appear at this stage as the direct efflux of their material behavior. (MARX; ENGELS, 1968, p. 6)

Although ideas appear here as conditioned by material practice, Marx and Engels acknowledge the necessity of ideas to intervene in the world, for they are "directly interwoven with the material." In subsequent productions of Marxian philosophy (moving forward from orthodox Marxism), Marxist dialectics was used to approach questions of knowledge, and Lukács (1967, 1971) gave one of the most prominent contributions of this categorization.

Lukács approached the objectivity-subjectivity dichotomy by examining the Kantian tradition that presupposed an external reality (universal, objective, and concrete) wherein no metaphysical essence would exist, and the representation of concrete ("singularity") wherein a particular instance is classified. Traditional scientific discourse would thus generalize each classified instance: "since every category – every form – is a product of transcendental creative subjectivity, Kant consequently needs to deny its content" (LUKÁCS, 1971, p. 21, my translation). Lukács criticizes this scientific tradition (subject/object) and finds in artistic form the possibility of linking objectivity and subjectivity through the category of the "particular": "because art depicts concrete men in concrete situations [...] it must attain the meaning of the typical of men and circumstances, providing a synthesis whose object would be the pure typical" (LUKÁCS, 1971, p. 230–231, my translation).

In a later development, Lukács (1967) put in Marxist dialectics the possibility of examining the contradictory content of reality as inseparable from the essence of the reality that generated it. Examining commodity fetishism as the central structural problem of capitalist societies, he argues that when commodity becomes the universal structuring principle of a society, it replaces commodity as "particular," founded in its use value. When commodity thus becomes a universal category, its exchange relations produce reification, i.e., transformation of an abstraction into a concrete object, subjugating human consciousness to the forms in which this reification finds expression. The way in which economy is later rationalized and systematized in formal laws – empowered by the division of labor – estranges men from the inherent contradiction existent within these relations, "thus, the subject of the exchange is just as abstract, formal and reified as its object" (LUKÁCS, 1967, p. 26). Lefebvre associates this tendency to the abstraction of space, as explained next in the presentation of the main argument of this paper: the appreciation of organizational truth through the analysis of the production of space over time.

---

<sup>2</sup> *The recurrent method of confronting a thesis to its contrary, which leads to a contradiction that will generate the synthesis to be used as a new thesis.*

## Rejecting the Dichotomy

Based on Nietzsche's critique of pure reason and building on the tradition of U.S. pragmatism, Peci (2004) proposes the rejection of the dichotomy 'ideal vs. real', which can be understood as shifting between the possible ways to reach the truth. This paper will offer a further option to reject this two-sided ontological possibility, which is based on a sociomaterial approach to the problem. It is based on Marxist thinking and argues that the separation of ideal and real can be overcome when space is observed over time. This proposal, as in the previously mentioned case of pragmatism, does not reject the ontological existence of these categories of subject *per se*; it just shifts away from the necessity of conciliation or negotiation between them in order to reach the truth. To pursue this track, it is first necessary to define *space* not in its physical and Cartesian sense (i.e., concrete form) but as a wider category that incorporates human relations and unanimated objects (which can be then operationalized by different constructs such as scale, network, territory, or place), as will be explained below. Accordingly, *time* is not disassociated from space; it is referred to through the historical analysis of spatial structures and their development.

According to Marx, the sphere of production is primary and determinant over the other spheres of social life. This production takes place in space, which is socially constructed over time by the power relations existent in society. Spatial features (both physical and social) enact possibilities and restrictions, affecting every dimension of everyday life. Moreover, no matter how precisely reality is depicted by objective descriptions, it is also determined by precedent social processes and associated discourses, inasmuch as for Marx individuals are constrained and enabled by the historical unfolding of the forces of production. The social context can thus rearrange power relations through the production of a new space. This dialectical relation is developed by some of the authors who have greatly influenced the field of human geography (LEFEBVRE, 1991; HARVEY, 1973; SANTOS, 2009), and who share the perspective of dialectical materialism, which informs this paper.

The ontological conception of space on which Lefebvre draws is based in an understanding of 'total space', which cannot be separated or fragmented by disciplines or elements. From the very beginning, Lefebvre (1991) clarifies his rejection to the dichotomist separation "ideal" vs. "real":

What term should be used to describe the division which keeps the various types of space away from each other, so that physical space, mental space and social space do not overlap? Distortion? Disjunction? Schism? Break? As a matter of fact the term used is far less important than the distance that separates 'ideal' space, which has to do with mental (logic-mathematical) categories, from 'real' space, which is the space of social practice. In actuality each of these two kinds of space involves, underpins and presupposes the other. (LEFEBVRE, 1991, p.14)

When examining the issue of urban space and social justice, David Harvey remarks that social relations are always spatial. In his methodological essays, Harvey (1973, p. 287) highlights the importance of human practice for the Marxian framework as the only way to resolve the dualisms of Western thought (subject and object, fact and value, mind and body, etc.). Harvey (1973) particularly highlights how intertwined the concepts of space, social justice, and urbanism are recognizing the power of Marx's analysis to reconcile disparate topics – by the collapse of dualisms that cannot be bridged – without losing control over the analysis.

The underlying reason for this viewpoint comes from the dialectical epistemology of the Marxist method, i.e., there is no prevailing side in the epistemological dichotomy subject – object. The human individual is the only animal capable of altering itself by changing its surrounding structure: human practice produces history at the same time as historical structure constrains human action. Concepts and ideas can then become the material force of production, as they are translated into human practice (HARVEY, 1973). Concepts are produced, hence, under certain conditions, and "the restructuring



of knowledge through this transformation process mirrors the transformation process as it operates in society as a whole" (HARVEY, 1973, p. 299).

Harvey claims that the key methodological question should be thus focused on understanding how this transformation occurs, which means to reveal how space is constantly produced. The world was naturally composed of a set of inanimate "things" before the beginning of human interventions in it. From the moment human beings start to appropriate inhabited space, we should understand space as including also social relations as constitutive elements. Lefebvre is one of the key authors who have shown how the comprehension of "space" is crucial to social relations. He analyzed the reproduction of social relations in the design, production, and representation of space over time. *The Production of Space* (LEFEBVRE, 1991) represented, and further developed, the concept of space in a way which is not neutral and concrete, but encompassing both the producing processes and the material products.

The production of space is a historical process that constantly evolves from the previous instant. The understanding of space is also determined by how human beings shape it. Milton Santos later leveraged Lefebvre's theories by advancing the critical perspective of geography to the development of global capitalism. His definition of space is oriented to the development of economic production; moreover, he referred to the organization of such space as "an indivisible, integral and also contradictory set of 'systems of objects' and 'systems of actions', not taken in isolation but as a unique scenario in which history unfolds" (SANTOS, 2009, p. 63). For Santos, the technique mediates the production of space. It is not only a conceptual operation but also a concrete realization. More than analyzing the product of labor or the worker, different techniques distinguish different spaces and bridge the "producer – product" gap. This proposition could be illustrated by the different management cycles that enact different 'fashionable' ways of managing, resulting in diverse realizations of managers and organizations over time.

The constant negotiation of ideal and real in the work of Lefebvre can be seen through the "spatial triad" that for him constitutes space: *spatial practice* – defining the space of production and reproduction, it ensures continuity and some degree of cohesion; *representations of space* – where space is designed and conceptualized, e.g., titles, organograms, or protocols; and *representational space* – space lived and associated in its symbolic apprehension. This is the experienced space, for which representation is subjective. These three aspects cannot be considered to be detached, in the same way as embodied experiences are not separate from the environment of enactment, but rather as mutually determining each other.

According to a spatiotemporal epistemology, ideal concepts are thus historically created concepts. They do not emerge from emptiness or exist in an autonomous fashion alienated from reality. Concepts are, instead, continuously being shaped along with experience. Ideas emerge as historical truths as a consequence of spatial practice, whereas any reality in space can be explained in terms of its genesis in time (SANTOS, 2009, p. 54; LEFEBVRE, 1991, p. 115). In other words, any space is a historical production grounded on the previous existence and what existed before is not reality anymore but a representation depicted from a particular viewpoint. Accordingly, Santos (2009, p. 36) explains that "every object and action have modified their absolute signification and acquire a relative signification, provisionally truth, different from the precedent moment and impossible in another place."

As unfolding from Marxian tradition (although none of them were orthodox Marxists), the influences so far mentioned are committed to the tradition of historical materialism. Lefebvre (1991) summarizes the essence of historical materialism in geography:

Any "social existence" aspiring or claiming to be "real," but failing to produce its own space, would be a strange entity, a very peculiar kind of abstraction unable to escape from the ideological or even the "cultural" realm. (p. 53)

However, historical materialism does not necessarily imply the realist ontology of space, because it necessarily requires human mediation to convey a meaningful effect (materiality). Lefebvre (1991, p. 27) himself exemplifies that space is at the same time

as concrete and abstract as money, which is grounded on a social convention but holds the material capacity of generating transformations. Moreover, the main commitment of such authors was to include social relation in the analysis of a material world. The resultant category (whatever it is named) can help MOS in the opposite sense: to include in social relations the material sense of the world where organizations engage.

### Implications for Organizations Studies

To understand the need for a spatiotemporal epistemology, it is useful to consider how time and space are objectified and rendered manageable within contemporary organizations. In effect, modern forms of organization often enact an instrumental reduction of time and space to strategic concerns. Clark (2002, p. 25) explains: "Time was given a linear format (the time line). Knowledge was given a linear format (e.g., the organization life cycle). Similar time-space trajectories can then be applied, with caveats and modification to social activities." The need for efficiency of modern organizations under instrumental concerns led the mainstream of MOS to the suppression of categories that would not contribute to this one-dimensional aim. However, it is not only true that efficiency gain is not the main requirement of all types of organizations, but being subjected to reductionist interpretations of reality can also mislead the understanding of such organizations.

Approaching organizations through the categories of space (territory, place, etc.) and time could assist in overcoming epistemological constraints. It would overcome idealistic entrapment, which reads phenomena from preconceived models of management, ignoring techniques, relations, or resources that can be understood only from the perspective of local occupants of that space. Likewise, the realistic centrality of material space as being sufficient to define the organization would be adjusted by the understanding that material objects and flows are signified on the basis of previous and ongoing territorial experiences, and such experiences entail constructed concepts: there is no science without presuppositions (NIETZSCHE, 1974, §344).

A compelling example of the use of spatiotemporal alternatives to MOS is the epistemological approach of contemporary historiographies, which appear as an emerging area of interest in the field and apply similar spatiotemporal assumptions to reconstruct 'truth' (notwithstanding discernible ontological differences from Marxian philosophy). Although the classical method of history when applied to MOS is grounded in historical realism, this practice is not absolute. Historical realism enacts history as an exercise of empirical objectivism – claiming to extract from the archives the simple reproduction of the past. However, contemporary historiographies also show how it consists of a narrative construction – from natural, material, and social entities – to disclose the past according to its traces (WEATHERBEE, 2012). Although MOS are dominated by methodological realism, Weatherbee contends that what history does is to give meaning to the actual past, as he does referring to his own historiography: "it is neither wholly realist nor wholly relativist in account" (WEATHERBEE, 2012, p. 213).

In an application of this approach, Srinivas (2012) discusses the theorizing of the past in organization studies. Albeit acknowledging how management history is more commonly constructed using archives as simple sources of facts, it suggests the application of Walter Benjamin's theses on the ways in which we recall the past: giving it a counterfactual possibility and broadening archives to include those who had no voices to appear in them. Srinivas goes beyond narrative, and his proposition could be understood as a quest for "social-material truth," which is not reachable by empirical pathways, neither can it be revealed only by human created tales but is approached by facts valid only under a given established spatiotemporal reality (the past). The truth is, thus, highly related to what happens in a given territory, but it should not be reduced to its written accounts.

The previous section demonstrated how Marxist authors' theories help to converge into two emancipative ontological assumptions of using space: it is composed by entwined objects and flows that make space socially produced by power relations,

and it is dependent on lived experience. Such assumptions are adopted in Lefebvre's (1991) triad, wherein spatial practice (production of particular sets), representation of space (planned or represented space), and representational space (symbolisms and creative representation) acknowledges associated views of a same space. Although they may seem distinct in nature, they determine each other as part of a total produced space (any symbol or representation is always associated to a space of practice).

Lefebvre's triad has been widely used by contemporary investigations of organizational space. In a seminal application of his theory, Dale (2005) incorporates the concept of social materiality in the analysis of mutual enactment of the social and material in the organizational control of a private company. The author describes how the design of a workspace combined with proper cultural and textual interventions produces a material space for individual control. Such material and spatial conditions triggers, in the workers, processes of resistance and accommodation in a constant negotiation between the individual and space.

In another stream of application of the production of space, Costa and Goulart (2011) adopt Santos's (2009) analytical categories to link events in social settings with the intended development of the territory. In the presented case, events involving social actors interacting with each other established different flows of resources with territory insiders and outsiders. The creation of networks with outsider actors disempowered the organization with internal actors, and showed the dialectical social relation between spatial links and development, as capable of changing the territory: "the relations between actors [...] producing and being produced by territorialities can, effectively, generate events in the territory" (COSTA; GOULART, 2011, p. 1013).

What these two examples have in common in terms of the discussion here is the mutual enactment of objective conditions and subjective actions in the organization of spaces. Discussing the mutual presence of objective and subjective elements, Dale (2005, p. 654) proposes the metaphor of the relationship between the river and the riverbanks to understand reciprocal influence between social structure and agency. The river is formed by the design of landscape from its very beginning and will continue to change if the landscape is externally altered, whereas the landscape is also shaped and changed by the erosion caused by the water of the river.

On the one hand, engaging with space is thus to realize that the social world is conditioned by objective constraints, such as environmental and gender inequality, present in the features of the lived space. Such constraints continuously affect the spatial praxis. On the other hand, carrying the produced history means that we could not approach any social phenomenon with a mind completely free from previous concepts, notwithstanding cultural conditioning seeming to be naturalized into invisibility. This explains to a great extent why radical dualisms have possibly vanished from most contemporary scientific theories.

## Conclusion

The use of a spatiotemporal epistemology in MOS should be aligned with emancipative ontological assumptions of space. As showed by the Marxist tradition of human geography (LEFEBVRE, 1991; SANTOS, 2009; HARVEY, 1973), space should not be considered only from the static physical viewpoint but through a scenario where social flows and material objects are entwined and interrelated. Any configuration of space is also embedded in the previous configurations from which it developed, i.e. the social relations that determined the production of a particular set of systems. Space is, consequently, a production of social relations, although the same relations are defined by means of surrounding space. As argued here, the adoption of this perspective can bridge the gap between realist-idealist worldviews.

This paper is not a defense of paradigmatic commensurability. In effect, hereupon two reservations will be made. The first one is that working with space is not necessarily a multiparadigmatic attempt, as it is based on its own theories and assumptions. What advocates of absolute commensurability often disregard is that different worldviews

(paradigms) characterize different problems, and not only different solutions to the same problem. The second point is that denying a given dichotomy is not a rebuff to all ontological dichotomies. In effect, we live in a world of continuums, and positioning science in each continuum is at the very least an exercise of good will.

The limitation of the proposed epistemology resides in the definition of space as derived from the Marxian perspective, for it is unsurprisingly focused on productive relations. This may be limiting to organizations not motivated by production, but by other types of social relations. Although 'production' could have a wide meaning out of orthodox Marxism, it is hardly fit, for example, on organizations emerged from "symmetric" and "collective" aims of human actions according to Arendt (1998). For Hannah Arendt, any relation to productive labor/work would be actually a reduction of the very human condition, which is intended to exert political actions. From the Marxist perspective, such a manifestation, disconnected (alienated) from the capitalist social order, is arguably impossible, but some degree of alienation exists in every analysis.

Finally, it should be noted that the approach presented here is not methodologically described. The epistemological ideas presented do not outline the implications for specific applications, which can be done over operational approaches that use spatiotemporal concepts in analytical constructs. A methodological sketch is likely to reduce at some level the absolute sense of space/time categories—this reduction is, after all, a known cost in any operationalization effort—but should not undermine the sociological basis of space as total and historically produced by dialectical forces.

## References

- ADLER, P. S. Marx and organization studies today. In: \_\_\_\_\_. *The Oxford handbook of sociology and organization studies*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 63-91.
- AL-AMOUDI, I.; WILLMOTT, H. C. Where constructionism and critical realism converge: interrogating the domain of epistemological relativism. *Organization Studies*, v. 32, p. 27-46, Jan. 2011.
- ARCHER, M. For structure: Its reality, properties and powers: a reply to Anthony King. *Sociological Review*, v. 48, n. 3, p. 464-72, June 2000.
- ARENDT, H. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- BARLEY, S.; KUNDA, G. Design and devotion: surges of rational and normative ideologies in management discourse. *Administrative Science Quarterly*, v. 37, n. 3, p. 363-99, Sep. 1992.
- BOULDING, K. General systems theory: the skeleton of science. *Management Science*, v. 2, n. 3, p. 197-208, Apr. 1956.
- BOURDIEU, P. *Practical reason: on the theory of action*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann, 1979.
- CLEGG, S. R.; KORNBERGER, M. *Space, organizations and management theory*. Slovenia: CBS, 2006.
- CLARK, P. A. *Organisations in action : competition between contexts*. Abingdon: Routledge, 2002.
- COOKE, B. The deceptive illusion of multi-paradigm development practice. *Public Administration and Development*, v. 17, n. 5, p. 479-86, 1997.
- COSTA, C. F.; GOULART, S. O jogo social e a produção de acontecimentos no território: o caso da Rede Arrozadeiras do Sul. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 9, n. 4, p. 998-1014, dez. 2011.

- DALE, K. Building a social materiality: spatial and embodied politics in organizational control. *Organization*, v. 12, n. 5, p. 649-78, Sept. 2005.
- DALE, K.; BURRELL, G. *The spaces of organisation and the organisation of space: power, identity and materiality at work*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.
- DEETZ, S. Disciplinary power, conflict suppression and human resources management. In ALVESSON, M.; WILMOTT, H. (Eds.). *Studying management critically*. London: Sage, 2003. p. 23-45.
- FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: a critical realist perspective. *Organization*, v. 12, n. 2, p. 197-222, Mar. 2005.
- FOUCAULT, M. *Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- GIDDENS, A. *The constitution of society*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- HARVEY, D. *Social justice and the city*. Oxford: Basil Blackwell, 1973.
- HASSARD, J. Multiple paradigms and organizational analysis: a case study. *Organization Studies*, v. 12, n. 2, p. 275-99, Apr. 1991.
- HESSEN, J. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JACKSON, N.; CARTER, P. In defense of paradigm incommensurability. *Organization Studies*, v. 12, n. 1, p. 109-27, 1991.
- JOHNSON, P.; DUBERLEY, J. *Understanding management research*. Thousand Oaks: Sage, 2000.
- KING, A. Against structure: a critique of morphogenetic social theory. *Sociological Review*, v. 47, n. 2, p. 199-227, May 1999.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. London: Blackwell, 1991.
- LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. Metatriangulation: building theory from multiple paradigms. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 672-90, Oct. 1999.
- LUKÁCS, G. *Prolegomeni a un'estetica marxista*. Roma: Riuniti, 1971.
- LUKÁCS, G. Reification and the consciousness of the proletariat. In: KARAGEORGIS, S. N. (Ed.). *History & class consciousness*. Pontypool: Merlin, 1967. p. 1-35.
- MARREWIJK, A.; YANOW, D. *Organizational spaces: rematerializing the workaday world*. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. *The german ideology*. [1968?]. Available from: <<http://cwanderson.org/wp-content/uploads/2011/09/The-German-Ideology.pdf>>. Accessed: 2014 Jan 15.
- MORENTE, M. G. *Fundamentos de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1980
- NIETZSCHE, F. *The gay science*. New York: Vintage, 1974.
- PAÇO-CUNHA, E. Rearticulação categorial ao pensamento marxiano: produção em geral, trabalho abstrato e burocracia. *CSONline (UFJF)*, v. 1, n. 14, p. 175-201, 2012.
- PECI, A. Estrutura e ação nas organizações: algumas perspectivas sociológicas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 1, jan./mar. p. 24-35, 2003.
- PECI, A. Além da dicotomia objetividade-subjetividade: a nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 71-96.
- REED, M. I. In praise of duality and dualism: rethinking agency and structure in organizational analysis. *Organization Studies*, v. 18, n. 1, p. 21-42, Jan. 1997.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SEWELL, W. A theory of structure: duality, agency, and transformation. *American Journal of Sociology*, v. 98, n. 1, p. 1-29, July 1992.

SRINIVAS, N. The possibility of the past: two routes to a past and what they tell us about professional power. *Management & Organizational History*, v. 7, n. 3, p. 237-49, 2012.

VAN MAANEN, J. The fact of fiction in organizational ethnography. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, n. 4, p. 539-50, Dec. 1979.

WEATHERBEE, T. G. Caution! This historiography makes wide turns: historic turns and breaks in management and organization studies. *Management & Organizational History*, v. 7, n. 3, p. 203-18, Ago. 2012.

**Submissão: 13/10/2013**

**Aprovação: 10/12/2014**



## DOS ANTAGONISMOS NA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA ÁGUA À SUA CONCEPÇÃO COMO BEM COMUM

Rafael Kruter Flores\*  
Maria Ceci Misoczky\*\*

### Resumo

O artigo defende que, para compreender a apropriação capitalista da água em suas diversas manifestações, é necessário considerá-las como momentos da produção de valor, uma dimensão socialmente construída que organiza o metabolismo entre seres humanos e natureza na dinâmica da luta de classes. Fundamentado em Marx, propõe uma interpretação para o tema da água a partir da ontologia do ser social e problematiza a construção histórico-conceitual dos consensos em torno da concepção hegemônica da água como bem econômico, analisando suas implicações para a organização da gestão e do acesso. Constata-se que, de modo funcional a essa organização, a apropriação da água é tratada de modo fragmentado e desarticulado. Por outro lado, nas lutas sociais pela defesa de meios de vida ameaçados, emergem concepções que se contrapõem aos consensos sobre a água e ao valor social capitalista, apontando na direção de uma concepção universal da água como bem comum.

**Palavras-chave:** Água. Capital. Natureza. Luta de Classes. Bem Comum.

### Abstract

The paper argues that in order to understand capitalist water appropriation in its diverse manifestations, it is necessary to consider all of them as moments of the production of value, a socially constructed dimension that organizes metabolism between human beings and nature in a class struggle dynamics. Based on Marx, it proposes an interpretation of water issues from the perspective of the ontology of social being, discussing the historical and conceptual construction of consensus around the hegemonic conception of water as an economic good, and analyzing their implications for water management and access. One of its findings argues that the appropriation of water is approached in a fragmented and non-articulated way. On the other hand, in social struggles in defense of threatened livelihoods, conceptions that oppose the water consensus and the capitalist social value emerge, pointing towards a universal conception of water as a common good.

**Keywords:** Water. Capital. Nature. Class Struggles. Common Good.

---

\* *Doutor em Administração.*

*Instituição de vínculo: Escola de Administração/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, membro do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora.*

*E-mail: rafael.flores@ufrgs.br*

\*\* *Médica sanitarista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Doutora em Administração.*

*Instituição de vínculo: Escola de Administração/PPGA UFRGS, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora.*

*E-mail: maria.ceci@ufrgs.br*



Nas últimas décadas, o tema da água tem estado cada vez mais presente nas agendas políticas dos diversos níveis de governo, em diretrizes e condicionalidades de instituições multilaterais de fomento ao desenvolvimento, e em análises científicas e acadêmicas de diversas áreas do conhecimento. Apesar da sua relevância e da multiplicidade e diversidade de atores que têm se envolvido com o assunto, o que se observa nesses espaços é um consenso que orienta as ações de governos e dos demais atores em arenas decisórias e deliberativas, assim como as análises científicas. As condicionalidades impostas pelo fomento ao desenvolvimento, as políticas públicas, as pesquisas, a organização de comitês e conselhos participativos, as propostas acadêmicas, enfim, a rica multiplicidade daquilo que compõe o espaço de discussão sobre a água cresce de forma convergente e consensual. Parte desse consenso decorre da adoção acrítica de referenciais que impedem a percepção de fenômenos como a privação do acesso à água ou que os tratam como meros problemas de gestão.

Estes consensos se expressam em diferentes dimensões. Uma delas é a ênfase em aspectos técnicos em detrimento de aspectos políticos. Neste sentido, o que se observa é uma proliferação de estudos e políticas orientados para a promoção de tecnologias como o mapeamento por sensoriamento remoto, ou para a solução de problemas de poluição pelo reúso. A poluição da água, por exemplo, aparece como um problema estritamente técnico, como se o poluidor não estivesse também se apropriando privadamente de um bem comum, o que é um problema político. Outra dimensão do consenso se organiza em torno do conceito de escassez, que se transmuta de um conceito da economia neoclássica para um axioma, passando a orientar acriticamente pesquisas e propostas políticas sobre a água. A terceira dimensão a ser mencionada de modo introdutório é a governança que, assim como a escassez, é aceita de forma acrítica e irrefletida: a conquista de uma governança efetiva harmonizaria os interesses difusos em uma mesma arena, como se o conflito de interesses fosse um problema passível de solucionar através de instrumentos eficientes de gestão. Finalmente, o tema da água é usualmente trabalhado de forma fragmentada, de modo que seria mais apropriado se referir aos temas da água. Apesar de estarem agrupados em um consenso que compartilha o axioma da escassez, as prescrições da governança e privilegia uma perspectiva tecnicista, os temas da água raramente são articulados. Neste sentido, o que se percebe são análises que fragmentam distintos temas e produzem a aparência de que eles não estão intrinsecamente conectados.

Este artigo problematiza a construção histórica e conceitual destes consensos e expõe seus aspectos contraditórios e conflituosos. Para encontrar esses aspectos, o estudo se vale das proposições de Marx, buscando uma interpretação para o tema da água a partir da ontologia do ser social. Para tanto, destaca a relevância da magnitude do valor, uma dimensão invisível e não quantificável, socialmente construída e simbólica, que organiza o metabolismo entre seres humanos e natureza, incluindo as formas pelas quais a água é apropriada em seus distintos usos. Nos processos de lutas sociais analisados – articulações contra a mineração a céu aberto na Argentina e outras lutas sociais, como o rechaço à construção de barragens na Amazônia – identificam-se concepções emergentes que questionam os consensos sobre a água. As percepções daqueles que vivem os riscos vinculados à privação e poluição da água apontam na direção de uma concepção universal da água como bem comum.

O texto aqui apresentado se origina de uma pesquisa que teve como objetivos demonstrar as tendências geradas pelo valor enquanto magnitude que organiza a sociedade capitalista, especificamente no que se refere à apropriação da água; analisar a construção histórica de consensos políticos e intelectuais que ocultam a luta de classes e as desigualdades produzidas na apropriação capitalista da água; e identificar, na práxis dos lutadores sociais que defendem meios de vida ameaçados pela

apropriação capitalista da água, concepções que vão além das aparências e esboçam uma contraposição à lógica que define a água como mercadoria.

As informações sobre as lutas sociais foram obtidas através de dados secundários e de duas viagens de campo na Argentina, realizadas no primeiro semestre de 2013: participação e entrevistas com ativistas durante o Encontro da *Unión de Asambleas Ciudadanas*, realizado em Mendoza; viagem de pesquisa em San Fernando del Valle de Catamarca, Andalgalá e Chilecito. Nessas viagens, se constatou o aspecto mais destrutivo da relação capitalista e, simultaneamente, as possibilidades libertadoras da organização e do poder popular. O contato com pessoas que vivem a privação da água, com intelectuais orgânicos a movimentos diversos, com ativistas e vítimas da espoliação produzida pela dinâmica do capital; assim como a vida, a consciência, politização e a atividade prática levaram a um posicionamento ético-crítico (DUSSEL, 2002) que orienta esse trabalho.

Do ponto de vista epistemológico, o trabalho se insere na perspectiva inaugurada por Marx e Engels (2009), um ponto de vista a partir do qual o concreto, a sociedade capitalista em suas múltiplas determinações, é reproduzido na abstração que recria essa realidade a partir de seu núcleo fundamental: o valor. O valor é o tempo de trabalho socialmente necessário na produção material. É objetivo, mas imaterial (HARVEY, 2010a). A forma pela qual Marx chegou a essa análise foi pela abstração. É por isso que “não há uma questão de método no pensamento marxiano”. O que existe é uma questão ontológica, que “definiu a tarefa do sujeito e assinalou o lócus da verdade” (CHASIN, 2009, p. 89). Sendo a atividade prática o lócus da verdade, a “fundamentação ontoprática” de Marx, nas palavras de Chasin (2009, p. 105), “consolida a questão em sua forma inteligível e no devido lugar científico, facultando sua investigação concreta pela indicação de seus lineamentos estruturais”.

Portanto, o estudo foi desenvolvido pela abstração do que se apresentou como realidade concreta, na busca por compreender suas contradições, gênese e necessidades. O argumento do trabalho condiciona sua demonstração e, por isso, a organização do texto se subordina à comprovação do argumento. Perdem sentido as regras de demonstração de resultados que subordinam o argumento (a síntese produzida entre o estudioso e os fenômenos) ao procedimento. Da mesma forma, não se pode separar a formulação do argumento das experiências, vivências e sensações dos autores.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresentam-se as contribuições da teoria de Marx para a compreensão dos fenômenos relacionados à apropriação da natureza e da água. Na segunda se apresenta a concepção da água – como bem econômico – que hegemoniza os debates, concentrando-se nos aspectos históricos e conceituais que dão origem à formação de um bloco hegemônico organizado em torno a este conceito, e liderado por corporações transnacionais e agências de financiamento. O consenso historicamente construído também se manifesta em limitações teórico-políticas de ativistas e acadêmicos que incorporam os conceitos e a visão de mundo próprios da racionalidade capitalista, promovendo uma confusão conceitual entre água como bem público e água como bem comum. Na terceira parte, são apresentados depoimentos e relatos de experiências de privação de água e lutas sociais contra o agronegócio, a construção de barragens e a mineração a céu aberto. Os relatos evidenciam sementes de concepções emergentes que rompem com a hegemonia a partir de uma práxis que faz a crítica ontológica das relações capitalistas, produzindo concepções e práticas disruptivas que se contrapõem ao valor social encarnado no dinheiro e à organização capitalista do metabolismo social.

## A Apropriação Capitalista da Água

Em Marx (1990), o conceito de natureza é sempre relacionado aos seres humanos e ao processo de trabalho. Ao apropriar a natureza de forma consciente, seres humanos se diferenciam de outros seres vivos. Não há determinismos ou lei natural que defina essa relação. Há, sempre, propósitos e interações sociais. Tendo como referência as formulações de Marx (1990) sobre o metabolismo entre seres

humanos e natureza, pode-se concluir que tudo o que a espécie humana produziu e produz se relaciona a duas categorias fundamentais: natureza e trabalho; sendo a natureza apropriada pelo trabalho.

O conceito de apropriação e a noção do metabolismo social como processo através do qual o ser humano se relaciona com a natureza ampliam o horizonte da análise fragmentada dos diversos temas relacionados à água. Qualquer uso que seja feito da água será, sempre, apropriação da natureza por meio de trabalho para satisfazer necessidades humanas. A água apropriada deixa de ser natureza prístina e se transforma em uma nova natureza; o que antes era exterior se torna unidade com aquele que apropria, em uma nova configuração. Essa percepção impõe considerar, na análise do tema da água, todas as suas formas de uso na sociedade capitalista, desde as mais necessárias, como a água para a alimentação e a saúde, até as mais supérfluas. Tampouco os nexos que articulam a totalidade da vida social – relações entre seres humanos, metabolismo social, formas de consciência etc. – podem ser ignorados e excluídos da análise. Os temas e usos da água ganham, assim, um núcleo articulador a partir do qual se compreende dinâmicas específicas: a apropriação da água se manifesta em temas distintos como a gestão por bacias hidrográficas; o uso intensivo de água em megaprojetos e na produção agrícola; as regulamentações (ou falta de) do uso de água subterrânea; os acordos sobre rios transfronteiriços; os direitos de uso etc.

Outro aspecto importante que sobressai da teoria de Marx (1990) é considerar que a água e a natureza em geral são apropriadas para a produção de valores-de-uso em processos que também produzem valor (na forma de valor-de-troca). Esses dois processos, apesar de serem o mesmo, são antagônicos. Isso coloca uma série de questões, sendo que a principal é que o propósito de apropriação da natureza deixa de ser a produção de valores-de-uso e passa a ser a produção de valores-de-troca.

Por mais que o processo de produção de ambas as dimensões (valores-de-uso e valores-de-troca) seja o mesmo, o critério social que determina e confere poder universal é o valor. Os usos sociais das coisas que são produzidas perdem relevância. Além disso, na relação capitalista, a natureza – matéria universal para a reprodução da vida – não conta como produção de valor, apesar de ser seu fundamento material<sup>1</sup>.

No momento em que se torna independente de sua própria magnitude, e por isso mesmo, o capital gera uma contradição fundamental: se autoatribui uma capacidade de expansão que não tem correspondência material e natural. Ou seja, o capital separa sua magnitude, em termos de maquinário, força de trabalho e mercadorias, do que efetivamente essa magnitude lhe permitiria transformar em termos de matérias-primas. A relação criada nesse antagonismo é a mesma, na análise de Marx (1990), que a relação que separa o valor e o valor-de-uso, mas em uma forma mais desenvolvida. Ao perder a conexão com as condições que limitariam sua reprodução em níveis material, natural e humanamente possíveis, o capital se transforma em uma relação alienada do mundo que o criou e, assim, se torna uma máquina sem freios que não encontra limites materiais e naturais.

Coagidos pela lei da competição, os capitalistas tendem a explorar ao máximo os trabalhadores, chegando ao ponto de esgotar a possibilidade de sua reprodução. Sendo a natureza e o trabalho as duas únicas fontes da produção de valor, a luta de classes, enquanto contenção da exploração do trabalho pela diminuição do seu tempo apropriado pela classe capitalista reflete, também, a luta contra a exploração da natureza. Em outros termos, o capital necessita incorporar tanto o trabalho – pela exploração da força de trabalho; quanto a natureza – matérias-primas, maquinário, recursos etc. Neste processo, os trabalhadores e a natureza encontram-se submetidos ao mesmo processo e a luta de classes pode, assim, ser também uma luta em defesa da natureza.

Muitos autores que trabalham com temas relacionados à ecologia e à natureza rejeitam a teoria de Marx com o argumento de que ela não considera a natureza na

---

1 Na *Crítica do programa de Gotha*, Marx (2012, p. 23) afirma categoricamente: "O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exteriorização de uma força natural, da força de trabalho humana".

criação de valor. No entanto, uma leitura de sua obra, acompanhando os movimentos analíticos que realiza, revela uma concepção segundo a qual o valor conferido pela natureza é um valor distinto daquele produzido na relação capitalista. Há, em sua teoria, uma articulação orgânica entre os conceitos de metabolismo social e valor: a organização metabólica do sistema capitalista engendra uma percepção social contraditória da realidade na qual a natureza não transmite valor às coisas, mas é, ao mesmo tempo, o seu fundamento material. Nessa lógica, a natureza apenas tem valor enquanto valor-de-troca, seja ela natureza prístina que foi separada de seu meio, seja matéria-prima ou, mesmo, bem de consumo. É o caso, por exemplo, dos mecanismos de atribuição de valor monetário à atmosfera, conhecidos como 'mercados de carbono', criados com o declarado objetivo de controlar as emissões de carbono e o efeito estufa. O mesmo ocorre com a atribuição de valor monetário à água, princípio fundamental na concepção da água como bem econômico. Também é o que acontece nas recentes iniciativas conhecidas como 'economia verde', que dominaram as propostas da última conferência das Nações Unidas, a Rio +20 (MISOCZYK e BÖHM, 2012). Essas propostas se fundamentam em atribuir valor-de-troca à natureza, ao invés de enfatizar seu valor-de-uso. São coerentes, portanto, com a impossibilidade de atribuir valor social às coisas pelos seus usos, própria da racionalidade capitalista.

Resistir ao avanço do capital na contínua e acelerada transformação da natureza em mercadorias exige, também, resistir a essas concepções. Mais especificamente, a análise dos processos de apropriação da água e dos conflitos a eles relacionados deve levar em consideração os fundamentos ontológicos do metabolismo social na sociedade capitalista, sob pena de permanecer na superfície de concepções parciais. Nessa perspectiva, os 'temas da água' se articulam em um único tema enraizado nos nexos mais profundos da apropriação da natureza que, na sociedade capitalista, são organizadas pela produção de mais valor em uma dinâmica de luta de classes: a água é natureza incorporada na criação de mais valor. A análise do tema da água, nesse sentido, deve identificar os interesses de classe em disputa, bem como os reflexos dessas disputas sobre a apropriação da água e as formas de vida.

Alguns autores têm atualizado os conceitos de Marx (1991) no que se refere à natureza e aos processos sociometabólicos organizados pelas tendências da apropriação de valor. Em Foster (2005), o tema das falhas no metabolismo social irracionalmente organizado pela necessidade de expansão do capital é trazido para o centro do debate, rechaçando assim as interpretações prometeicas que atribuem a Marx a crença no progresso das forças produtivas. Moore (2011a) avança esses argumentos, propondo entender o capitalismo como uma ecologia-mundo, uma espiral totalizante da história humana, usando a teoria do valor para explicar a organização do intercâmbio metabólico com a natureza. Ecologia, para ele, não é apenas ambiente físico, inclui também os seres humanos e suas relações, dentre elas o capital. Por isso, o capitalismo é um regime ecológico. Essa é, também, de certa forma, a compreensão de Smith (2010) e Harvey (2005), para quem o capital produz sua própria natureza e, também, espaços sociais. A produção do espaço e a construção de ambientes são resultado e, ao mesmo tempo, interferem nas relações capitalistas.

A apropriação da água não foge às dinâmicas apontadas por esses autores em suas análises sobre a fase atual do capitalismo. As diversas formas de apropriar-se da água para satisfazer necessidades humanas estão condicionadas pela produção de mais valor e pela luta de classes: são caracterizadas por desconfigurações e degradação ecológicas decorrentes de falhas no metabolismo social (FOSTER, 2005); estão imersas em relações múltiplas e criativas em diferentes escalas, relações que tendem a ser apropriadas para a acumulação infinita de capital (MOORE, 2011b); configuram distintos espaços (HARVEY, 2005); e, principalmente, têm sido alvo de distintas estratégias de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). A contribuição desses autores enriquece o arsenal analítico e fortalece a possibilidade de articular os diferentes temas usualmente trabalhados de forma isolada em uma compreensão universalizante: a apropriação capitalista da água é funcional à produção de mais valor em uma sociedade definida por relações e lutas de classes.

## A Construção do Consenso que Legitima a Água como Mercadoria

Na história recente do capitalismo, em diferentes momentos e lugares, foi forjada uma concepção que organiza uma hegemonia. Essa concepção possui fundamentos conceituais e teóricos que emergem de práticas concretas de usos da água, mecanismos de gestão e formulações teóricas a eles relacionadas.

Vincular a água com a forma mercadoria está na raiz da concepção da água como bem econômico que foi anunciada pelas Nações Unidas em 1992. No entanto, McGee (1909), no início do século passado, já a definia como recurso para a produção de mercadorias: a água é um recurso para a produção industrial, agrícola e para o abastecimento humano; é um insumo que impulsiona o crescimento da economia. Assim como qualquer outro recurso da produção, deve ser mensurado, quantificado e gerido como mercadoria. Apesar de simples, essa afirmação merece uma reflexão mais aprofundada.

Como visto, Marx (1990) analisa a mercadoria em seu aspecto mais essencial e contraditório: o antagonismo entre valor-de-uso e valor, que aparece como valor-de-troca. O que caracteriza a mercadoria na sociedade capitalista, para ele, é o descolamento entre o uso de algo, que se manifesta em seus aspectos qualitativos, físicos e materiais; e o valor social atribuído em função do tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Nesse descolamento, a magnitude do valor assume preponderância em relação ao valor-de-uso e, por isso, as formas aparentes do valor, como o dinheiro, se sobrepõem à própria mercadoria. O resultado é uma alienação na qual apenas tem valor social o que pode render mais à classe capitalista. Ou seja, a natureza, as dinâmicas da vida e o trabalho apenas podem ser socialmente valorizados enquanto mercadorias. Com essa interpretação, Marx (1990) oferece uma explicação para o ato de retirar da água seus aspectos essenciais de uso e promover uma progressiva ideia que a define como mercadoria representada pelo dinheiro. Se nas primeiras formulações de McGee (1909) esse argumento estava implícito, nas formulações atuais da economia verde ele é explícito: o uso da água deve ser pago em dinheiro e as reservas de água são precificáveis.

O antagonismo entre valor-de-uso e valor, em Marx (1990), se revela em uma abstração que capta a realidade concreta sob dois ângulos também antagônicos: o processo de trabalho e o processo de valorização. O processo de trabalho é a apropriação da natureza para a produção de valores-de-uso por meio do trabalho; e o processo de valorização é a criação de mais valor social para a classe capitalista. O antagonismo no qual a sociedade capitalista se sustenta engendra relações *fetichizadas* nas quais o movimento de mercadorias oculta as dinâmicas sociometabólicas (que incluem as relações sociais e com a natureza) que as criaram. O dinheiro, enquanto mediador dessas relações, potencializa o fetichismo das relações sociais. Sendo o dinheiro "o representante universal de toda a riqueza material" (MARX, 1990, p. 231), a forma pela qual, na racionalidade capitalista, se pode atribuir valor a algo é transformando esse algo em dinheiro. Assim, por exemplo, a natureza prístina passa a ser considerada uma "infraestrutura ecológica que provê água" (UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME, 2010, p. vii), como afirmou o diretor executivo da *United Nations Environmental Programme*, e, portanto, deve ter seu valor determinado em dinheiro.

Essa lógica aparece nas formulações sobre a água como bem econômico: ao desconectar o valor-de-uso do valor atribuído pelo dinheiro, justificam e ampliam uma relação fetichizada que encobre os aspectos concretos das práticas de apropriação e dos mecanismos de gestão a elas associados. Para aprofundar esse argumento, considera-se com mais cuidado dois aspectos que fundamentam essa relação fetichista: o conceito de escassez e a teoria institucional.

O conceito de escassez é um conceito muito caro às concepções teóricas que legitimam as relações capitalistas em termos de apropriação da natureza. O argumento da escassez remonta, principalmente, às formulações malthusianas que legitimavam a

desigualdade social e a miséria como formas corretivas do crescimento populacional. Na vertente neoclássica da economia o conceito está associado a um movimento que retirou o foco da criação de valor por meio do processo de trabalho – ponto pacífico entre os principais economistas clássicos, ainda que com diferenças. O novo foco referendava o valor das mercadorias conferido pela determinação de preços no cruzamento entre oferta e demanda. Ou seja, apenas as trocas possibilitadas pelas relações capitalistas de produção e circulação de mercadorias, mediadas pelo dinheiro, poderiam criar valor social. Justificava-se, assim, no mundo aparente das trocas, a função do capitalismo na criação dos valores.

Menger (1988) é um dos precursores desses argumentos. Para ele, 'bens econômicos' são aqueles cuja demanda é maior que a oferta e, portanto, apresentam escassez; 'bens não econômicos' são os abundantes. Fundamentando a propriedade privada, Menger (1988, p. 61) afirma que "[...] a economia humana e a propriedade têm origem econômica comum, pois ambas encontram seu fundamento último no fato de haver bens cuja oferta é menor do que a respectiva demanda", concluindo que a propriedade é "a única solução prática possível que a própria natureza (isto é, a defasagem entre a demanda e a oferta de bens) nos impõe".

Se a propriedade privada é uma consequência natural da atividade humana é lógico concluir, como faz Menger (1988, p. 68), que riqueza é "a totalidade dos bens disponíveis a um indivíduo que desenvolve as atividades econômicas", ou seja, é um "critério para medir o grau de plenitude no qual uma pessoa consegue satisfazer suas necessidades" (MENGER, 1988, p. 69). Portanto, apenas os bens econômicos podem constituir riqueza, e a riqueza apenas existe enquanto propriedade privada, já que os bens não econômicos (aqueles que existem em abundância) não levam a que se realizem atividades econômicas e não constituem riqueza. Daí concluir que a escassez seja desejável é um passo que o autor dá, ao defender uma diminuição contínua de bens abundantes (como o ar, a água, as paisagens naturais), uma vez que isto fará com que eles finalmente se tornem escassos em algum grau e, assim, componentes da riqueza, que será aumentada (MENGER, 2007 apud FOSTER e CLARK, 2009, p. 4).

Os argumentos da escassez, no entanto, apresentam uma armadilha: engessam as possibilidades de conceber a abundância como valor ou riqueza porque associam a criação de valor à necessidade, como se o capitalismo fosse resultado natural da necessidade social. Essa é a lógica que orientou o anúncio da água como um 'bem econômico' feito pela ONU em 1992, em um documento que ficou conhecido como 'Os princípios de Dublin': a única forma de atribuir riqueza e valor à água é considerando-a escassa e atribuindo-lhe o equivalente em dinheiro. Nesse sentido, a suposta 'mudança de paradigma' (BARRAQUÉ, 1995) defendida pelos entusiastas da governança, do modelo francês de gestão por bacias hidrográficas e dos Princípios de Dublin, é, na realidade, um retorno ao paradigma neoclássico: retomam os fundamentos da escassez como conceito organizador da apropriação da natureza e a concepção de 'bem econômico' como única forma de produzir valor e riqueza social.

A ilusão da superação de paradigmas é, também, possibilitada pela perspectiva institucional, outra vertente teórica que justifica a relação *fetichizada* das práticas de apropriação da água e dos mecanismos de gestão.

Ostrom (1965) analisa a institucionalidade criada no estabelecimento de regras de uso da água no contexto estadunidense do início e meados do século XX. Naquele momento era enfatizado o barramento de rios para aproveitamento da água em atividades distintas, além da transposição e do deslocamento de água para abastecer cidades e recuperar o capital em crise desde 1929. Ostrom (1965) ignora a origem material e natural da água, bem como o fato de ser necessária a construção de barreiras para evitar a salinização. Ou seja, ignora as falhas metabólicas (MARX, 1991; FOSTER, 2005) que ocorrem quando a água é deslocada de seus fluxos naturais e são geradas perturbações (novas dinâmicas naturais) potencialmente destrutivas. É compreensível que a autora assim proceda, já que a manipulação faz parte das práticas capitalistas de apropriação da água e os aspectos potencialmente destrutivos desses empreendimentos são tratados, nas abordagens sobre gestão e nas concepções hegemônicas sobre a água, como se fossem fenômenos isolados. Além disso, na perspectiva institucional,

os valores do ambiente institucional são tomados como dados e, portanto, legítimos e inquestionáveis.

O trabalho de Selznick (1984), um dos precursores desta perspectiva, está diretamente relacionado à apropriação da água e à experiência pioneira da *Tennessee Valley Authority* - um marco na gestão da água também nos Estados Unidos. Para este ator, a organização se institucionaliza quando é infundida dos valores de seu ambiente, sem problematizar a gênese desses valores. Essa mesma suposição, de que os valores são dados, se encontra na abordagem de Ostrom (1965; 1999; 2009), que identificou a criação de uma nova institucionalidade – a governança – na administração das águas subterrâneas na Califórnia a partir de articulações para estabelecer regras e controlar a sobre-exploração, evitando ameaças ao abastecimento. O ambiente construído pelos processos socioecológicos e político-econômicos do contexto estão excluídos na sua análise. Ou seja, os aspectos materiais da manipulação da água e as falhas metabólicas decorrentes, bem como os aspectos desiguais como a privação das comunidades de seu acesso à água e a cobrança de taxas, não são considerados. Por isso, sua teoria confunde bens comuns com interesses comuns em apropriar os recursos naturais para a produção de mercadorias, promovendo assim a cooptação da noção de ‘bens comuns’ pelos círculos dominantes do conhecimento e da formulação de políticas. Ostrom (2009) justifica a emergência de mecanismos de gestão inovadores, eficientes e descentralizados para os recursos naturais, necessários para a expansão do capitalismo.

Esta é uma das abordagens mais influentes nas formulações de instituições, como a ONU e o Conselho Mundial da Água, que constroem a legitimidade de suas ações utilizando-se de recursos discursivos socialmente legítimos. Nesse processo, o axioma da escassez, as prescrições da governança, o mito do desenvolvimento e a concepção da água como bem econômico são fundamentais. Eles funcionam como referentes que associam os diferentes usos da água a valores socialmente legitimados, tais como a sustentabilidade e a eficiência. Ocultam, no entanto, a gênese desses próprios valores.

Se o ambiente organizacional é fonte de sentidos, como se origina essa fonte de sentidos? Essa pergunta segue convenientemente ausente na perspectiva institucional. Nas palavras de Vieira e Carvalho (2003), o contexto organizacional é como um *wallpaper*, um pano de fundo cuja construção histórica não entra em discussão. Em Marx, no entanto, esse mito é revelado: a fonte de sentidos da sociedade capitalista, a organização dos processos que levam ao estabelecimento de *wallpapers*, mesmo que transitórios, é o capital, uma relação social eivada de antagonismos, contradições e conflitos. Para compreender as instituições, organizações e a vida em sociedade, é necessário considerá-los imersos nas relações capitalistas. Por exemplo, um determinado mecanismo de gestão institucionalizado nas relações capitalistas no período neoliberal, como os Princípios de Dublin, está atravessado pela lógica que o dinheiro carrega e pelos distúrbios que causa nas dinâmicas da natureza pela manipulação da água.

Os mecanismos hegemônicos de gestão da água são aparentemente separados das práticas de apropriação e integrados aos valores legitimados pelo capital. Cria-se, nesse processo, um ambiente institucional funcional à etapa neoliberal do capitalismo, na qual os conceitos da escassez, valor econômico e governança adquirem status de norma, se concretizam e obscurecem as práticas concretas de apropriação que são, de fato, fundamentadas na abundância, na espoliação e na ausência de regras.

Esse processo é cheio de contradições e, por isso, precisa de estratégias de construção de hegemonia para se viabilizar. Portanto, a produção de consensos é fundamental. Ao mesmo tempo em que, no chão, o capital avança deslocando pessoas, comunidades e formas de vida; nos debates teórico-conceituais produz consensos pela disseminação de concepções funcionais às suas necessidades. A luta é, portanto, também, uma luta de ideias.

Para Marx e Engels (2009, p. 69), nas dinâmicas da luta de classes, a classe dominante necessita “apresentar o seu interesse como o interesse universal de todos os membros da sociedade”. Ideias dominantes, nessa perspectiva, não são ideias soltas e desconectadas, são precisamente “a expressão ideal das relações materiais

dominantes". Neste sentido, formulações de ONGs e acadêmicos que pretendem fazer oposição a formas de apropriação capitalista da água se encontram, muitas vezes, contaminadas pelo consenso dominante. Algumas evidências desta contaminação se encontram em: propostas políticas e análises acadêmicas que, apesar da pretensa postura crítica, reiteram a governança capitalista; em processos recentes de luta contra a privatização do abastecimento que enfrentam armadilhas políticas colocadas por uma concepção que exterioriza um Estado supostamente neutro com relação às dinâmicas de classe; e a água como direito humano, um marco normativo que não exclui o protagonismo do capital, mas lhe atribui uma nova responsabilidade, pretensamente ética<sup>2</sup>.

Estas constatações levam à necessidade de se aprofundar as reflexões sobre as concepções do bem público e do bem comum. A concepção de 'bem público' refere-se a um bem sob o controle das estruturas de Estado, podendo ser provido através de uma organização pública ou privada. As experiências de privatização dos serviços de abastecimento mostram, no entanto, a tendência à privação do acesso o que, por princípio, exclui o caráter de bem público da água. O principal argumento dos grupos que defendem o protagonismo público na provisão dos serviços de abastecimento está expresso na declaração da Internacional de Serviços Públicos (ISP) de forma clara: "a resposta inevitável para as garantias do acesso universal está no setor público" (PUBLIC SERVICES INTERNATIONAL, 2012, p. 1). Por isso, organizações sindicais, como a ISP, têm protagonizado lutas contra a privatização e podem levar a discussão do bem público para outro patamar, o de bem comum (trabalhado no próximo item).

No entanto, as lutas contra a privatização do abastecimento nas últimas décadas, por mais que tenham levantado argumentos importantes como a afirmação da água como sinônimo de vida e a disseminação da noção de bem comum, tenderam a ser incorporadas pela dinâmica expansiva do capital porque assumiram a suposição de que o Estado é neutro com relação aos interesses de classe. Como resultado, nos processos de reestatização, como na Bolívia e no Uruguai, os serviços foram reconfigurados como novos espaços de acumulação. Essas lutas, portanto, são lutas pelo serviço público, não lutas anticapitalistas.

## A Emergência de Concepções Universais: a água como bem comum

Quando era articulista da Gazeta Renana, na Prússia dos anos 1840, Marx se posicionou com relação às penalidades impostas à coleta de lenha em propriedades privadas, antecipando formulações que viriam a ser plenamente desenvolvidas em textos posteriores. O costume tradicional de recolher lenha seca e solta no chão, que remete a tempos pré-capitalistas, havia se tornado um delito sujeito à multa. Para Marx (2007, p. 29), no entanto, "a coleta de lenha solta e o roubo de lenha são coisas essencialmente diferentes". Para chegar a essa conclusão, definiu três categorias de lenha: a lenha verde, a lenha cortada e a lenha solta. "Para apropriar-se de lenha verde, há que separá-la com violência de seu conjunto orgânico. É um atentado aberto contra a árvore e, portanto, um atentado aberto ao proprietário da árvore". Aceitava,

---

2 Em 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu, após proposta da delegação boliviana e campanha de diversas organizações não governamentais, que a água é direito de todos os seres humanos. O texto da declaração convoca, também, "os Estados e organizações internacionais para prover recursos financeiros, recursos, capacitação e transferência de tecnologia, através de organizações internacionais, assistência e cooperação, em particular aos países em desenvolvimento, a fim de ampliar esforços para fornecer água potável, limpa, acessível e saneamento baratos para todos" (UNITED NATIONS, 2010, p. 3). Deixa, portanto, o campo aberto para o capital assumir o protagonismo na implementação dos direitos. A água passou a ser considerada, além de um bem econômico, um direito humano. Assim, ao mesmo tempo em que acomoda os conflitos de classe emergentes relacionados à privatização do abastecimento, a ONU estabelece um marco que legitima o avanço do capital, promovendo a incorporação de uma necessidade social – o acesso universal à água potável – às dinâmicas de expansão do capital.



portanto, o qualificativo de roubo para esse ato. Da mesma forma, a lenha cortada é "madeira elaborada". "Ao invés da relação natural com a propriedade, aparece a relação artificial. Portanto, quem subtrai lenha cortada, subtrai propriedade" (MARX, 2007, p. 29). Já no caso da lenha solta,

[...] nada se separa da propriedade. O que já está separado da propriedade se separa da propriedade. O ladrão de lenha dita um juízo arbitrário contra a propriedade. O coletor de lenha solta apenas leva a cabo um juízo que a própria natureza da propriedade ditara, pois possui apenas a árvore, e a árvore já não mais possui aqueles galhos.

Essa reflexão expressa um profundo senso de igualdade no acesso à natureza. Se a árvore disponibiliza lenha solta, lenha que se separa naturalmente da árvore, essa matéria é um bem que a todos pertence, e o coletor que dela necessita tem o direito de coletá-la. Mesmo que a árvore tenha um proprietário, a lenha que dela se separa também se separa de seu proprietário. Isso coloca uma contradição na forma de propriedade privada, se analisada como forma de apropriação da natureza, pois a propriedade privada, nesse caso, gera uma propriedade comum. A árvore dá frutos que já não são mais árvore. A quem pertencem os frutos da árvore? A reflexão de Marx leva a uma interrogação fundamental: a quem pertencem os frutos da natureza? Existem, portanto, "objetos da propriedade que, por sua natureza, não podem alcançar nunca o caráter de propriedade privada", a não ser por um ato de violência. Marx (2007, p. 38) está se referindo a um "sentido jurídico instintivo" da classe pobre que, "não apenas sente o impulso de satisfazer uma necessidade natural, mas também a necessidade de satisfazer um impulso de justiça".

O pano de fundo da reflexão de Marx é a concepção de bem comum da humanidade (BENSAÏD, 2007). A natureza, e suas leis, são impossíveis de serem convertidas em propriedade privada, a não ser por atos artificiais que contrariam a lógica da natureza e são socialmente construídos com violência. Os seres humanos são histórica e socialmente seres da natureza; são, portanto, também, natureza. Ao serem dela privados, perdem sua essência. A privação é, portanto, um ato de violência, um ato de morte que, no capitalismo, tem suas dinâmicas explicadas em torno ao conceito de valor. As lutas que são historicamente travadas em defesa da natureza como bem comum são lutas pela sobrevivência e pela vida, são lutas pela humanidade.

As reflexões de Marx (2007) sobre o roubo de lenha contêm as sementes de sua concepção ontológica e a recusa a exteriorizar a natureza como um recurso que sofre impactos com a reprodução humana. O pressuposto de que os seres humanos produzem a natureza ao transformá-la politiza o debate, pois exige reconhecer que os destinos da humanidade pertencem à própria humanidade. A relação com a natureza não apenas faz parte desse destino, ela também é esse destino porque reflete a relação de seres humanos entre si e as formas através das quais reproduzem suas vidas.

Por isso, nos debates recentes e na atuação de intelectuais e ativistas espalhados pelo mundo, o tema do bem comum tem sido retomado e usado para referir-se a aspectos diversos da vida que tentam escapar à primazia do valor. Os conceitos de acumulação primitiva (MARX, 1990) e de acumulação por espoliação (HARVEY, 2010) são importantes para entender a noção do bem comum, pois apontam para momentos nos quais prevalece a acumulação do capital sobre a reprodução da vida. Nesse sentido, a própria elaboração teórica sobre o bem comum pode ser espoliada e reconvertida para a reprodução da lógica capitalista, como ocorre com a abordagem de Ostrom (1999).

Para Harvey (2012, p. 73), os bens comuns não são uma coisa, como a expressão em português sugere, ou um ativo, ou mesmo um processo social. Sua perspectiva para os bens comuns, assim como para o espaço, é relacional: "uma relação social instável e maleável entre um grupo social autodefinido e aspectos de sua existência real e do seu ambiente social e/ou físico existente ou por ser construído". O bem comum é a relação entre uma comunidade e as dimensões de sua vida compartilhadamente construída, sejam elas mais relacionadas aos aspectos físicos, como a natureza e a água, ou relacionadas a aspectos sociais, como a cultura e as formas de convivência.

Assim, o autor refere-se a práticas sociais de comunização que, constantemente, desafiam a organização da vida ditada pelo capital.

Sob essa perspectiva, pode-se reconhecer que as formas capitalistas de apropriação da água são, muitas vezes, produzidas pela usurpação de práticas coletivas históricas de reprodução da vida. Essas práticas incluem tecnologias, conhecimento, relações entre os seres humanos e com a natureza etc. Nestes contextos, se estabelecem antagonismos entre as apropriações da água orientadas pelo valor-de-uso e as orientadas pelo seu valor-de-troca.

Tendo como referência esta concepção brevemente sistematizada, foram analisadas lutas sociais nas quais comunidades e grandes grupos populacionais são privados do acesso à água e, portanto, têm sua sobrevivência ameaçada. Em depoimentos de pessoas que vivem a experiência de privações causadas pelo agronegócio e pelos mercados de carbono; nas lutas de comunidades indígenas e ribeirinhas ameaçadas pela construção de barragens na Amazônia brasileira; na experiência dos impactos perversos da mineração a céu aberto e nas articulações para barrar essa atividade, se encontram evidências de que nas lutas pela defesa de seus meios de vida, as vítimas da espoliação realizam, a partir de uma concepção de bem comum, uma crítica ontológica das relações capitalistas. Essa concepção se constitui em uma afirmação ético-prática enraizada na materialidade de suas vidas e na história de seus antepassados, em suas culturas, tradições e conhecimentos. As práticas mais antigas de produção de alimentos, de lidar com a terra e com a água retornam na tentativa de substituir e ultrapassar a relação destrutiva capitalista. Nas experiências de privação da água que acompanham as formas capitalistas de apropriação, emergem concepções novas, ainda como sementes. Por estarem enraizadas na vida, essas concepções alcançam a universalidade necessária. Elas precisam ter aspirações universais porque precisam agarrar-se à vida, e não há nada mais universal do que a própria vida, que é a humanidade em sua forma mais simples.

Gramsci (1991) refere-se a essa concepção de mundo tradicional e popular como instintiva, um instinto primitivo e histórico. O mesmo instinto que Marx (2007, p. 38) referia-se em suas reflexões sobre a coleta de lenha na Renânia do Norte. Havia, para ele, um "sentido jurídico instintivo" na classe pobre. A lenha solta era um bem comum que deveria satisfazer a necessidade daqueles que a necessitam. A água é um presente da natureza que pertence à humanidade. No entanto, é usurpada por mecanismos diversos. O instinto da luta pela vida leva à luta pelo bem comum, única forma de superar as situações de espoliação. A universalidade do bem comum está na afirmação da propriedade comum, na afirmação ético-prática de que os frutos da natureza pertencem à humanidade. Pertencem, portanto, a todos os que deles necessitam para viver.

Essa concepção da água como bem comum se manifesta nos espaços de luta, nas tradições e nas concepções populares de mundo. São sementes que ainda não germinaram porque não vivemos as condições históricas para isto; porque estão sufocadas pela hegemonia do capital que se manifesta em práticas como a manipulação de gigantescos volumes de água, na atribuição do dinheiro como medida de valor e na naturalização da escassez. Mesmo assim, existem. As reflexões de Marx (2008) sobre a revolução social ajudam a compreender que concepções de mundo (e da água), relações sociais e formas de apropriar a natureza estão em um movimento dialético, em uma tensão entre o atual, o novo e o velho.

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca a senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p. 48).

Marx indica que existem concepções novas em incubação, brotando no "próprio seio da velha sociedade". Com relação ao tema deste artigo, elas são incubadas no

calor das tensões geradas pela apropriação capitalista da água. Esse processo, no entanto, não é automático e nem natural. Precisa da práxis, da ética e da crítica.

## Considerações Finais

Os desafios relacionados à água neste início de século XXI exigem analisar suas diferentes manifestações e dimensões. Mais do que isso, exigem esclarecer aspectos que ficam ocultos nos consensos e nas práticas desiguais e destrutivas de apropriação da água.

Este artigo defende que, dos antagonismos inerentes às práticas capitalistas de apropriação da água, emergem lutas sociais que realizam uma crítica ontológica e esboçam uma concepção universal da água como bem comum. Ou seja, para compreender a apropriação capitalista da água em suas diversas manifestações, é necessário considerá-las como momentos da produção de mais valor em uma relação de classes. Além disso, a espoliação pode se dar tanto em processos violentos e coercitivos como através de consensos construídos a partir de concepções mentais e mecanismos de gestão a elas associados (em especial, a governança) que ocultam os aspectos desiguais e destrutivos de práticas concretas ao produzir relações *fetichizadas* que desconectam o valor-de-uso da água do valor atribuído pelo dinheiro: a água, nessa concepção, é uma mercadoria a ser incorporada na produção de mais valor.

Surgem, em contraposição, concepções que confrontam as relações capitalistas e as formas de apropriação da água que as caracterizam, esboçando uma concepção da água como bem comum: a água e os frutos da natureza pertencem à humanidade. Essas são concepções que emergem nos antagonismos da apropriação capitalista da água e da consequente espoliação de meios de vida social e historicamente construídos que estão em seu caminho.

A crítica ontológica precisa fazer a crítica do valor social na sociedade capitalista: é ele que organiza e condiciona todos os processos de produção de mais valor. É somente com a aceitação e legitimação das práticas capitalistas que o mais valor pode ser produzido, motivo pelo qual deve ser imposto por consensos ou pela força. O capital necessita deslocar modos de vida e incorporar o valor gerado nas relações capitalistas. Apropriar a água e a natureza é imperativo. Ao mesmo tempo, resistir à expansão capitalista significa resistir aos seus antagonismos, percebidos pelas vítimas como destruição e morte. Nessas disputas, emergem concepções que necessitam romper com a relação capitalista desde sua raiz: irrompe uma tomada de consciência que alcança as profundezas das dinâmicas da organização capitalista do metabolismo social condicionada pelo valor.

Se bem a crítica ontológica não é privilégio da teoria, mas privilégio da práxis, compreender esses processos exige uma teoria que os acompanhe em seus percursos. O capital, apesar de ter conquistado o globo, não é absoluto, não pode deslocar as todas as infinitas possibilidades da existência humana e das relações com a natureza. Nas suas diferentes formas de viver, as pessoas criam e recriam relações diversas que, no capitalismo, podem estar mais ou menos ameaçadas de serem apropriadas, deslocadas e espoliadas. É nas situações limite, no encontro entre a vida e a morte, entre o bem comum e o capital, que chispam as concepções latentes e enraizadas na existência histórica. Nesses momentos, a crítica ontológica aflora e se faz mais perceptível. O valor social é questionado, ressignificado e invertido.

"Não queremos nem mais um real do dinheiro sujo de vocês" é o que dizem os caciques Mebengôkre/Kayapó. "A mim o ouro não interessa, e nem a prata", afirma um agricultor em Alto Carrizal, Argentina<sup>3</sup>. O dinheiro, o ouro e a prata, representantes históricos do valor social na sociedade capitalista, são desprezados, assim como são desprezadas as formas de apropriação da natureza e da água. 'No a la mina' e 'Pare

3 Uma análise das lutas sociais contra a mineração em Andalgala, Argentina, se encontra em Misoczky e Böhm (2013).

Belo Monte' indicam uma oposição a uma forma específica de apropriar a natureza. A água, nessa perspectiva, vale mais que o ouro. A saúde vale mais que o ouro e a prata, e "o ouro e o cobre são todo o veneno do mundo". Assim como o dinheiro é o representante universal do valor social; o ouro e o dinheiro, para as vítimas do capitalismo, são o representante universal da destruição. Por esse motivo, em suas lutas, precisam conceber relações sociais e com a natureza que superem a destrutividade do sistema: novos valores sociais. Apontam, nesse sentido, para práticas de organizar o metabolismo social, nas quais o critério para a apropriação da água e da natureza seja uma concepção de bem comum, um princípio ético e universal: a reprodução da vida humana.

## Referências

- BARRAQUÉ, B. *As políticas de água na Europa*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BENSAÏD, D. Marx y el robo de leña: del derecho consuetudinario de los pobres al bien común de la humanidad. In: MARX, K. *Los debates de la dieta Renana*. Barcelona: Gedisa, 2007.
- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- DUSSEL, E. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOSTER, J. B.; CLARK, B. The Paradox of Wealth: Capitalism and Ecological Degradation. *Monthly Review*, v. 61, n. 6, Nov. 2009. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2009/11/01/the-paradox-of-wealth-capitalism-and-ecological-destruction>>. Acesso em: 30 abr. 2011.
- GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks*. London: Lawrence and Wishart, 1991.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London: Verso, 2006.
- HARVEY, D. *A companion to Marx's Capital*. New York: Verso, 2010.
- HARVEY, D. *Rebel cities: from the right to the cities to the urban revolution*. New York: Verso, 2012.
- MARX, K. *Capital*. London: Penguin classics, 1990. v. 1.
- MARX, K. Los debates sobre la Ley acerca del robo de laña. In: MARX, K. *Los debates de la Dieta Renana*. Barcelona: Gedisa, 2007.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão popular, 2009.
- MARX, K. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MCGEE, W. J. Water as a resource. *American Academy of Political and Social Science*, v. 33, n. 3, May 1909. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1011671>>. Acesso em: 5 fev. 2013.
- MENGER, C. *Princípios de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MISOCZKY, M. C; BOHM, S. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2012. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512012000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 25 out. 2013.

MISOCZKY, M. C; BOHM, S. Resisting neocolonial development: Andalgalá's people struggle against mega-mining projects. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512013000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512013000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 out. 2013.

MOORE, J. Ecology, capital, and the nature of our times: accumulation & crisis in the capitalist world-ecology. *Journal of World-System Research*, v. 17, n. 1, p. 108-147, 2011a. Disponível em: <[http://www.jasonwmoore.com/uploads/Moore\\_Ecology\\_Capital\\_and\\_the\\_Origins\\_of\\_Our\\_Times\\_JWSR\\_2011\\_.pdf](http://www.jasonwmoore.com/uploads/Moore_Ecology_Capital_and_the_Origins_of_Our_Times_JWSR_2011_.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2013.

MOORE, J. Transcending the metabolic rift: a theory of crises in the capitalist world-ecology. *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 1, p. 1-46, 2011b. Disponível em: <[http://www.jasonwmoore.com/uploads/Moore\\_Transcending\\_the\\_Metabolic\\_Rift\\_CORRECTED\\_JPS\\_2011.pdf](http://www.jasonwmoore.com/uploads/Moore_Transcending_the_Metabolic_Rift_CORRECTED_JPS_2011.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2013.

OSTROM, E. *Public entrepreneurship: a case study in ground water basin management*. 1965. Dissertation (Doctor of Philosophy in Political Science) - University of California, Los Angeles, 1965. Disponível em: <<http://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/3581/eostr001.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2013.

OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

OSTROM, E. *Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems*. 2009. Disponível em: <[http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/economics/laureates/2009/ostrom-lecture.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2009/ostrom-lecture.html)>. Acesso em: 5 fev. 2013.

PSI – PUBLIC SERVICES INTERNATIONAL. Water and sanitation background. Disponível em: <<http://www.world-psi.org/en/water-background>>. Acesso em: 3 jul. 2012

SELZNICK, P. *TVA and the grassroots*. Los Angeles: University of California Press, 1984.

SMITH, N. *Uneven development: nature, capital and the production of space*. 3. ed. London: Blackwell, 2010.

UNITED NATIONS. General Assembly. Sixty fourth session. *Resolution adopted by the General Assembly 64/292. The human right to water and sanitation*. 2010. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/64/292](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292)>. Acesso em: 22 fev. 2013.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME. *The greening of water law: managing freshwater resources for people and the environment*. 2010. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1685646](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1685646)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. A. Campos organizacionais: de wallpaper à construção histórica do contexto de organizações culturais em Porto Alegre e em Recife. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 27., 2003, Atibaia. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2003. v. 1. p. 1-16.

**Submissão: 16/12/2013**

**Aprovação: 21/08/2014**

# MÉRITO, REPRODUÇÃO SOCIAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: APONTAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

## MERIT, SOCIAL REPRODUCTION AND SOCIAL STRATIFICATION: NOTES AND CONTRIBUTIONS TO ORGANIZATIONAL STUDIES

Diogo Henrique Helal\*

### Resumo

O artigo apresenta uma reflexão teórica sobre mérito, reprodução social e estratificação social, destacando algumas correntes teóricas sobre estratificação social, o modo como elas destacam (ou não) o mérito e esforço individual, e por fim apresentando contribuições para o debate e os estudos organizacionais. Em detalhe, são apresentadas as noções iniciais sobre estratificação social, destacando a prevalência de estudos e abordagens funcionalistas sobre o tema. A seguir, trata da leitura funcionalista da abordagem weberiana acerca da estratificação social, feita por Parsons e seguidores, que influenciou a teoria sociológica da modernização, e a própria elaboração de sua hipótese meritocrática, central nos estudos clássicos sobre estratificação social. Tal hipótese é questionada, tomando por base estudos de inspiração marxista, que veem, na estratificação social, um fenômeno de reprodução social. Adiante, são apresentados algumas considerações sobre diferentes maneiras de se mensurar a estratificação social, destacando as de inspiração weberiana e marxista. E por fim, o artigo busca indicar apontamentos e contribuições das reflexões sobre estratificação social para os estudos organizacionais.

**Palavras-chave:** Estratificação Social. Estudos Organizacionais. Mérito. Reprodução Social.

### Abstract

The paper presents a theoretical reflection on merit, social reproduction and social stratification, highlighting some current theories on social stratification, the way they stand out (or not) the merit and individual effort, and finally presenting contributions to the debate and to the organizational studies. In detail, we present the initial notions about social stratification, highlighting the prevalence of functionalist approaches and studies on the subject. Then comes the reading that the functionalists done about Weberian approach on social stratification, made by Parsons and followers, which influenced the sociological theory of modernization, and the development of their own meritocratic hypothesis, central to classical studies on social stratification. This assumption is questioned, based on Marxists studies, who see in social stratification, a phenomenon of social reproduction. Below they are presented some considerations about different ways of measuring social

---

\* *Doutor em Ciências Humanas, com área de concentração em Sociologia (FAFICH/UFMG).  
Instituição de vínculo: Programa de Pós Graduação em Administração (PPGA/UFPB), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e Faculdade Boa Viagem (FBV/DeVry).  
E-mail: diogohh@yahoo.com.br*

stratification, especially those inspired by Weberian and Marxist studies. Finally, the article seeks to show notes and reflections on the contributions of social stratification for organizational studies.

**Keywords:** Social Stratification. Organizational Studies. Merit. Social Reproduction.

## Introdução

A intenção deste artigo é apresentar uma reflexão teórica sobre mérito, reprodução social e estratificação social, destacando algumas correntes teóricas sobre estratificação social, o modo como elas destacam (ou não) o mérito e esforço individual, e, por fim, apresentando contribuições para o debate e os estudos organizacionais.

Destaca-se que o debate sobre estratificação social é comum na Sociologia e pouco usual na Administração. Há, assim, a intenção de contribuir, de modo interdisciplinar, para a compreensão da temática nos estudos organizacionais.

O artigo, na sua parte inicial, apresenta as noções iniciais sobre estratificação social, destacando a prevalência de estudos e abordagens funcionalistas sobre o tema. A seguir, trata da leitura funcionalista da abordagem weberiana acerca da estratificação social, feita por Parsons e seguidores, que influenciou a teoria sociológica da modernização, e a própria elaboração de sua hipótese meritocrática, central nos estudos clássicos sobre estratificação social. Adiante, tal hipótese é questionada, tomando por base estudos de inspiração marxista, que veem, na estratificação social, um fenômeno de reprodução social. Adiante, são apresentadas algumas considerações sobre diferentes maneiras de se mensurar a estratificação social, destacando as de inspiração weberiana e marxista. Por fim, o artigo busca indicar apontamentos e contribuições das reflexões sobre estratificação social para os estudos organizacionais.

## Estratificação Social: noções iniciais

A Sociologia, desde os clássicos, tem se dedicado ao estudo da estratificação social. As inspirações marxistas e weberianas têm conduzido diferentes estudos sobre a temática, em diferentes países, e com distintas abordagens metodológicas. Não é intenção deste artigo recuperar estes estudos, nem intentar na apresentação do estado-da-arte sobre o modo como a sociedade tem se estratificado. Para este propósito, há a excelente coletânea de David Grusky (2001), que recupera textos clássicos, além de apresentar outros novos, que abordam diferentes aspectos relacionados à estratificação social.

Cumprido destacar que as teorias sobre estratificação social foram fortemente influenciadas pelo funcionalismo, seja utilizando-o como suporte para suas hipóteses, ou como parâmetro para desenvolver abordagens críticas e alternativas. Assim, este estudo apresenta a seguir, de modo breve, as principais contribuições da visão funcionalista, com vistas a apresentar, adiante, as teorias da estratificação social, e as reflexões a partir da perspectiva marxista, em que se destaca, dentre outras coisas, o processo de reprodução social.

## Funcionalismo e Estratificação Social

O funcionalismo sustenta que a sociedade é um sistema complexo cujas diversas partes trabalham conjuntamente para produzir estabilidade e solidariedade. Estudar a função de uma prática ou instituição social é analisar a contribuição que essa prática ou instituição dá para a continuação da sociedade.

O funcionalismo foi, durante o século XX, uma das principais correntes da sociologia, tendo os EUA como o país onde tal pensamento melhor se apresentou. Desta abordagem, é possível destacar as contribuições de Parsons (1970, 1974). Dentre outras coisas, Parsons (1970, 1974) procurou analisar e entender o processo de mudança social associado à estrutura ocupacional e à estratificação social de modo geral. Baseado em uma perspectiva funcionalista, Parsons (1970, 1974) buscou analisar transformações nos sistemas de estratificação social, em decorrência dos processos de modernização.

Para o autor, este sistema caminha para estruturas mais permeáveis, com menores graus de cristalização, maior mobilidade circular e menores níveis de transmissão intergeracional do status. Neste processo, Parsons (1970, 1974) destaca que a mobilidade e estratificação sociais passam a ser mais influenciadas por variáveis ligadas a aspectos de status adquirido (em especial, a educação), e menos influenciadas por variáveis relacionadas à origem socioeconômica do indivíduo. À medida que o nível dos requerimentos educacionais cresce com o desenvolvimento socioeconômico, qualificações educacionais se tornam mais importantes para alocação ocupacional, e para o processo de estratificação social como um todo. De acordo com Lenski (1966) e Treiman (1970), a educação, na sociedade moderna, tem um papel importante e crescente no processo de alocação de *status*.

Tal abordagem percebe a escolaridade como representando um meio eficiente e racional de distinguir e selecionar pessoas talentosas, no qual o mais hábil e mais motivado alcança as mais altas posições. De acordo com Moore (1980), na sociedade moderna, há universalmente uma distinção de tarefas ou posições que são de importância funcional desigual para os sistemas nos quais se encontram, e há uma disponibilidade desigual de pessoas de talento e preparo para preencher essas posições. Consequentemente, recompensas desiguais devem ser usadas para assegurar que as posições mais importantes sejam conscientemente preenchidas pelas pessoas mais qualificadas. A ocupação dessas posições seria, deste modo, fruto do esforço próprio individual, na aquisição de credenciais educacionais, funcionalmente necessárias ao cargo.

A hipótese meritocrática, proposta pelo paradigma funcionalista não prediz menos desigualdade no processo de alocação de *status*, mas antes uma racionalidade para tal processo (HURN, 1993; GOLDTHORPE, 1996). De acordo com Blau e Duncan (1967), este processo deve ser visto como o *status* corrente do indivíduo sendo determinado por um alcance educacional cada vez mais alto e a experiência no mercado de trabalho, usualmente medido pela posição no primeiro emprego, do que herdado pela influência de seus pais. A igualdade de oportunidades na escolarização dos indivíduos representa um papel importante nesse mecanismo. Nesta visão, a educação funciona como o principal veículo que distribui, para os indivíduos, ganhos sociais trazidos pelo desenvolvimento socioeconômico. O processo de mobilidade social não seria mais baseado em características atribuídas, e sim em características adquiridas pelo indivíduo.

Ainda sobre o papel da educação na sociedade moderna, é importante discorrer sobre o modo como os funcionalistas traduziram a abordagem weberiana acerca da estratificação social.

## A Leitura Funcionalista da Abordagem Weberiana acerca da Estratificação Social

Percebe-se claramente que Parsons e seus seguidores fizeram uma leitura incompleta da teoria weberiana acerca da estratificação social, ao explicar a valorização da educação na sociedade moderna devido a demandas funcionais desta. Os funcionalistas ressaltaram o papel do conhecimento técnico, tendo elegido para ponto de partida algumas observações e conclusões de Weber (1971, 1978), como, quando ele afirma que "a razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização" (WEBER, 1971, p. 249). Para autores funcionalistas como Levy (1966), portanto, as



organizações burocráticas (e o conhecimento técnico) seriam absolutamente essenciais para a existência da sociedade moderna, porém por razões diversas das apresentadas pelos autores weberianos críticos. Os funcionalistas sustentam, desta forma, que a organização burocrática acompanha a moderna democracia de massas, por se tratar de um modelo interessado na acessibilidade universal aos cargos, privilegiando assim o esforço próprio e o mérito. Neste sentido, a educação formal possibilitaria a redução de diferenças sociais na sociedade moderna, uma vez que esta também se apresenta como meritocrática.

De fato, Weber (1971, pp. 277-278) defendia que “a burocratização de todo o domínio promove, de forma muito intensa, o desenvolvimento de uma ‘objetividade racional’ e do tipo de personalidade do perito profissional” e, ainda que, “a burocratização do capitalismo, com sua exigência de técnicos, funcionários, preparados com especialização, etc., generalizou o sistema de exames por todo mundo”. Apesar do destaque dado por Weber (1971, 1978) à educação na sociedade capitalista, este, em momento algum de sua obra, teria atribuído o caráter funcional às credenciais educacionais, no processo de ocupação das posições na sociedade moderna. Weber (1971, 1978), em sua análise sobre estratificação social, buscou contemplar não apenas a dimensão econômica. O autor reconheceu que as pessoas e grupos sociais também se diferenciam entre si em função do status, prestígio e outros fatores adscritos, tais como etnia, sexo etc. Além disso, para o autor, as divisões de classe originam-se não apenas no controle ou na falta de controle dos meios de produção, mas em diferenças econômicas que não possuem relação direta com a propriedade. Tais recursos incluem especialmente as aptidões e as credenciais educacionais, que influenciam no tipo de emprego que as pessoas são capazes de conseguir.

Neste momento, o autor não atribui o caráter funcional à educação, como fazem os funcionalistas. Apenas trata a educação como mais um recurso econômico, que possibilita aos indivíduos alcançarem, por meio de sua posse, posições distintas na estrutura social. As qualificações, neste sentido, têm o propósito de tornar os indivíduos mais “negociáveis”, em relação àquelas que não as possuem. Neste sentido, não se percebe a valoração da educação como algo dado e certo na sociedade moderna. Pelo contrário, ela ocorre, mas é diretamente influenciada, por exemplo, pelo tipo de emprego que se almeja, pelo tipo de organização em que se trabalha, ou se pretende trabalhar, e mais ainda, pelo modo como tal recurso é valorizado economicamente.

## Teoria Sociológica da Modernização

Boa parte da estratificação e mobilidade sociais tem ocorrido por meio das ocupações. Sabe-se que o emprego é um fenômeno moderno, consolidado com o avanço da industrialização no mundo, a partir da existência da administração burocrático-racional. Assim, para se tratar da estratificação social na sociedade moderna, faz-se necessário abordar inicialmente o processo de industrialização e as organizações burocráticas. Para Levy (1966), tais organizações são absolutamente essenciais para a existência de sociedades modernas, pois consolidaram, justificaram e garantiram os interesses capitalistas. Este modelo baseia-se na racionalidade e pode ser definido como uma “forma de organização caracterizada por centralização, hierarquia, autoridade, disciplina, regras, carreira, divisão do trabalho, estabilidade” (CASTRO, 2002, p. 123).

O modelo de organização burocrática foi amplamente difundido em todo o mundo no século XX. Weber (1971), além de destacar a superioridade técnica deste tipo de organização, ressaltava que este tipo acompanha a moderna democracia de massa, por se tratar de um modelo interessado na acessibilidade universal aos cargos, privilegiando assim o esforço próprio e o mérito. Neste sentido, a educação formal possibilitaria a redução de diferenças sociais na sociedade moderna, uma vez que esta se apresenta como meritocrática.

Para Clegg (1998), uma das tendências da burocracia racional-legal é exatamente a ênfase nas credenciais educacionais:

[...] como os funcionários são seleccionados com base num contrato que especifica as qualidades exigidas pelo trabalho, há uma tendência para a especificação das qualidades em termos de qualificações medidas por diplomas formais: as organizações apresentam, assim, uma tendência para a credencialização. (CLEGG, 1998, p. 45)

Esta visão da sociedade e das organizações modernas é base da teoria sociológica da modernização (ver, em particular, PARSONS, 1974; LEVY, 1966). Para seus teóricos, um dos aspectos característicos da modernidade, resultado do processo de industrialização e urbanização, é a perda de importância dos atributos herdados da família, e de origem social (papéis atribuídos – *ascription*) e a valorização dos atributos ligados ao esforço próprio, a realização individual (papéis adquiridos – *achievement*).

Para Parsons (1974, p. 118), “o século XX inaugurou uma nova fase na transição de estratificação hereditária atribuída para estratificação totalmente não-atribuída”. Essa transição baseou-se em uma ideologia criada a partir da Revolução Industrial que exaltava a busca do interesse pessoal pelo indivíduo para seu progresso econômico. Enfatiza-se a realização pessoal, o esforço próprio. Tais valores mostram-se condizentes com o caráter meritocrático da sociedade moderna.

Levy (1966, p. 190-191) define os papéis ligados a ambos os atributos:

Papéis adquiridos se referem àquelas posições que o indivíduo alcançou a partir de suas qualificações ou conquistas relevantes para as ações referentes a tais posições. Papéis atribuídos se referem àquelas posições que não são necessariamente diretamente relacionadas à ação do indivíduo em termos dos seus papéis e que lhe são atribuídas em virtude de sua classificação social em outros papéis (tradução minha).

Uma sociedade moderna destaca, portanto, aqueles papéis baseados em variáveis associadas a conquistas individuais (*achievement*). Segundo os autores que defendem esta visão (PARSONS, 1974; LEVY, 1966) a questão educacional é bastante destacada neste contexto moderno, meritocrático. “Os salários [...] são, de modo amplo, uma função de competência e responsabilidade exigidas nos papéis ocupacionais, e estas são cada vez mais influenciadas pela educação” (PARSONS, 1974, p. 134). Além dos salários, a própria seleção para o emprego, segundo essa abordagem, é baseada em aspectos meritocráticos. Para o autor:

A educação é um fator muito importante no sistema geral de estratificação. [...] As mudanças futuras precisarão partir deste padrão, em vez de ultrapassá-lo. Não podem basear-se em critérios econômicos relativamente ‘puros’ de seleção, na imposição de igualdade ‘plena’ por autoridade política, ou na suposição de que essa igualdade surgirá ‘espontaneamente’ desde que algumas barreiras sejam afastadas, o que é a concepção romântica, essencialmente do século XVIII, da bondade do ‘homem natural’ (PARSONS, 1974, p. 120).

A igualdade, em uma sociedade meritocrática, é entendida como uma equalização de oportunidades. Neste sentido, a discussão se aproxima da visão weberiana de que a burocracia racional leva à democratização. “É no sentido dessa ‘regra’ universalista de recrutamento que Weber sugere que a burocratização racional-legal da sociedade ocidental foi uma condição *sine qua non* do sistema democrático-liberal de governo” (PRATES, 2007, p. 121). Esta, contudo, não é uma visão consensual. Michells, por exemplo, tem opinião diversa, ao discutir a burocracia como cárcere de ferro. Para o autor, no lugar de a burocracia levar a democratização, ela levaria a oligopolização.

Em resumo, tem-se que da teoria sociológica da modernização decorre a seguinte hipótese: espera-se que com a “modernização” das sociedades, a partir do processo de industrialização e urbanização (como o processo de transformação socioeconômica ocorrido no Brasil nos últimos trinta anos), as variáveis de *background* familiar (*ascription*) e outras de significado social – tais como raça e gênero – passem por uma redução de sua importância no processo de estratificação social, ao passo que variáveis associadas a conquistas individuais (*achievement*) – em especial, a escolaridade – tornem-se mais relevantes.

Há algumas considerações em relação a essa hipótese. A primeira reside no fato de que, em tal hipótese, o papel da organização no processo de estratificação social é ausente. Objetivamente, os funcionalistas não falam em organizações e como estas podem influenciar o processo de estratificação social. Destacam que tal processo foi alterado pela modernização da sociedade, e que a partir de então, a educação passa a ter lugar de maior destaque na determinação do status e da realização socioeconômica dos indivíduos. Parsons (1970, 1974), por exemplo, acredita que os sistemas educacionais se expandem em resposta aos requerimentos funcionais da sociedade industrial.

O que se busca destacar nesta abordagem é o papel que as organizações têm na sociedade moderna, organizações aqui entendidas como burocráticas. A organização, com a modernização da sociedade, passa a ser o lugar onde o processo de estratificação social ocorre.

Acredita-se, na verdade, que os funcionalistas não tenham abordado de modo mais profundo o papel da organização na estratificação social, por não terem identificado, ou explorado, que a sociedade moderna comporta diferentes tipos de organização. A hipótese central desta abordagem reside na afirmação de que, com a modernização da sociedade, a estratificação social passaria a ser mais influenciada por variáveis ligadas a aspectos de status adquirido e menos influenciada por variáveis relacionadas à origem socioeconômica dos indivíduos. Convém lembrar que o processo de modernização da sociedade, antes de alterar a estratificação social, caracteriza-se pela burocratização desta mesma sociedade. Novamente, houve uma alteração no processo de estratificação social, principalmente pelo fato do local onde tal processo ocorrer ter sido alterado. A educação se torna mais importante para o processo de estratificação social por razões racionais (abordagem weberiana) e por uma demanda funcional da organização burocrática (abordagem funcionalista).

A segunda consideração em relação à hipótese da teoria sociológica da modernização refere-se ao fato de não haver um consenso sobre ela. Há também outras visões que dizem que, mesmo universalizando o sistema educacional, a influência dos atributos relacionados à família e à classe social não diminuirá. Paiva (2000, p. 56) afirma que no mundo do trabalho contemporâneo, "disposições e virtudes adquirem mais peso que a proficiência específica; não basta conhecimento, mas interesse, motivação, criatividade". A autora destaca que os processos educacionais ainda desempenham um papel importante nas mudanças sociais.

Entretanto, conhecimentos tradicionais não escolares vêm se tornando cada vez mais relevantes, visto que influenciam, entre outras coisas, o processo de entrada no mundo de trabalho, exercendo influência no modo como a sociedade se estratifica. Petersen, Saporta e Seidel (2000) afirmam que o processo de seleção para o emprego não é meritocrático, pois envolve e valoriza critérios subjetivos. Rossi (1980, p. 71-72) destaca que:

É necessário que se demonstre que os fundamentos da meritocracia não resistem a uma simples análise que leve em conta as condições concretas em que se desenvolve a competição. [...] Tem-se demonstrado como as crianças das classes ricas recebem melhor instrução escolar e são preparadas para vencer, dadas as regras do jogo.

Várias são as abordagens que podem demonstrar muito bem a fraqueza da teoria sociológica da modernização, no processo de estratificação social. Contudo, este estudo centra esforços em apenas duas: a teoria do capital cultural (BOURDIEU, 1987; BOURDIEU; PASSERON, 1977) e a teoria do capital social (redes sociais) (COLEMAN, 1988, 1994; GRANOVETTER, 1973, 1985, 1995; PORTES, 1988; BURT, 2000; PUTNAM, 2000).

A realidade nos mostra que a sociedade moderna não é tão meritocrática como se preconiza. Paiva (2000, p. 52) afirma que "estamos, de fato, frente ao retorno de formas arcaicas que também se manifestam num retrocesso da meritocracia em favor de uma 'refeudalização' do mercado de trabalho, cujo acesso é favorecido pelo capital social de cada postulante numa situação de abundância de qualificação". Para a autora, "é preciso [...] relativizar o quanto a qualificação ainda eleva o valor do trabalho" (PAIVA, 2000, p. 52).

Os atributos ligados à origem social e à família (*ascription*) não podem, portanto, ser desprezados. Estudar como tais atributos influenciam o processo de estratificação social é tarefa relevante.

O que se tem, em resumo, sobre o processo de estratificação social, são duas correntes: uma que trata tal processo como meritocrático, em função do que coloca a abordagem funcionalista e outra não meritocrática, conforme críticas já brevemente apresentadas.

## Hipótese Meritocrática e Estratificação Social

Ao destacar o papel da educação na sociedade moderna, a abordagem funcionalista acaba por apresentar uma hipótese, que explica alterações e o próprio processo de estratificação social em tal sociedade. Tal hipótese, desenvolvida pela chamada teoria sociológica da modernização, foi intensamente aplicada ao entendimento do processo de mudança social associado à estrutura ocupacional e à estratificação social de modo geral.

Com o desenvolvimento do estudo da estrutura ocupacional iniciado por Blau e Duncan (1967), alguns estudiosos iniciaram a formulação de uma abordagem que entendesse ou explicasse o processo de modernização aplicada à pesquisa dos processos sociais relativos à estrutura ocupacional. Treiman (1970) formulou as hipóteses centrais desta perspectiva teórica, que teve uma aplicação ao caso brasileiro levada a cabo por Holsinger (1975). A hipótese geral apresentada é a de que, com o processo de industrialização e urbanização experimentados com a modernização das sociedades capitalistas, passa-se de uma estrutura social dominada pela atuação de atributos herdados da família (*ascription*) para outra definida a partir das próprias realizações dos indivíduos (*achievement*). Desta forma, estes teóricos acreditam que os fenômenos socioeconômicos (industrialização e urbanização) associados à "modernização" das sociedades capitalistas geram uma profunda transformação dos processos de estratificação social, em especial aqueles ligados à determinação das oportunidades ocupacionais, bem como a outros aspectos do mercado de trabalho, tais como os salários dos indivíduos.

Em outras palavras, de acordo com esta abordagem teórica, deve-se esperar que com a "modernização" das sociedades, as variáveis de *background* familiar (*ascription*) – ou outras associadas a características natas de significado social, tais como raça e gênero – passem por uma redução da sua importância no processo de estratificação social, ao passo que variáveis associadas a conquistas (*achievement*) individuais (em particular, a escolaridade) tornem-se mais relevantes. Portanto, sociedades "modernas" são sociedades "meritocráticas". Davis e Moore (1981, p. 127) colocam a questão, quando analisando o processo de diferenciação e estratificação social em sociedades modernas, nos seguintes termos: "A explicação do motivo pelo qual posições que exigem alta qualificação técnica recebem recompensas bastante elevadas é fácil de ver, pois se trata do mais simples caso de distribuição de recompensas para atrair talento e motivar o treinamento".

De modo geral, com base no debate acima, é de se esperar que elementos ligados ao esforço individual sejam valorizados na sociedade moderna como um todo, mas que tal valoração seja diretamente proporcional ao grau de burocratização das organizações e da própria sociedade. Em setores como o público, em que as características burocráticas têm um peso maior, é de se esperar que o processo de estratificação social ocorra de modo mais meritocrático possível.

## Abordagens Não-meritocráticas

Convém lembrar que a chamada tese da meritocracia apresentada pelos funcionalistas tem sido fortemente questionada por autores de diferentes correntes de pensamento. Rossi (1980, p. 70-1), por exemplo, resume de forma bastante crítica à tese da meritocracia:

A promessa de mobilidade social oferecida às classes dominadas como resultado da vitória na 'livre competição meritocrática' baseia-se na educação formalmente democrática proposta pelos 'liberais'. [...] A 'igualdade de oportunidades' é ponto importante da ideologia capitalista, pois garantiria aos mais capazes, aos mais esforçados, [...] o acesso às melhores posições. A educação tornaria permeáveis as classes sociais de modo que, quem não 'subisse', ou não se teria esforçado o suficiente, ou teria sido menos capaz.

Tal crítica é também compartilhada por outros autores, que afirmam que, mesmo universalizando o sistema educacional, a influência dos atributos relacionados à família e à classe social não diminuirá.

Oportuno agora destacar o entendimento sobre a meritocracia apresentado por Barbosa (2003). A autora, nesta obra, discute, do ponto de vista cultural, a ideia do desempenho, uma categoria central à sociedade e organizações modernas. Barbosa (2003) busca contextualizar a ideia do desempenho dentro do sistema de valores a que pertencem e que se constitui num dos principais sistemas de hierarquização social das sociedades modernas: a meritocracia.

Barbosa (2003, p. 22) define meritocracia, no nível ideológico,

[...] como um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um. Ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais.

Ainda, de acordo com a autora (1996, p.68), a ideologia meritocrática é:

[...] o valor globalizante, o critério normal e considerado moralmente correto para toda e qualquer ordenação social, principalmente no que diz respeito à posição socioeconômica das pessoas. Ou seja, num universo social fundado em uma ideologia meritocrática, as únicas hierarquias legítimas e desejáveis são baseadas na seleção dos melhores.

Destaca-se também as duas interpretações sobre o conceito apresentadas pela autora (2003). A primeira ressalta a dimensão negativa, que concebe a meritocracia como um conjunto de valores que rejeita toda e qualquer forma de privilégio hereditário e corporativo e que valoriza e avalia as pessoas independentemente de suas trajetórias e biografias sociais.

Nesta sua dimensão negativa, a meritocracia não atribui importância a variáveis sociais como origem, posição social, econômica e poder político no momento em que estamos pleiteando ou competindo por uma posição. Esta interpretação refere-se à hipótese funcionalista, ao enfatizar o esforço individual e diminuir a importância da origem social nas realizações dos indivíduos. Percebe-se que a autora atribui conotação negativa a esta interpretação. Pode-se supor que Barbosa (2003) não acredita na ausência de influência das variáveis sociais no processo de estratificação social, contrapondo o argumento da hipótese funcionalista.

Por outro lado, a autora (2003, p. 22) faz questão de ressaltar a interpretação positiva quanto à meritocracia: "quando afirmamos que o critério básico de organização social deve ser o desempenho das pessoas, ou seja, o conjunto de talentos, habilidades e esforços de cada um, estamos falando da meritocracia em sua dimensão afirmativa".

Aqui se destaca que a meritocracia reveste-se de um caráter igualitário, que permite o livre e equitativo acesso às posições na sociedade. O problema, segundo Barbosa (2003), reside na ausência de consenso acerca de como avaliar o mérito dos indivíduos:

[...] existem múltiplas interpretações acerca de como avaliar o desempenho, do que realmente entra no seu cômputo, do que sejam talento e esforço, de quais são as origens das desigualdades naturais, da relação entre responsabilidade individual e/ou social e desempenho, da existência de igualdade de oportunidades para todos, da possibilidade concreta de mensuração individual etc. (BARBOSA, 2003, p. 22).

A educação, neste sentido, não pode ser vista como o instrumento que vá garantir acesso igualitário às posições sociais. Acerca desta temática, Foucault (1999) analisa a maneira pela qual os exames educacionais atuam enquanto instância produtora e certificadora do mérito e, conseqüentemente, de controle social. De acordo com o autor,

o exame é forma de poder que se exerce por intermédio de questões, que traduzem a concepção ocidental de conhecimento e verdade. Classificar os trabalhadores segundo sua habilidade, classificar os enfermos para evitar o contágio, hierarquizar os alunos segundo seus méritos; todos estes sistemas, para o autor, seguem o desenho de um pequeno tribunal que adota teatralmente a forma de um aparato judicial.

Neste sentido, os parâmetros de normalidade passam a ser definidos em tais instituições sob a forma de exames aos quais os indivíduos são submetidos não apenas para aferir seu aprendizado, como, também, para conformar sua subjetividade.

Ainda sobre a falácia da promessa meritocrática, Vieira (2004, p. 21-22) afirma que, tal sistema aprisiona a mobilidade social à atitude moral dos indivíduos que podem optar por determinados pontos de vista, muitas vezes incoerentes com sua experiência de vida (afinal, esta não é mensurada em exames), para ascender socialmente. Afinal, se os títulos, em si, atuam na sociedade como substitutos da verificação do saber e do mérito, a burla e a fraude destes encurtarão o trabalhoso caminho ao reconhecimento, ao poder e ao *status* social.

## Marxismo, Estratificação e Reprodução Social

O marxismo, como teoria da sociedade, tem sido designado como teoria materialista-histórico-dialética da sociedade. Em tal interpretação, tem-se que a lógica da vida social decorre da forma de organização da economia (relações de produção) e, em particular, do capitalismo. Podemos afirmar que a teoria de Marx tem alcance restrito, em função da natureza de seu princípio vinculatório, uma vez que se refere especificamente ao capitalismo. Ainda assim, mesmo restrita, ao não oferecer uma explicação sistemática acerca das lógicas de uma sociedade não capitalista, o marxismo pode ser considerado uma grande teoria, de grande alcance, pois oferece uma explicação acerca de como a ordem social se estrutura, com base na ordem econômica.

No marxismo, além do princípio articulatório, o critério de estratificação tem natureza econômica: estão ligados ao modo de produção e às relações de produção. A noção de classe em Marx é, assim, definida com base na posição dos agentes sociais no sistema de produção, havendo, portanto, tantas classes quanto tipos fundamentais de posição (BOUDON; BOURRICAUD, 1993). É a organização das relações de produção o condicionante da estratificação. Nesse sentido, uma mudança nos critérios de estratificação e na própria estruturação da sociedade só seria possível com a mudança das relações de produção. Destaca-se aí o caráter revolucionário da abordagem marxista – a mudança só ocorrerá se houver mudança nas relações de produção. Segundo Elster (1989), é possível entender ‘relações de produção’, por direitos de propriedade, especificamente, a propriedade de forças produtivas. A revolução, nesse sentido, se daria pela tomada da propriedade das forças produtivas, por parte dos trabalhadores.

## Reprodução Social e Estratificação Social

Outros autores também têm questionado o papel da educação como equalizador de oportunidades sociais. Ao invés de ter um papel equalizador, vários estudiosos destacam que a expansão da educação tem servido para perpetuar e mesmo para promover a desigualdade social. Por exemplo, para aqueles que representam a perspectiva da reprodução social, a expansão da educação é o canal principal por onde o desenvolvimento capitalista perpetua o antagonismo de classe, através da seleção e treinamento de indivíduos para representar papéis ocupacionais que meramente refletem as posições sociais de suas famílias. Assim, a educação é vista como um instrumento de dominação social (BOWLES; GINTES, 1976; EDWARDS, 1979). Ao invés de aumentar o “universalismo” no processo de alocação de *status*, como previsto pela perspectiva parsoniana, a expansão educacional seria caminho “pelo qual características

individuais transmitidas (*ascriptive forces*) encontram caminho para se expressarem como realizações adquiridas (*achievement*)” (HALSEY, 1977, p. 1984).

Educação também pode ser entendida como o caminho pelo qual o capital cultural é transmitido (BOURDIEU, 1973) e age como um veículo poderoso de reprodução social (COLLINS, 1971, 1979). Os teóricos da reprodução social veem o modelo de expansão educacional como um processo que, na verdade, serve para excluir membros das classes sociais inferiores de posições ocupacionais desejadas. Seleção e alocação no mercado de trabalho baseado nas credenciais são usadas para manter os privilégios dos grupos sociais dominantes (BOWLES; GINTIS, 1976; COLLINS, 1971, 1979). Realização educacional, então, é parte de um processo maior de legitimação de estrutura de classes.

É importante dividir a crítica acima em dois grupos: neomarxistas e neoweberianos. Nas abordagens apresentadas por autores de influência marxista (BOWLES; GINTIS, 1976; BOURDIEU, 1973), destaca-se o efeito classe. Tal abordagem vê a aquisição de educação como algo dirigido pelas demandas econômicas, na verdade, demandas do capitalismo, e não como algo dependente de demandas por habilidade e produtividade. Educação serve para reforçar a autoridade capitalista, disciplinar a classe trabalhadora, criar atitudes adequadas nos trabalhadores e bloquear movimentos anticapitalistas. A função da educação, neste caso, seria a de manter a estrutura de classe, reproduzindo as vantagens da classe dominante e as desvantagens da classe subordinada.

Em estudos mais recentes, Bowles e Gintis (2000) afirmam que a educação desenvolve “*individual traits*” (respostas comportamentais) que contribuem para o disciplinamento dos trabalhadores e, portanto, são valiosas para os empregadores, dada a assimetria de informações entre as partes. Para os autores (2002), em artigo que revisita sua obra de 1976, as escolas influenciam modelos culturais a que as crianças estão expostas e inserem as crianças em uma estrutura de recompensas e sanções, que faz parte de um processo de socialização. Nesse sentido,

é possível para um sistema de ensino ou qualquer outro sistema de socialização promover a propagação de uma resposta cultural que de outra forma não iria proliferar, sugerindo que as escolas fazem mais do que simplesmente reproduzir a estrutura de recompensa do resto da sociedade. A educação escolar pode, assim, promover traços pró-sociais, mesmo que estes não sejam individualmente vantajosos. De modo semelhante, a educação escolar também pode promover características que são vantajosas a um grupo (BOWLES; GINTIS, 2002, p. 13).

Por sua vez, os proponentes da teoria do capital cultural, desenvolvida por Bourdieu (1973) e Bourdieu e Passeron (1977), propõem, por exemplo, que crianças de famílias com um baixo nível de capital cultural estão mais propensas a não possuírem meios culturais, tais como valores sociais dominantes, hábitos, maneiras, preparo com línguas, que podem ajudá-las a adquirir elevado alcance educacional. Para essa perspectiva, capital cultural é o principal mecanismo para reprodução social nas sociedades modernas.

Capital cultural são recursos ou bens simbólicos transmitidos por ações pedagógicas dentro da família e está relacionado a todos os investimentos culturais por parte da família fora do sistema educacional formal.

Tal teoria foi apresentada como um contraponto à visão funcionalista da teoria sociológica da modernização. Segundo seus teóricos, o processo de expansão do acesso à educação, causado pela “modernização”, não leva a uma maior equalização de oportunidades, uma vez que as famílias vindas de estratos sociais superiores continuam garantindo vantagens para seus descendentes através da transmissão do capital cultural.

Para Bourdieu (1973), a definição funcionalista das funções da educação, que ignora a contribuição que o sistema de ensino traz à reprodução da estrutura social, sancionando a transmissão hereditária do capital cultural, encontra-se, de fato, implicada numa definição do “capital humano” que não tem nada de humanista, pois não escapa ao economicismo e ignora, entre outras coisas, que o rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família e que

o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social, que pode ser colocado a seu serviço.

Para Bourdieu (1973), estudantes com maior estoque de capital cultural, ou seja, estudantes oriundos de famílias com habilidades e preferências da cultura dominante, são mais capazes de decodificar as “regras do jogo” implícitas e estão mais bem preparados para a adaptação e desenvolvimento de habilidades culturais e preferências recompensadas nas escolas.

Ainda na concepção não-meritocrática da educação, Bourdieu (1996) também buscou discutir a relação escola e Estado. Trata-se de uma relação simultânea, na qual a escola constrói o Estado e é por ele construída. Para o autor (1996), o Estado moderno seria criado por uma burocracia letrada, que o criou para legitimar seu monopólio sobre o poder de Estado. Ao mesmo tempo em que a escola é desenvolvida como instituição fundante da “*noblesse d’Etat*” é, também, encarregada de sua própria reprodução.

Vários estudos empíricos foram realizados em diversos países, a partir das contribuições de Bourdieu sobre reprodução social, comprovando-as. Destacam-se alguns mais recentes publicados na *Research in Social Stratification and Mobility* (RSSM), principal periódico da área de estratificação social (RIVERA, 2011; HOUTEN; GESTHUIZEN; WOLBERS, 2013; THOLEN et al., 2013; TRIVENTI, 2013, dentre outros), bem como o de Werfhorst e Hofstede (2007).

Collins (1971, 1979) também questiona o papel da educação na sociedade moderna, discordando da crítica marxista feita aos funcionalistas, e apresentando outra, de inspiração weberiana. O autor apresenta um debate da importância da educação frente à industrialização e desenvolvimento tecnológico na sociedade contemporânea.

Inicialmente, apresenta fatos da existência de uma considerável quantidade de mudança tecnológica nos últimos séculos, destacando seus efeitos na produtividade econômica e organização do trabalho. Tal contextualização faz-se necessária para que o autor apresente sua análise e crítica em relação à escolarização como um agente para a seleção meritocrática e, especificamente, em relação ao aumento da proeminência da educação como argumento para a existência da Tecnocracia.

Antes de proceder sua crítica à interpretação tecnocrática da educação, o autor revisa brevemente algumas críticas existentes acerca do tema, destacando as de origem Marxista. Para Collins (1971, 1979), as críticas marxistas sobre o assunto são explicações acerca dos mecanismos de estratificação educacional. No entendimento do autor, tais explicações são incompletas, pois não respondem a algumas questões, por exemplo: Se a educação leva a estratificação, como isso ocorre? Tratam-se de habilidades técnicas ou capital cultural? Collins (1971, 1979) argumenta que as explicações críticas em relação ao papel da educação na sociedade moderna não derrubam a interpretação tecnocrática da educação. Diante disso, o autor procura mostrar e derrubar o mito da tecnocracia, por meio de evidências que mostram o papel da educação na economia em geral e nas carreiras individuais.

Collins (1971, 1979) mostra, com base nos achados de Folger e Nam (1964), que apenas 15% do aumento da educação da força de trabalho americana durante o século XX pode ser atribuída a mudanças na estrutura ocupacional. O autor (1971, 1979) compara ainda o desempenho de pessoas mais e menos educadas no trabalho e conclui que não há evidências suficientes que comprovem a existência da correlação entre educação e desempenho, e entre educação e desenvolvimento econômico. Destaca também onde as habilidades vocacionais são aprendidas (na experiência profissional e não na escola); examina o que os estudantes absorvem em sala de aula e quanto tempo eles recordam deste aprendizado; examinam a relação entre notas e sucesso profissional. A conclusão é de que a interpretação tecnocrática da educação dificilmente recebe qualquer suporte empírico e de que a educação funciona como uma credencial no mercado de trabalho. Segundo o autor, as notas estão ligadas ao sucesso ocupacional em função do valor de certificação dos graus educacionais e não em função da habilidade que elas próprias podem indicar (COLLINS, 1971, 1979).

Em resumo, para o autor (1971; 1979), a expansão da educação e a consequente busca por credenciais são resultados da competição entre grupos sociais por status e prestígio, ao invés das crescentes necessidades da sociedade por mais treinamento.



Segundo Collins (1971, 1979), a expansão da educação pode inclusive ser vista como um processo irracional no qual as pessoas estão adquirindo mais educação para executar trabalhos que não requerem tais credenciais.

Bills (2003) considera que essa relação entre realização educacional e credenciais, de um lado, e realização socioeconômica, de outro, está bem estabelecida. Contudo, segundo o autor, as razões pelas quais essa relação acontece ainda merecem maior esclarecimento. Com vistas a contribuir ao debate, Bills (2003) discute sete teorias de médio alcance<sup>1</sup> que buscam explicar tal relação. Todas consideram, segundo o autor, que o mecanismo causal desta relação refere-se a como os empregadores e candidatos a emprego adquirem e utilizam informações do mercado de trabalho.

Buscando explicar as razões dos retornos ocupacionais e salariais das credenciais educacionais, Bills (2003), considerando a realidade norte americana, destaca algumas tendências, que podem ser claramente observadas no Brasil: a) proliferação e diversificação das credenciais, incluindo as adquiridas através da educação à distância e as adquiridas após a entrada no mercado de trabalho; b) mercado de trabalho cada vez mais fragmentado, no que se refere às oportunidades e perspectivas oferecidas aos trabalhadores; e c) mudanças nos retornos de qualificação e educação. Além destas tendências, não há dúvidas de que os empregadores estão lendo as credenciais de modo diferente àquele feito há 30 anos, e começando a buscar novos sinais, que não os ligados às credenciais, no recrutamento de funcionários. Por fim, o autor lança como desafio a realização de mais estudos sobre os efeitos das credenciais no mercado de trabalho, buscando melhores dados e melhores estratégias de mensuração. Nesse esforço de desenvolver novos e melhores estudos sobre a temática, cabe destacar o papel de elementos organizacionais, ocupacionais, profissionais e setoriais, sejam como mediadores ou definidores da relação entre credencial e mercado de trabalho (BROWN, 2001).

## Mensurando a Estratificação Social

Diversas metodologias vêm sendo utilizadas para a mensuração das estruturas hierárquicas das sociedades. Tal esforço tem sido realizado pelos estudos da estratificação e da mobilidade social em todo mundo, que têm buscado explicações para o problema da desigualdade e de sua transmissão entre gerações. Historicamente, é possível dividir tais estudos por meio da perspectiva adotada por cada um: de um lado, tem-se os “modelos de realização socioeconômica”, com base em uma perspectiva individualista-voluntarista (weberiana); de outro, os modelos de estratos sociais, baseados em uma perspectiva estrutural (marxista). Os modelos de realização socioeconômica se preocuparam em identificar os fatores, na história do *indivíduo*, que explicam seu nível de realização socioeconômica atual (nível educacional, ocupacional ou econômico). Neste sentido, tais modelos buscam descrever as carreiras das pessoas. Já os modelos de estratos sociais tinham como preocupação a análise da mobilidade *ocupacional* e de *classes* (e não dos indivíduos, em particular), buscando determinar o nível de fluidez ou rigidez do sistema social. São, assim, modelos *estruturais*, com base na quantificação das barreiras à mobilidade ocupacional, identificando as fronteiras de classes e/ou estratos ocupacionais. O foco de tais modelos não é a trajetória social dos indivíduos, mas a relação entre os diversos estratos sociais.

Oportuno destacar que tais diferenças substantivas entre os modelos correspondem a diferenças nas metodologias utilizadas na mensuração das estruturas hierárquicas. O modelo clássico de realização socioeconômica foi o desenvolvido por Blau e Duncan (1967). Os autores, na verdade, desenvolveram um modelo de realização de status, como crítica metodológica às pesquisas de mobilidade então dominante, baseadas em tabelas de mobilidade (origem e destino). O modelo de realização de status reconceitualizou a mobilidade em termos das influências que as origens sociais e outros atributos do *indivíduo* têm em suas chances de vida, mais especificamente

---

<sup>1</sup> São as teorias mencionadas por Bills (2003): *capital humano*, *screening theory*, *signaling theory*, *teoria do controle*, *capital cultural*, *teoria institucional* e *teorias credencialistas*,

em seu status ocupacional. Tal modelo representou a primeira aplicação sociológica de porte da análise de trajetórias (*path analysis*), cujos parâmetros são estimados pelos métodos de regressão linear. Importante destacar que tal modelo é aplicado por meio da operacionalização de uma escala de status ocupacional (índice socioeconômico das ocupações) – escala esta métrica, baseada em detalhada classificação ocupacional.

Importante também destacar algumas implicações teóricas no uso do índice de status socioeconômico, e no teste de modelos de realização socioeconômica. Em tais modelos, assume-se que a estrutura ocupacional da sociedade em estudo está mais ou menos classificada de *modo contínuo*, sem barreiras ou fronteiras, por isso a necessidade de se utilizar uma escala métrica, contínua – índice socioeconômico das ocupações.

Tanto as tabelas de mobilidade, baseadas em estratos ocupacionais, quanto os modelos de realização individual buscam analisar a estratificação social em seu caráter multidimensional – o critério econômico é apenas um dos critérios de identificação da classe; educação, status, poder político são também elementos estratificadores. Grusky (2001) destaca que o principal ponto de distinção entre as abordagens é que os neo-marxistas (modelos estruturais) se concentram nos retornos econômicos e seus impactos na estrutura de classe, enquanto os neo-weberianos (modelos de realização socioeconômica; individuais) enfatizam a cultura comum, coesão sociocultural e experiências e estilos de vida compartilhados como critérios de estratificação. Já Sørensen (2001) acredita que a diferença está entre a concepção de classe como grupos de conflito, conflito esse gerado na exploração, e classe concebida como um determinante da ação e mentalidade individuais, aspectos originados nas condições de vida (estilos de vida) associados a diferentes classes.

No Brasil, é possível identificar alguns trabalhos centrados em ambas as opções metodológicas e teóricas. Silva (1981) e Pastore e Haller (1982) estudaram o processo de transmissão de status no Brasil. Os resultados destes estudos, com base na hipótese de Treiman (1970), mostram que negros possuem desvantagens em relação aos brancos nos processos de realização de renda e ocupacional. Haller e Saraiva (1991), por sua vez, concentram-se em abordar o efeito do sexo em tais processos. São os principais resultados: o efeito do fator atribuído, baseado no sexo (*ascriptive factor, based on gender*) é forte nas diferenças de renda, existente, porém mais sutil, nas diferenças ocupacionais, e sem efeito nas diferenças educacionais. Nos dois primeiros, o efeito é favorável aos homens. Outro resultado relevante é o de que as mulheres são mais afetadas pelo status paterno do que os homens, e que este efeito aumenta com o desenvolvimento. Tal conclusão contradiz a hipótese de Treiman (1970) e nos leva a crer que o processo de desenvolvimento brasileiro, em vez de desestratificar a sociedade, tem mantido um caráter forte de desigualdade.

Pastore (1979) e Pastore e Silva (2000) são exemplos de trabalhos que utilizam estratos sociais. Importante destacar que estes trabalhos utilizam uma abordagem *funcionalista*, que não pode, nem deve ser confundida com a weberiana. Em ambos, utilizou-se um agrupamento em seis estratos obtidos a partir de uma escala métrica e contínua socioeconômica das ocupações. Os estratos são os seguintes: baixo-inferior (trabalhadores rurais não qualificados), baixo-superior (trabalhadores urbanos não qualificados), médio-inferior (trabalhadores qualificados e semiqualificados), médio-médio (trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários), médio-superior (profissionais de nível médio e médios proprietários) e alto (profissionais de nível superior e grandes proprietários). Tal agrupamento ocupacional seguiu critérios de distância social (medida pelo índice de status socioeconômico). Em princípio, estes estratos medem estritamente *diferenças de posição socioeconômica*.

Como exemplo de um estudo brasileiro que agrupa as ocupações com base no modelo de classe temos o trabalho de Santos (2002). O autor baseou-se na tipologia básica de classe na sociedade capitalista elaborada por Wright (1980, 1981, 1984, 1985) em função da apropriação diferenciada de ativos em meios de produção, ativos de qualificação e relação com o exercício de dominação dentro da produção. A ideia chave aqui é a da exploração, na verdade, múltipla exploração, o que permite pensar

a existência de localizações contraditórias de classe, que podem ser simultaneamente exploradas por um mecanismo e exploradoras por outro mecanismo. As classes foram definidas por Santos (2002) com base na seguinte tipologia: empregadores, pequena burguesia, gerentes e supervisores especialistas, gerentes e supervisores não especialistas, profissionais, semiprofissionais e trabalhadores. Oportuno lembrar que Santos (2002) não analisa a mobilidade com base em tal tipologia. Sua preocupação foi a de apresentar um mapa atual de classes no Brasil. Convém ainda retomar a crítica neoweberiana aos modelos neomarxistas, como este apresentado por Santos (2002). Mesmo centrando a construção dos agregados ocupacionais com base na exploração, a perspectiva adotada afasta-se da visão clássica marxista, aproximando-se da weberiana, por exemplo, ao considerar a qualificação como elemento de distinção entre classes.

## À Guisa de Conclusão: estratificação social e os estudos organizacionais

As desigualdades sociais são, em grande medida, decorrentes da própria estrutura e dinâmica do mercado de trabalho. São, também, produzidas e reproduzidas nas organizações – um dos principais locais da sociedade em que tais padrões de desigualdade são percebidos a partir de seus elementos simbólicos e subjetivos que, por vezes, cristalizam e justificam a própria estrutura de desigualdade social.

Apesar de ser tema pertinente aos estudos organizacionais, a estratificação social tem sido pouco explorada na Academia nacional. O diálogo entre as disciplinas, Administração e Ciências Sociais, nesse tema, pode ser profícuo e leva à possibilidade do desenvolvimento de estudos que destaquem, por exemplo, a existência de fatores organizacionais ou setoriais que contribuam ou combatam a reprodução de desigualdades sociais, o processo de legitimação dessas diferenças sociais no âmbito organizacional, a existência de barreiras raciais, de gênero e regionais, relativas aos retornos salariais e ocupacionais nas organizações, dentre outros.

Neste debate, cabe retornar às considerações de Bills (2003), que acredita não haver dúvidas de que os empregadores estão lendo as credenciais de modo diferente daquele feito há 30 anos, e começando a buscar novos sinais, que não os ligados às credenciais, no recrutamento de funcionários. Sobre este último aspecto, Sala et al. (2013) apresentam resultados de pesquisa que comprovam o impacto da atratividade facial na posição socioeconômica dos indivíduos ao longo da vida, tanto para homens, quanto para mulheres.

Reflexões e pesquisas que tratem da meritocracia também merecem maior atenção dos estudos organizacionais. Seja na esfera privada, ou na pública, o discurso meritocrático tem ganhado força e legitimado práticas que reforçam (e buscam legitimar) o ideário neoliberal. O cerne da questão está na intensificação do processo de individualização das relações e processo de trabalho, fragilizando a mobilização coletiva dos trabalhadores, e transferindo a eles a responsabilidade pela busca pelo emprego, por exemplo. A difusão de conceitos como os de empregabilidade e competência opera neste sentido: o da culpabilização do indivíduo. Neste contexto, desvendar os padrões de estratificação e desigualdade social no país é tarefa mais que necessária. A partir desse esforço, já empreendido por alguns autores (e.g. PAIXÃO et al., 2010; FERNANDES; HELAL, 2011), é possível identificar que o Brasil mantém um claro padrão de desigualdade social, a favor dos brancos. Mesmo em situação de pretensa meritocracia, como as seleções via concurso para cargos públicos, os negros mantêm desvantagem de acesso em comparação aos brancos, especialmente quando se trata de cargos de maior hierarquia e status (HELAL, 2008).

Nesta senda, são relevantes tanto os estudos quantitativos, que mostram como tais padrões de desigualdade são produzidos e reproduzidos em nosso país e, particularmente, nas organizações, como os qualitativos, que buscam, por exemplo, discutir as representações sociais e práticas discursivas inerentes aos padrões de desigualdade social.

## Referências

- BARBOSA, L. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? *Revista do Serviço Público*, v. 120, n. 3, p. 59-102, set.-dez.1996.
- BILLS, D. Credentials, signals, and screens: schooling and job assignment. *Review of Educational Research*, v. 73, n. 4, p. 441-6, 2003.
- BLAU, P.; DUNCAN, O. *The American occupational structure*. New York: John Wiley, 1967.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- BOURDIEU, P. Cultural reproduction and social reproduction. In: Brown, R. (Ed.). *Knowledge, education and cultural change*. London: Tavistock, 1973.
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Science Sociales*, n. 31, p. 2-3, Jan.1980.
- BOURDIEU, P. Espíritos de estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *Reproduction in education, society and culture*. London: Sage, 1977.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. Does schooling raise earnings by making people smarter?. In: ARROW, K.; BOWLES, S.; DURLAUF, S. (Orgs.). *Meritocracy and economic equality*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. *Schooling in capitalist America*. New York: Basic, 1976.
- BOWLES, S.; GINTIS, H. Schooling in capitalist America revisited. *Sociology of Education*, v. 75, n. 1, p. 1-18, Jan. 2002.
- BROWN, D. The social sources of educational credentialism: status cultures, labor markets and organizations. *Sociology of Education*, Extra Issue, p. 19-34, 2001.
- CASTRO, C. *Sociologia aplicada à administração*. São Paulo: Atlas, 2002.
- CLEGG, S. *As organizações modernas*. Oeiras: Celta, 1998.
- COLEMAN, J. *Foundations of social theory*. Cambridge: Belknap, 1994.
- COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v. 94, Suppl., p. S95-120, 1988.
- COLLINS, R. Functional and conflict theory of educational stratification. *American Sociological Review*, v. 36, p.1002-19, 1971.
- COLLINS, R. *The credential society*. New York: Academic Press, 1979.
- DAVIS, K.; MOORE, Wilbert. Alguns princípios de estratificação. In: VELHO, O.; PALMEIRA, M. (Orgs.). *Classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- EDWARDS, R. *Contested terrain: the transformations of the workplace in the twentieth century*. New York: Basic, 1979.
- ELSTER, J. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos: argumentos em favor do individualismo metodológico. *Lua Nova*, nº 17, p. 163-204, jun. 1989.
- FERNANDES, D. C.; HELAL, D. H. (Orgs.). *As cores da desigualdade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- FOLGER, J. K.; NAM, C. B. Educational trends from census data. *Demography*, v. 1, n. 1, p. 247-57, Mar. 1964.
- FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

- GOLDTHORPE, J. H. Problems of "Meritocracy." In: ERIKSON, R.; JOHNSON, J. O. (Eds). *Can education be equalized?* The Swedish case in comparative perspective. Boulder: Westview, 1996.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p.481-510, nov. 1985.
- GRANOVETTER, M. *Getting a job: a study of contacts and careers*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, p. 1360-80, 1973.
- GRUSKY, D. *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. 2. ed. Boulder: Westview, 2001.
- HALLER, A.; SARAIVA, H. Ascription and status transmission in Brazil. In: SCOVILLE, J. G. (Orgs.). *Status influences in third world markets: caste, gender and custom*. Berlin: Walter de Gruyter, 1991, p. 65-93.
- HELAL, D. H. *A dinâmica da estratificação social no setor público brasileiro: meritocracia ou reprodução social?* 2008. 174 f. Tese (Doutorado em Sociologia) —, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- HALSEY, A. H. Towards meritocracy? the case of Britain. In: Karabel, J.; Halsey, A. H. (Eds.). *Power and ideology in education*. New York: Oxford University Press, 1977.
- HOLSINGER, D. B. Education and the occupational attainment process in Brazil. *Comparative Education Review*, v. 19, p. 267-75, 1975.
- HOUTEN, J.; GESTHUIZEN, M.; WOLBERS, M. Intergenerational transmission of occupational status: the role of voluntary association membership as an emerging compensatory strategy of reproduction. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 33, p.13-26, 2013.
- HURN, C. J. *The limits and possibilities of schooling: an introduction to the sociology of education*. 3. ed. Boston: Allyn and Bacon; 1993.
- LENSKI, G. E. *Power and privilege*. New York: McGraw-Hill, 1966.
- LEVY, M. *Modernization and the structure of societies*. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- MOORE, W. O funcionalismo. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (Orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 421-74.
- PAIVA, V. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão Social. In: GENTILLI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 49-64.
- PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L. M. (Orgs.). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- PARSONS, T. Equality and inequality in modern society, or social stratification revised. In: LAUMANN, E. (Ed.). *Social stratification: research and theory for the 1970s*. New York: Bobbs-Merril, 1970.
- PARSONS, T. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- PASTORE, J.; HALLER, A. O. Social mobility under labor market segmentation in Brazil. In: HAUSER, R. M.; MECHANIC, D.; HALLER, A. O., HAUSER, T. S. (Eds.). *Social structure and behavior: essays in honor of William Hamilton Sewell*. New York: Academic Press, 1982. p. 113-40.
- PASTORE, J.; SILVA, N. V. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.
- PETERSEN, T.; SAPORTA, I.; SEIDEL, M.-D. L. Offering a job: meritocracy and social networks. *American Journal of Sociology*, v.106, n. 3, p.763-816, nov. 2000.

- PORTES, A. Social capital: its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p, 1-24, 1998.
- PRATES, A. A. P. Administração pública e burocracia. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad- Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- RIVERA, L. Ivies, extracurriculares, and exclusion: elite employers' use of educational credentials. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 29, p. 71-90, 2011.
- ROSSI, W. G. *Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- SALA, E.; TERRANEO, M; LUCCHINI, M.; KNIES, G. Exploring the impact of male and female facial attractiveness on occupational prestige. *Research in Social Stratification and Mobility*, v.31, 2013, pp.69-81.
- SANTOS, J. A. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- SØRENSEN, A. The basic concepts of stratification research: class, status, and power. In: GRUSKY, D. (ed.). *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. 2. ed. Boulder: Westview, 2001.
- THOLEN, G.; BROWN, P.; POWER, S.; ALLOUCH, A. The role of networks and connections in educational elites' labour market entrance. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 34, p.142-54, 2013.
- TREIMAN, D. Industrialization and social stratification. In: LAUMANN, E. (ed.). *Social stratification: research and theory for the 1970's*. New York: Bobbs-Merrill, 1970.
- TRIVENTI, M. The role of higher education stratification in the reproduction of social inequality in the labor market. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 33, p.45-63, 2013.
- SILVA, N. V. Cor e processo de realização socioeconômica. *Dados*, v. 24, p.391-409, 1981.
- VIEIRA, L. C. A. *Mérito, sociedade e direito: reflexões sobre a noção de merecimento objetivo e seus institutos na função pública*. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) — Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.
- WEBER, M. *Economy and society*. Los Angeles: UCLA Press, 1978.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- WERFHORST, H.; HOFSTEDE, S. Cultural capital or relative risk aversion? Two mechanisms for educational inequality compared. *The British Journal of Sociology*, v. 58, n. 3, p. 391-415, sep. 2007.
- WRIGHT, E. A general framework for the analysis of class structure. *Politics and Society*, v. 13, n. 4, p. 383-423, 1984.
- WRIGHT, E. *Classe, crise e o estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WRIGHT, E. *Classes*. Londres: Verso, 1985.
- WRIGHT, E. Varieties of marxist conceptions of class structure. *Politics and Society*, v. 9, n. 3, p. 326-70, 1980.

**Submissão: 01/11/2013**

**Aprovação: 10/12/2014**



# DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO BRASIL NAS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

## DEVELOPMENT AND DEPENDENCY IN BRAZIL IN THE CONTRADICTIONS OF THE GROWTH ACCELERATION PROGRAM

Priscilla Borgonhoni Chagas\*  
Cristina Amélia Carvalho\*\*  
Fábio Freitas Schilling Marquesan\*\*\*

### Resumo

Este ensaio busca desvelar o caráter contraditório do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal instrumento do modelo de desenvolvimento da última década no Brasil, que tenta combinar uma aparente autonomia nacional para as definições estratégicas com integração ao sistema econômico mundial. Entretanto, a retomada da iniciativa do planejamento da economia e do investimento público pelo Estado mantém o modelo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza e alimenta uma rede produtiva escassamente diversificada e dependente da inserção internacional como fornecedora de matérias-primas, e remete ao novo extrativismo progressista (GUDYNAS, 2009). Para compreender a integração da lógica do mercado aos interesses do Estado e o papel do *management* nessa construção, o texto busca referência na Teoria Marxista da Dependência (TMD), especialmente nas discussões de Marini (2005) e Osorio (2012a; 2012b), acerca da inserção subordinada das economias periféricas, articulada com os mecanismos de acumulação do capital e de exploração do trabalho. Outrossim, discute a colonialidade epistêmica na gestão do desenvolvimento, alçada à solução para a modernização e o desenvolvimento, mas que produz uma integração subordinada à economia global.

**Palavras-chave:** Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Desenvolvimento. Teoria Marxista da Dependência (TMD). Colonialidade. Superexploração do Trabalho. Padrão de Reprodução do Capital.

### Abstract

This essay seeks to reveal the contradictory character of the Growth Acceleration Program (PAC, in its acronym in Portuguese), the main instrument of the Brazilian development model of the last decade, which attempts to combine an apparent national autonomy for strategic settings, with adjustments of

---

\* *Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/EA/UFRGS)*  
*Professora Adjunta do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM)*  
*E-mail: priscillabchagas@gmail.com*

\*\* *Doutora em Ciências Econômicas y Empresariales pela Universidad de Córdoba, Espanha*  
*Professora Associada da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*  
*E-mail: cris\_carvalho@uol.com.br*

\*\*\* *Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/EA/UFRGS)*  
*Professor da Universidade de Fortaleza (PPGA/UNIFOR)*  
*E-mail: fabioschilling@yahoo.com.br*



integration to the global economic system. However, the resumption of the initiative of economic planning and public investment by the State lead to a development model based on appropriation of nature, and generate a sparsely diverse productive network, dependent of international insertion that considers Brazil as a supplier of raw materials, leading to the new progressive extractivism as advanced by Gudynas (2009). To understand the integration of the market logic to the interests of the State and the role of management in this construction, the text drawn from the Marxist Theory of Dependence, especially as in Marini (2005) and Osorio's (2012a, 2012b) discussions about the subordinated position of peripheral economies, combined with the mechanisms of capital accumulation and labor exploitation. Furthermore, it is discussed the epistemic coloniality for development management, taken as the solution for the modernization and development, to the extent that it produces a subordinated integration with the global economy.

**Keywords:** Growth Acceleration Program. Development. Marxist Theory of Dependency. Coloniality. Overexploitation of Labor. Pattern of Capital Reproduction.

## Introdução

Nos debates sobre as vias para o desenvolvimento nos países latino-americanos, é recorrente o atrelamento da questão a um problema de "direção nacional" o que, inevitavelmente, circunscreve a análise ao contexto interno e desconsidera as relações de dominação com as economias centrais. Desta forma, é desvalorizada a influência das relações político-econômicas internacionais ao assumir que o desenvolvimento das economias periféricas depende de seu ajustamento sociopolítico e econômico ao sistema global. Esta interpretação deu sustentação e legitimidade à quase totalidade dos sucessivos planos ou programas econômicos implementados ao longo da história republicana do Brasil.

Neste ensaio desenvolveremos o argumento de que, assim como no restante da América Latina, no Brasil em tempos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os sinais da lógica da subalternidade são revisitados sob uma nova roupagem, que dá forma a um equilíbrio contraditório entre a autonomia nacional para o enfrentamento das desigualdades internas e o ajustamento ao sistema capitalista mundial.

A problematização das contradições do desenvolvimento da América Latina foi objeto de reflexão de intelectuais latino-americanos na década de 1960, a partir da observação de sua estreita relação com as engrenagens do sistema do capital mundial. Dentre eles, destacaram-se os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, que refletiram o processo de formação socioeconômica do continente e do Brasil, a partir de uma leitura marxista, traduzida na Teoria Marxista da Dependência (TMD) que esquadrinha a lógica da integração subordinada do continente à economia capitalista mundial. Essa reflexão teórica permitiu desvelar e produzir uma explicação sobre as leis próprias de funcionamento do capitalismo dependente latino-americano, enquanto modalidade *sui generis* da economia mundial, ao superar os limites interpretativos do desenvolvimentismo formulado pela CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (FERREIRA; LUCE, 2012).

Em 1964, a ditadura militar que se instalou no Brasil exilou e calou os intelectuais de esquerda e este debate foi penalizado. Em meados da década de 1980, ressurgiu a possibilidade de retomar o debate das ideias acerca e para o país, no âmbito do processo de redemocratização que emerge, mas que ocorre simultaneamente à avalanche neoliberal que descarta a ação do Estado na condução dos rumos da nação e desestimula a elaboração de planos de desenvolvimento. O ajuste da economia nacional ao sistema-mundo capitalista se faz pela capitulação da política aos interesses corporativos.

No início dos anos 2000, torna-se real a possibilidade de eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, e outro cenário sócio-político e econômico parece despontar no Brasil, no qual um novo arranjo político reivindica a liderança política do Estado, para a consolidação de um modelo de desenvolvimento inclusivo e dotado da capacidade de

transformar o Brasil em uma potência econômica. Não obstante, o primeiro mandato de Lula, entre 2003 e 2006, transcorreu sob a crítica da falta de um projeto para o país e do continuísmo na política econômica, apesar dos programas de erradicação da miséria por transferência de renda.

Em 2007, iniciado o segundo mandato, o governo apresenta o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o constituiu seu principal instrumento de política econômica e orientação para a promoção dos ajustes estruturais necessários à estratégia de desenvolvimento para o Brasil. No PAC são concretizadas as opções estratégicas de desenvolvimento, por meio de programas de investimento, que pautam a ação política do segundo governo de Lula e dão o conteúdo para sua sucessão nas eleições de 2010.

No cenário da geopolítica internacional, o PAC constitui a contribuição brasileira para uma estratégia comum para a América Latina que, reunida no IIRSA (Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana), representa a opção por um processo de expansão e modernização econômica para uma integração completa do continente à economia global. Para isto, o PAC propõe alavancar o crescimento de indicadores econômicos por meio de investimentos em setores estratégicos da economia que incluem o setor energético, primordial para o desenvolvimento econômico global, e o da construção civil. Este, intensivo em mão de obra, permite também atacar o problema da geração de emprego e, ao mesmo tempo, a escassez de moradia popular.

A alocação de investimentos do PAC até 2012 revela concentração de recursos na ampliação da infraestrutura logística, produtiva e energética, com ênfase no aumento da capacidade de exploração de combustíveis fósseis. Ou seja, os incentivos do PAC aumentam a importância atribuída aos produtos primários – em particular o petróleo – na pauta das exportações, reforçam a dependência das *commodities* (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007) e agravam a especialização retrógrada em curso que se realiza por meio da reprimarização das exportações nas economias periféricas.

Dessa forma, ao tempo em que representa a adesão do governo a um projeto de desenvolvimento, o PAC remete ao que Gudynas (2009, p. 188) chama de “novo extrativismo progressista” nos países da América do Sul. Sob este extrativismo de novo tipo, mantém-se um modelo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, que alimenta uma rede produtiva muito pouco diversificada e fortemente dependente da inserção internacional como fornecedora de matérias-primas. Ao ativar deste modo a economia, o Estado parece desempenhar um papel mais autônomo na condução da economia, além de obter maior legitimidade pela redistribuição de uma parte do excedente gerado por esse extrativismo nas políticas sociais compensatórias. Mas a região permanece limitada à condição de um grande abastecedor de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial, e sua economia continua assentada na exportação de produtos originários da exploração de suas vantagens naturais (petróleo, minérios e bens agrícolas) e bens provenientes de atividades básicas de montagem (automotor e eletrônica), com débil incorporação tecnológica. Por conseguinte, como defende Osorio (2012b, p. 104), estão presentes na América Latina “novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a desconsiderar as necessidades da maioria da população”. Argumentamos neste texto que o mesmo processo acontece no Brasil, incentivado pela nova ênfase desenvolvimentista concretizada no PAC.

Ao discutir a contradição que se estabelece entre, de um lado a autonomia para definir uma estratégia de desenvolvimento que atenda aos interesses nacionais e, do outro, a preservação do ajuste ao sistema econômico mundial, pretendemos contribuir para uma aproximação prospectiva aos Estudos Organizacionais, ao apontar a possibilidade de outro olhar acerca da gestão, na sociedade contemporânea, fugindo à imposição colonial sobre o que é relevante (IBARRA-COLADO, 2006) e advogando a preocupação dos Estudos Organizacionais com um olhar macro societal. Com o apoio da Teoria Marxista da Dependência que permite essa reflexão, enfrentamos a análise do PAC enquanto ferramenta para a “grande gestão” de uma questão candente na atualidade do país, que é seu projeto nacional de desenvolvimento.

## Marcos Históricos para a Compreensão da Dependência

Em 1954, Celso Furtado e Caio Prado Júnior publicaram duas obras importantes para a construção da economia política dos países subdesenvolvidos, e nelas convergem em um aspecto fundamental, no qual defendem, como afirma Paula (2006, p. 3), que “a desigualdade econômica, política e social entre os países não era fruto de leis naturais e inexoráveis, mas resultado de assimetria e dificuldades historicamente construídas a partir de determinadas relações econômico-sociais”. Dedicados em pensar criticamente o seu tempo, Furtado e Prado Júnior assinalaram assim as limitações do pensamento econômico ortodoxo, incapaz de pensar o subdesenvolvimento e muito menos sua superação e que, para além disso, arcava com o ônus da incapacidade em evitar ou resolver a crise de 1929.

A precariedade da estrutura industrial do país, que mal conseguia atender à escassa demanda do mercado interno, foi a razão, em um primeiro momento, para que a expansão do consumo dentro das fronteiras nacionais fosse atendida por meio de importações. Mas Prado Junior (1999) assinalou, com perspicácia, que o processo de industrialização foi desencadeado a partir do vislumbre da oportunidade de ganho com o atendimento ao consumo da população de baixa renda que então migrava em grandes contingentes para os centros urbanos. Ao delinear os fundamentos estruturais desse período, Prado Junior (1999) lembrava que foi a partir do advento do capitalismo industrial que as relações de produção sofreram sua mais drástica alteração. Tendo como referência essa transição na Europa, ele afirmava que “foi, certamente, o considerável progresso tecnológico, representado pela mecanização em larga escala da produção econômica, que deslocou as características relações de produção e o conjunto do sistema então dominante que era o do capitalismo comercial” (PRADO JUNIOR, 1999, p. 73).

Ao analisar esse processo de industrialização na América Latina, Marini (2005) defende que a contradição que caracterizou o ciclo do capital e seus efeitos sobre a exploração do trabalho, explica grande parte dos seus problemas e tendências. Mas, nem a substituição de importações nem a posterior expansão industrial puderam evitar que, sem mercado interno devido à pobreza disseminada e, portanto, sem criar sua própria demanda, a industrialização latino-americana tenha sido tardia e insuficiente para reverter o caráter dependente da economia. Essa indústria atendia a demanda dos países centrais por produtos primários e, em suma, se estruturou em função das exigências de mercado e da indústria de transformação do norte. Portanto, na divisão internacional do trabalho, a ordem capitalista mundial destinou ao sul do continente, nomeadamente ao Brasil, desde o princípio, a exploração de produtos primários em larga escala.

Logo, ao contrário da Europa dos idos de 1750, no Brasil do século XX não houve a substituição de uma indústria artesanal já estabelecida, especializada e com organização política e administrativa definida, por uma de tipo fabril-industrial, pelo fato da primeira nunca ter, de fato, se estabelecido. Um século depois, em meados dos anos 1960, no Brasil, ainda se consolidava a migração de um tipo de produção essencialmente doméstica dos bens de primeira necessidade, para outro de caráter industrial-comercial, isto é, massificado. Este processo está estreitamente vinculado, também, à migração campo-cidade que explodiu naquele período, pois foi na transição entre as décadas de 1960 e 1970 que a população urbana superou, pela primeira vez, a população rural. A indústria nacional voltou-se, então, ao atendimento de um mercado destinado às massas assalariadas que se agrupavam nos centros urbanos, e ampliavam seu consumo ao abandonar a pequena produção familiar de subsistência – ou seja, um contingente que, lentamente, se acostumava a pautar sua organização social no valor de troca dos bens e serviços.

Do exposto percebe-se que foi nesse período que o modo de produção capitalista-industrial fincou seus fundamentos no Brasil. Trata-se, contudo, de um capitalismo *sui*

*generis*, que deflagra a dependência econômica e crava a posição subalterna que o Brasil ocuparia no cenário geopolítico internacional. Ao ampliar a reflexão para o continente, Marini (2005) afirma que os países latino-americanos deram sua contribuição para a criação da grande indústria moderna dos países centrais, na medida em que a região se desenvolveu em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Como produtora de metais preciosos e gêneros exóticos contribuiu, em um primeiro momento, com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, o que permitiu o desenvolvimento do capital comercial e bancário, bem como a sustentação do sistema manufatureiro europeu já maduro, enquanto o latino-americano sequer tinha expressão nas economias locais.

## O contraponto Universal aos Estudos Organizacionais

Entretanto, os marcos históricos para compreender a dependência não se situam exclusivamente no desigual universo das trocas mercantis, ou na construção industrial assimétrica, mas, também, no totalitarismo epistêmico (MIGNOLO, 2003), que produz um uni-versalismo que aponta um único caminho a trilhar para a modernidade, traçado por um conhecimento vinculado à colonialidade. Para Mignolo (2003), “[...] se o ‘colonialismo’ pode ser tomado como uma relíquia do passado, a ‘colonialidade’ está bem viva”. Como destaca Misoczky (2011, p. 347), colonialidade e colonialismo são conceitos interligados, mas que possuem várias diferenças importantes, pois enquanto o último está centrado em uma questão de soberania, a colonialidade refere-se a um padrão de força surgido como resultado da colonização, mas não limitado a um conjunto formal de políticas.

Quijano (1991, 2005) introduziu o conceito de colonialidade do poder para referir-se às estruturas de controle e hegemonia que emergiram do colonialismo. Para ele, a perspectiva epistêmica hegemônica do conhecimento, o eurocentrismo, implica um modo de controlar a subjetividade, o imaginário, a memória e o modo de produção do conhecimento. Por isso, o totalitarismo científico é hoje, de fato, um aspecto da ‘colonialidade global’, isto é, das formas que o ‘colonialismo antigo e territorial’ está a assumir hoje [...]” (MIGNOLO, 2003).

A conquista de identidades através do conhecimento, que constitui a colonialidade epistêmica, o processo de institucionalização do conhecimento como conhecimento científico, permitiu a integração das elites nativas na ideologia anglo-eurocêntrica dominante da modernidade (IBARRA-COLADO, 2006). Ao desenvolver a ideia de “pensamento abissal”, Santos (2010, p. 33) também assigna a essa forma dominante de conhecimento, o “monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento dos conhecimentos alternativos [...]” e, por isso, caracteriza-o pela impossibilidade de “ver” desde uma pluri-versalidade. Nesse quadro, o que está fora do universo que produz a razão moderna, não existe.

Após o fim do período colonial, sob a égide dos Estados Unidos, a ação do bloco central do capital se dirigia ao “desenvolvimento e modernização” das nações do “Terceiro Mundo” num *aggiornamento* da lógica colonialista. É neste contexto que o *management*, ou a ênfase na gestão enquanto poder da eficiência da economia para resolver os problemas da sociedade, é alçado a um papel crucial na modernização e desenvolvimento ajustados ao modelo dominante.

Como consequência, “a gestão norte-americana assumiu uma fachada uni-dimensional sendo uma disciplina sob a colonialidade epistêmica dos Estados Unidos” (ALCADIPANI et al., 2012, p. 133). O estilo de gestão norte-americano tornou-se a maneira correta de administrar e pensar sobre a gestão e foi naturalizado no discurso e nas práticas de desenvolvimento (ALCADIPANI e ROSA, 2011). A tese implícita nesta concepção reside no estabelecimento de uma relação entre o atraso econômico dos países da periferia do sistema, e suas práticas administrativas deformadas, ineficientes, atreladas a uma lógica pernicioso e distante da racionalidade econômica. A mudança, o avanço, o progresso social só seriam

possíveis por meio da modernização, e esta só poderia vir pela integração que o foco na gestão proporciona à lógica do mercado. Essa tese, presente em grande parte da assistência econômica e técnica aos países em desenvolvimento, era legitimada pela referência à modernização e ao projeto global de desenvolvimento (ALCADIPANI et al., 2012), e institucionalizada nas agências de cooperação internacional para o desenvolvimento até os dias atuais. Essas instituições exerceram um papel fundamental “na construção de uma ortodoxia do desenvolvimento e da cooperação, segundo a qual haveria lugares em que recursos (naturais, humanos, sociais e políticos) teriam sido explorados de maneira insuficiente ou inadequada” (MILANI; LOUREIRO, 2013, p. 237).

O fundamento subjacente desta tese que desvela Marini (1994) está no *continuum* no qual o subdesenvolvimento constitui uma etapa anterior ao pleno desenvolvimento, que caracteriza os países centrais. No outro extremo situam-se as nações periféricas, em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização. Assim, o desenvolvimento representaria algo acessível a todos os países, que deveriam se esforçar para reunir as condições adequadas para o feito.

As conexões entre a administração do desenvolvimento e a agenda global neoliberal foram discutidas por Cooke (2004), que as relacionou com o projeto de redução do tamanho do Estado em termos de investimentos, gastos sociais, empregos e âmbitos de atuação pública, adoção de políticas de livre comércio e flexibilidade do mercado de trabalho. Para o autor, a administração do desenvolvimento usa técnicas e linguagem do *management* e reivindica pertencer ao subconjunto da administração pública. No entanto, apesar dessas conexões, a administração do desenvolvimento mantém a sua identidade distinta por meio da orientação do “país em desenvolvimento”.

Assim, se a gestão e a perspectiva estratégica são “produtos” desse universalismo que deriva do enfoque epistêmico unilateral e da hegemonia da razão moderna, a Teoria Marxista da Dependência pode oferecer o contraponto pluri-versal, e desafiar a hegemonia da gestão e organização do Ocidente/Norte (JACKSON, 2012). A TMD, ao explicar as especificidades do ciclo do capital nas economias dependentes e desvendar os processos que conformam a superexploração do trabalho, tem seu foco voltado a uma escala macro societal e é economicamente orientada, o que permite uma melhor compreensão do contexto mais amplo de estratégias de desenvolvimento (MISOCZKY, 2011).

Embora alguns estudos recentes tenham contribuído para a compreensão de realidades locais a partir de perspectivas que diferem do *mainstream* (trabalhos como de IMAS; WESTON, 2012; ISLAM, 2012; SRINIVAS, 2012; UI-HAQ; WESTWOOD, 2012), ainda há muito a ser aprendido sobre a gestão no Sul, uma vez que grande parte dos estudos desse cunho segue uma perspectiva ocidental que pode limitar a compreensão dessas realidades ou porque alguns aspectos interessantes de práticas organizacionais do Sul foram simplesmente ignorados (JACKSON, 2012). Ao fazer referência ao “Sul” em oposição ao “Norte”, é necessário destacar que essa divisão “não é mais uma mera questão de países, mas uma realidade entrelaçada em diferentes localizações geográficas” e os países pertencentes ao Sul “compõem um grupo heterogêneo, com diferentes problemas e agendas” (ALCADIPANI et al., 2012, p. 140).

Este é o modo pelo qual estabelecemos um diálogo com os Estudos Organizacionais, não em busca de soma ou harmonia conceitual, nem de superação de eventuais lacunas técnicas, mas de confronto epistêmico. Para tal, ao *management* e seu “olhar proprietário” desde o topo da hierarquia epistêmica, iluminado pela razão moderna, antepomos a reflexão teórica que recusa a restrição à pequena política e defende a expansão das fronteiras dos Estudos Organizacionais para a gestão das estratégias nacionais para o desenvolvimento.

## Debates sobre Desenvolvimento e Dependência: da Teoria do Desenvolvimento ao Novo Padrão para a Reprodução do Capital

Elaborada por intelectuais latino-americanos na década de 1960, o valor da Teoria Marxista da Dependência (TMD) está em sua potência para explicar as leis de funcionamento do sistema capitalista e, desta forma, as peculiaridades do desenvolvimento socioeconômico que caracteriza a América Latina, especialmente a partir de sua fase de industrialização tardia. A TMD evidencia o papel reservado aos países periféricos na divisão internacional do trabalho e, como reitera Misoczky (2011), tem seus principais conteúdos revalidados e sua atualidade sublinhada pelo atual contexto do novo desenvolvimentismo no continente.

Por meio desse arcabouço teórico, buscava-se “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e forças imperialistas, mesmo quando uma parte deles entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização” (SANTOS, 2000, p. 26). Tratava-se de compreender a reprodução do sistema capitalista nos países periféricos e identificar os traços fundamentais do desenvolvimento dependente que já se havia implantado neles.

Para compreender a TMD, é necessário entender o arcabouço teórico que ela contestou, ou seja, as teorias que explicavam o desenvolvimento da América Latina. A teoria do desenvolvimento tradicional, formulada a partir da observação da constituição das economias dos países capitalistas centrais, conduziu o pensamento sobre o desenvolvimento econômico da região durante longo período (SANTOS, 2000). Inspirada primeiramente na lei das vantagens comparativas de David Ricardo, afirmava que cada país, ao orientar sua economia de acordo com suas “vocações naturais”, especializando-se num tipo de produção, conseguiria obter condições comparativamente favoráveis no comércio internacional. No entanto, esse modelo de desenvolvimento deixava à mostra seu conteúdo e propósito a cada crise no comércio internacional, ao ser responsável por aprofundar os desequilíbrios das economias dos países periféricos.

A crise do colonialismo, iniciada na I Guerra Mundial e acentuada após a II Guerra, pôs em discussão algumas interpretações vigentes nas ciências sociais que explicavam a Revolução Industrial e o surgimento da civilização ocidental como um grande processo social criador da Modernidade. Esta, segundo Dos Santos (2000), alçada à categoria de fenômeno universal, correspondia a um estágio social que todas as sociedades deveriam almejar, ao representar o pleno desenvolvimento da sociedade democrática.

A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal. Por mais que estas construções teóricas pretendam ser construções neutras em termo de valores, era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmava nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio-política a conquistar. Era mais ou menos evidente também uma aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável. (SANTOS, 2000, p. 16)

Nas décadas de 1940-50, intelectuais vinculados à CEPAL debruçaram-se sobre os problemas regionais a partir de uma crítica histórica às relações coloniais. O pensamento elaborado no âmbito dessa organização, que tinha Celso Furtado como um dos seus principais formuladores, trouxe um fundamento de análise econômica, embasamento empírico e apoio institucional em busca de bases autônomas de desenvolvimento, fundamentalmente por intermédio da afirmação da industrialização como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia política (SANTOS, 2000).

Na produção cepalina, a dominância do setor primário-exportador e a ausência de uma indústria dinâmica reproduziam o baixo progresso técnico para o resto da economia, a incapacidade de empregar produtivamente o conjunto da mão de obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais, a deterioração dos termos de troca e a condição periférica (COLISTETE, 2001). A teoria cepalina atingiu o auge nos anos 1950 e 1960, quando esteve no centro dos debates políticos e econômicos nos países da América Latina. No Brasil, suas teses influenciaram não somente os formuladores de políticas, mas também setores do empresariado nacional e, ao longo do tempo, o meio acadêmico (MUNTEAL; VENTAPANE; FREIXO, 2006).

A teoria do desenvolvimento formulada pela CEPAL pretendia responder à insatisfação dos setores nacionalistas dos países que emergiam dos processos de descolonização (MARINI, 1994), em razão das enormes desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais. No entanto, apesar dos países latino-americanos intensificarem o processo de industrialização com o incentivo estatal, não se estabeleceram as bases de um capitalismo autóctone. Ao contrário, as aspirações a um desenvolvimento nacional independente, como consequência do desenvolvimento industrial latino-americano, foram frustradas pelo aprofundamento da dependência da região para com o capital estrangeiro (SANTOS, 2000). O processo de industrialização havia sido liderado pelas empresas multinacionais que dominavam as tecnologias e não as transferiam senão sob a forma do investimento direto que permitia controlar a produção dos países onde investiam.

A incapacidade das teorias do desenvolvimento em dar resposta à situação dos países da América Latina que, ao tempo em que apresentavam elevadas taxas de crescimento econômico, estavam limitados pela profundidade da sua dependência da economia internacional, acumulando miséria, analfabetismo e uma desastrosa distribuição de renda, provocou a necessidade de buscar novos rumos teóricos.

A Teoria da Dependência surgiu, assim, no meio da tensão entre o legado do pensamento da escola estruturalista latino-americana (estruturalismo cepalino) e o marxismo heterodoxo, num contexto conceitual contestado, no qual a principal disputa dizia respeito à fonte da "situação concreta de dependência". Essa disputa deu origem a duas correntes: os reformistas, adeptos da possibilidade de reforma do capitalismo e os marxistas, defensores da mudança social radical (KAY, 1989; BEIGEL, 2010).

Entre os principais autores dependentistas estão Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, para os quais a dependência manifestava-se por meio da conexão entre componentes estruturais internos e externos, ou seja, na conjunção dos fatores históricos e sociais. Para eles, a compreensão da dependência implicava em considerar a integração das economias nacionais ao mercado internacional, bem como a integração social das classes e grupos nacionais com o capital internacional (CARDOSO; FALETO, 1970). Assim estava aceita a irreversibilidade do desenvolvimento dependente, bem como a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa.

A corrente marxista, por sua vez, investe na análise de situações específicas de dependência e no estudo da reprodução do capital em regiões e países, e diverge da abordagem do sistema-mundo que sobrevaloriza o "fator mundial". Para Wallerstein, diz Aguirre Rojas (2003), a dinâmica universal do sistema-mundo exerce influência determinante em qualquer fenômeno histórico passado ou presente dos homens e, desse modo, é minimizado o papel do sistema capitalista nos países. Desde seu início, a TMD apresenta uma interpretação consistente para contestar a ideia de que subdesenvolvimento significa falta de desenvolvimento. Na obra *Dialética da Dependência*, publicada pela primeira vez no México em 1973, Marini discute a forma de inserção das economias periféricas no mercado internacional, ao mesmo tempo em que assinala os mecanismos de acumulação privada de capital e exploração do trabalho na periferia do sistema-mundo. As bases da economia latino-americana apresentam peculiaridades que implicam, para o autor, uma recorrência sistemática à noção de "pré-capitalismo", que se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura e funcionamento, não poderá desenvolver-se nos mesmos parâmetros das economias capitalistas centrais. Mas essa estrutura colaborou para estabelecer bases para a consolidação da divisão internacional do trabalho, pois "a criação da grande

indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes” (MARINI, 2005, p. 142).

A condição para que a América Latina se inserisse na economia internacional esteve relacionada com a grande disponibilidade de minérios e produtos agrícolas, ou seja, com sua capacidade de exploração de matérias-primas, ao passo que as economias industrializadas se especializaram na produção de manufaturas. Assim se constituiu a dependência colonial, a primeira forma histórica da dependência, que assentava na exportação de produtos *in natura* e na qual o capital comercial e financeiro, em aliança com as potências coloniais, dominava as relações entre a Europa e as colônias (AMARAL, 2006).

A Revolução Industrial, que correspondeu, na América Latina, à independência política nas primeiras décadas do século XIX, provocou nas relações comerciais construídas sob o pacto colonial, uma perversa articulação internacional que passava pela produção e exportação de bens primários em troca de produtos manufaturados de maior valor agregado. Foi este processo que, paulatinamente, cristalizou o desequilíbrio das balanças comerciais e alimentou o crescimento das dívidas soberanas desses novos Estados (MARINI, 2005).

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005, p. 140).

Os países latino-americanos também contribuíram para a formação de um mercado de matérias-primas para a indústria dos países centrais, cuja importância crescia atrelada ao próprio desenvolvimento econômico mundial. Além disso, o crescimento da classe trabalhadora somado à elevação da produtividade nesses países constituíam fatores decisivos para a estruturação da grande indústria. Esse momento marcou a segunda forma histórica da dependência, que Amaral (2006) denomina de dependência “financeiro-industrial”, que se consolidou ao final do século XIX, caracterizada pela dominação do grande capital dos centros hegemônicos, e cuja expansão se deu por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo.

A expansão desse modelo nas ex-colônias acarretou abundância na oferta mundial de alimentos e outros bens primários, com a conseqüente queda dos preços internacionais, cuja conseqüência foi a quase irremediável desigualdade das balanças comerciais que perdura até hoje. Ao manterem-se relativamente estáveis os preços dos produtos industriais, a depreciação dos bens primários refletiu-se na deterioração dos termos de troca. Essa deterioração se tornou a expressão da realização de um intercâmbio desigual de mercadorias entre nações industriais e periféricas. Assim, além de ser uma das molas propulsoras do crescimento industrial europeu, a América Latina contribuiu para que o mecanismo de acumulação dos países centrais se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa, ao ser alterada a base de acumulação, da exploração do trabalhador para o aumento da produtividade do trabalho. Entretanto, o desenvolvimento produtivo latino-americano, coerente com o desenvolvimento dependente e coadjuvante de sua economia, percorreu sentido contrário, ao apoiar-se na superexploração da mão de obra e, para Marini (2005, p. 162), “é nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana”. A superexploração da mão de obra nos países dependentes foi um dos mecanismos que permitiu a crescente transferência de valor da periferia para o centro do sistema, uma vez que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscaram tanto corrigir os desequilíbrios entre os preços e o valor das mercadorias exportadas, mas sim compensar as perdas no comércio internacional por meio do recurso à superexploração do trabalhador. (MARINI, 1991; 2005)

Por mais significativa que tivesse sido a industrialização no seio da economia exportadora da região, ela nunca chegou a conformar uma verdadeira economia industrial que, ao definir o caráter e o sentido da acumulação de capital, pudesse acarretar uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Para Marini (2005, p. 166), “ao contrário, a indústria continuou



sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação” e, assim, a América Latina ingressou na etapa da industrialização a partir das bases criadas pela economia de exportação. Este cenário representa a que é considerada a terceira forma histórica da dependência, a tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que investiram na indústria voltada para o mercado interno dos países periféricos (AMARAL, 2006).

Assim, a industrialização latino-americana correspondeu a uma “nova divisão internacional do trabalho” porque, como defende Marini (2005), por volta de 1950, a crise que afetara o capitalismo internacional no período do pós-guerra havia sido superada e a economia reorganizada sob a égide dos Estados Unidos. Nesse contexto, os países centrais contavam com importantes fluxos de capital e buscavam mercados externos para a sua aplicação. Aliado a isso, durante o período de recessão criaram-se bases industriais periféricas, que ofereciam – graças à superexploração do trabalho – possibilidades atrativas de lucro. Paralelamente, um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais incentivava a aplicação dos cada vez mais sofisticados equipamentos produzidos no setor secundário dos países periféricos. Surgiu então, nas economias centrais, a necessidade de impulsionar o processo de industrialização na periferia, com o propósito de criar mercados para a sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico nos países centrais reduzia drasticamente o prazo de reposição do capital fixo, impunha-se a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinários já obsoletos, antes de sua total amortização.

A dependência financeira também é destacada por Amaral (2006) ao assinalar que, num período mais recente (final do século XX e início do século XXI), tem se firmado uma nova fase do capitalismo caracterizada, principalmente, pela transferência de recursos dos países dependentes para os países centrais através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes. Essa fase representa uma nova forma histórica da dependência – a quarta forma histórica – em que ocorre a valorização do capital fictício, que se desdobra tendo como base o capital portador de juros, financiador do investimento produtivo nos países dependentes.

A partir dos anos 1980, o capital estrangeiro assumiu um papel privilegiado na estruturação do mundo subdesenvolvido e dependente (OSORIO, 2012b), com o considerável aumento do investimento externo direto. Segundo o autor, a América Latina constituiu a região onde esses investimentos mais cresceram, relativamente, nos anos 1990, o que mostra o peso do capital estrangeiro na conformação do novo padrão exportador de especialização produtiva. Este novo padrão, cujas principais características são o regresso a produções seletivas, tanto de bens secundários e/ou primários, quanto de realocação de segmentos produtivos (OSORIO, 2012b), começa a tomar forma a partir dos anos 1970-1980 e, sua viabilidade reside na localização de seus principais mercados no exterior.

### *A Reprodução do Capital por Meio de um Padrão Exportador de Especialização Produtiva*

Para Osorio (2012a), a periodização dada pelas formas históricas da dependência pressupõe uma lógica pós-determinada, por meio da qual se tenta entender as mudanças, identificando os traços predominantes de cada momento. Não obstante, para o autor, o problema reside em entender o que as provocou e, para isso, Osorio (2012a) discute o padrão de reprodução do capital enquanto categoria capaz de desvendar e periodizar a lógica que guia os movimentos do capital, sua dinâmica interna, e suas inter-relações dentro do sistema-mundial capitalista. Segundo o autor, a noção de padrão de reprodução do capital permite compreender como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados. O padrão considera também as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e circulação, integrando o processo de

valorização e sua materialização em valores de uso específicos. Ferreira e Luce (2012, p. 17-19) definem assim essa categoria:

Tal como todas as categorias marxianas, o padrão de reprodução do capital não corresponde apenas a uma construção mental, mas existe materialmente na realidade. Dessa forma, se ele emana da leitura dos esquemas de reprodução e do estudo dos ciclos do capital em Marx, por outro lado se nutre da trajetória particular de desenvolvimento do capitalismo latino-americano para encontrar sua especificidade em padrões históricos: (1) padrão agromineiro exportador; (2) padrão industrial e suas subfases (etapa internalizada e etapa industrial diversificada); e (3) novo padrão exportador de especialização produtiva. Com isso, a categoria do *padrão* restabelece o vínculo entre valor e valor de uso, recompondo uma unidade fundamental da análise marxista (FERREIRA; LUCE, 2012, p. 19).

Assim, a “abordagem do padrão” possibilita historicizar a reprodução do capital em formações sociais concretas, e estabelece mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial), e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura). A historicização ocorre em uma dupla dimensão: (1) respondendo às razões que tornam necessário que o capital se valorize assumindo determinadas encarnações em valores de uso específicos em momentos determinados, o que gera formas capitalistas diversas e (2) compreendendo os processos que exigem a emergência, o auge e o declínio de determinado padrão de reprodução do capital, assim como as condições para a emergência e o amadurecimento de um novo, com seu ciclo de auge e posterior declínio e crise. “Essa dupla historicização da reprodução do capital nos permite”, segundo Osorio (2012a, p. 46), “contar com melhores ferramentas para compreender a dinâmica dominante, econômica e política, em termos específicos, e o terreno em que se desenvolvem os conflitos classistas”.

A passagem do capital pelas distintas formas em seu ciclo de reprodução vai deixando marcas na produção e na circulação, escreve Osorio (2012a), que vão permitir desvendar como o capital se reproduz em determinados momentos históricos e lançar luz sobre os ramos ou setores que são privilegiados por investimentos, que tecnologias e meios de produção são utilizados, que valores de uso são produzidos e para que mercados são destinados.

Ao analisar esses aspectos na economia dos países latino-americanos, é possível perceber como atua este novo padrão de reprodução do capital, que tende a se apoiar em alguns eixos, principalmente agrícolas, mineiros, industriais ou de serviços, que constituem, nas diversas economias regionais, vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Osorio (2012b, p. 113) ainda destaca:

A especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida em que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas para não falar da tecnologia e do *design*, sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local.

Estas reflexões qualificam e reforçam a proposta de Gudynas (2009, p. 188) de que está em curso, nesta última década, um “novo extrativismo progressista” na América do Sul, que se caracteriza pelo incentivo a atividades que removem grandes volumes de recursos naturais que não são processados (ou o são limitadamente) antes de serem exportados. Tal extrativismo tem uma longa trajetória na América Latina, no entanto, algumas diferenças podem ser verificadas quando essas atividades são realizadas pelos governos progressistas. A principal delas diz respeito à ação do Estado, “que deixa de ser um mero expectador e passa a se constituir em um ator chave [...], com intervenções tanto diretas como indiretas, sobre os setores extrativistas” (GUDYNAS, 2009, p. 193-194).

Esses governos, afirma Gudynas (2009), têm como característica comum a atribuição de importância fundamental aos setores extrativistas, tornando-os pilares de suas estratégias de desenvolvimento. Para tanto, promovem novos ramos extrativistas

**Tabela 1 - Exportações de bens primários em sete economias sul-americanas (percentuais sobre as exportações totais)**

País	2000	2005	2011	Principal produto exportado (%)
Bolívia	72,3%	89,4%	95,5%	gás natural (42,3%)
Brasil	42,0%	47,3%	66,2%	minério de ferro (16,3%) <sup>1</sup>
Chile	84,0%	89,0%	89,2%	cobre refinado (32,7%)
Colômbia	65,9%	65,3%	82,5%	petróleo cru (40,4%)
Equador	89,9%	91,0%	92,0%	petróleo cru (52,9%)
Peru	83,1%	85,3%	89,3%	ouro (21,7%)
Venezuela	90,9%	90,6%	95,5%	petróleo cru (79,2%)

<sup>1</sup>O segundo principal produto primário de exportação brasileiro é o petróleo cru (8,4%) que, junto com os produtos derivados do petróleo, corresponde a 12,1% do total de exportações (CEPAL, 2012).

Fonte: Elaborado a partir de dados da CEPAL (2012).

e implementam programas para aprofundar a exploração de setores econômicos convencionais, além de ampliar as áreas de extração de produtos primários. A valorização das exportações de matérias-primas revela-se uma marca desses governos, como mostra a Tabela 1, a seguir, que ilustra a participação das exportações de produtos primários no total das exportações de sete economias sul-americanas nos anos de 2000, 2005 e 2011 e o principal produto primário exportado em 2011 por cada uma.

Revela-se, assim, a tendência geral para o crescimento das exportações dos produtos primários nos sete países, com altos níveis de dependência dessa pauta nos casos da Bolívia e da Venezuela, esta última também com a maior dependência de um só produto de exportação. O Brasil, ainda que nenhum produto primário ultrapasse os 20% do total de exportações e o país exiba uma menor dependência do conjunto de bens primários, destaca-se uma tendência crescente da importância desses produtos na pauta de exportação e, portanto, uma inserção dependente crescente no mercado internacional como fornecedor de *commodities*.

Estes dados vêm reforçar o argumento de Osorio (2012b) de que está em vigor nos países da América Latina um novo padrão exportador que se apoia basicamente sobre matérias-primas, sejam elas agrícolas, minerais ou de energia, além de manufaturas baseadas em recursos naturais, que não passam de frágeis intervenções nesses recursos. No Brasil, este programa de "incentivo" é atualmente capitaneado pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e é este argumento que desenvolvemos a seguir.

## A IIRSA, o PAC e um Governo Popular: Desenhasse o Novo Padrão de Reprodução do Capital

Contrariando as expectativas de mudanças radicais, o primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006) não rompeu com a orientação neoliberal da economia e continuou as linhas básicas da política econômica de seu antecessor (MAGALHÃES, 2010). Logo no início do 1º mandato, em 2003, o governo disparou uma política agressiva de exportação – centrada no agronegócio e nos produtos industriais de baixa tecnologia – e implementou medidas cambiais e de crédito para dar eficácia a essa estratégia política econômica. O estímulo à produção de bens primários para favorecer a balança comercial, ao tempo em que ampliou a dependência da economia nacional em relação a esses setores, os reforçou politicamente ao privilegiar seus

interesses na estratégia para o comércio externo, além de atender aos interesses do capital financeiro internacional (MINEIRO, 2010).

No segundo mandato do Presidente Lula (2006-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento veio dar concretude e direção à proposta de desenvolvimento do Governo que, como argumentaremos a seguir, não alterou a trajetória de reprimarização da pauta de exportações do país. Lançado em janeiro de 2007, o PAC constituiu o principal instrumento de política econômica para estimular o crescimento da economia nacional, por meio de ajustes estruturais e investimentos dirigidos para alguns setores da economia.

Os eixos do PAC dividem-se em cinco grandes blocos: (1) investimento em infraestrutura; (2) estímulo ao crédito e financiamento; (3) melhoria do ambiente de investimento; (4) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e (5) implantação de medidas fiscais de longo prazo (BRASIL, 2007a; 2007b). O carro-chefe do programa sempre foi o investimento em infraestrutura, uma vez que, para este bloco, o PAC previa no quadriênio 2007-2010 um total de R\$ 503,9 bilhões em investimentos públicos e privados, distribuídos em três eixos: (1) Logística (construção e recuperação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); (2) Energética (investimentos na geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis); e (3) Infraestrutura social e urbana (investimentos em saneamento, habitação, transporte urbano, Luz para Todos e recursos hídricos) (BRASIL, 2007a).

O eixo da infraestrutura Energética obteve o maior volume de recursos no período 2007-2010 (R\$ 274,8 bilhões) e teve um incremento de 7% em janeiro de 2009. Na ocasião do lançamento do PAC, era o único eixo em que havia previsão de investimentos após 2010 e com a ampliação de recursos saltou para R\$ 464 bilhões (um incremento de mais de 145%). Ressalta-se, porém, que a previsão de investimentos nos programas em petróleo e gás natural no lançamento do PAC concentrava mais de 65% do total para os anos de 2007 a 2010 e 73% pós 2010.

Em março de 2010, o governo lançou o PAC2 que incorporou ações nas áreas social e urbana, além de ampliar os recursos para a infraestrutura logística e energética. Novamente, as ações relacionadas à Energia receberam o maior aporte dos investimentos e, dos R\$ 631,4 bilhões previstos para serem investidos após 2014, R\$ 626,9 bilhões (ou mais de 99%) serão destinados a esse eixo. No eixo Energia e, mais especificamente, no que diz respeito à exploração de petróleo e gás natural, o PAC2 conta com uma volumosa provisão de recursos em pesquisas exploratórias, perfuração de poços, construção de plataformas petrolíferas e desenvolvimento da produção (incluindo a exploração do potencial produtivo em grandes profundidades da camada pré-sal).

Os volumosos investimentos indicam que a atual política de desenvolvimento atribui à produção de petróleo um papel chave na economia e tem por objetivo inserir o Brasil no cenário internacional como exportador desse produto. Viola e Franchini (2012) reforçam estas interpretações e apontam o incentivo oficial à massiva exploração de petróleo, tendo como exemplo a redução a zero da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) para petróleo e derivados em junho de 2012. Assim, é inegável que todos esses incentivos provocam o crescimento da produção e exportação de petróleo a cada ano no Brasil. Desde 2002, o País tem exportado petróleo a taxas crescentes (CEPAL, 2010), como mostra o nível de produção em 2009 de quase 1,7 milhão de barris, que representou um incremento de 48% em relação a 2001.

No Plano Decenal de Expansão de Energia, publicado em junho de 2011, consta que "em que pese o significativo aumento da produção nos próximos anos, verifica-se uma diminuição da sua fatia na composição da matriz, visto que a maior parte da oferta adicional será voltada para o mercado externo (exportação)" (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2011, p. 1). A previsão é a de que se reduza de 38,5% (em 2010) para 31,8% (em 2020) a participação de petróleo e derivados na matriz energética nacional, visto que a maior parte da oferta adicional será voltada para o mercado externo. No mercado interno, a gasolina continuará a ser crescentemente adicionada com álcool hidratado. Em 2020, cerca de 50% da produção brasileira será destinada ao mercado externo (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2011).

A meta do Brasil para os próximos 10 anos é triplicar a produção anual de petróleo e gás, tornando o setor responsável por 67% do investimento previsto para todo setor energético (BRASIL, 2012). Segundo dados da Petrobras (2012), em março de 2010 a empresa atingiu o recorde histórico de exportações, com 22,73 milhões de barris no mês. O maior destino das exportações foram os Estados Unidos (32%), seguido da Índia (22%), da China (20%) e da Europa (18%).

A demanda persistente, fruto, em parte, da entrada agressiva da China e da Índia no comércio internacional, elevou o preço das *commodities* nos mercados internacionais. Este cenário determinou uma rápida ampliação do mercado desses produtos, estimulou o crescimento momentâneo do setor e impactou positivamente os indicadores econômicos do país, mas limitado a uma condição que não se sustenta no longo prazo (MAGALHÃES, 2010), uma vez que são recursos não-renováveis e, no caso dos produtos alimentares, apresentam baixa estabilidade-renda da sua demanda. Por estas razões, Gudynas (2009) assinala que o novo extrativismo em vigência nos países sul-americanos é funcional à globalização comercial-financeira, uma vez que mantém a inserção internacional subordinada dos países sul-americanos na divisão internacional do trabalho.

A exportação de produtos primários também traz outras consequências no que diz respeito à industrialização dos países com recursos naturais abundantes e que logram certa especialização na produção de alimentos. Passarinho (2010) salienta algumas consequências desse modelo em curso, ao assinalar o acelerado processo de desnacionalização do nosso parque produtivo, a trajetória de reprimarização da pauta de exportações, a manutenção de medidas de liberalização financeira e nenhuma autonomia na estratégica área de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos. A partir dos dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Ouriques (2010, p. 1) também destaca que entre 1980 e 2007, "a participação do setor industrial no valor adicionado total da economia brasileira recuou 6,2 pontos percentuais", tendência que foi acentuada no período posterior. A participação da indústria de transformação no PIB brasileiro foi de 18% entre 2008 e 2010, o que correspondeu a uma grande regressão se comparado à participação de 33% de 1980 (CANO, 2012).

Quanto ao balanço de pagamentos, a origem do "superávit comercial" produz-se a partir da exportação de produtos agrícolas e minerais (OURIQUES, 2010), amargando imenso déficit na área de eletro-eletrônicos, fármacos, química e equipamentos mecânicos, por exemplo. Em 2009, este déficit rondou os 44 bilhões de dólares. A gravidade da evolução estrutural recente da economia brasileira é confirmada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009), que constatou que, entre 1980 e 1996, a participação da indústria brasileira no PIB reduziu-se em 50%. Segundo o Instituto, um dos principais fatores dessa evolução desfavorável foi a forte apreciação do câmbio, que não foi recuperada mesmo no período 1997-2008 quando a economia brasileira crescia a taxas mais altas. Sobressai também o fato de que a economia brasileira que sobreviveu à apreciação cambial é basicamente a de menor valor agregado, elevando significativamente o peso das *commodities* nas exportações brasileiras. Assim, os produtos que responderam pela maior competitividade internacional das exportações brasileiras são oriundos da exploração intensiva de recursos naturais.

Aliado a essa diminuição da exportação de produtos manufaturados, os dados do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 2008) revelam que, dentre os produtos manufaturados exportados pelo Brasil, 47,6% referem-se a produtos de baixa e média-baixa tecnologia. Em contrapartida, as exportações de países como Estados Unidos, Japão e China são compostas por produtos industriais (94,4%, 99,8% e 97,7%, respectivamente), em especial produtos de alta e média-alta tecnologia. Por sua vez, a inserção do Brasil na economia internacional está, em grande medida, relacionada à disponibilidade de produtos oriundos de atividades extrativistas, o que permite que os países industriais continuem a aperfeiçoar a produção de bens industrializados – aprofundando, com isso, a divisão internacional do trabalho. Em acordo com o posicionamento sustentado pelo governo brasileiro, a produção e a exportação de petróleo crescem a cada ano, incentivadas por recursos financeiros

oriundos, predominantemente, do PAC. Esse é mais um dos fatores que apontam para a inserção subordinada do País no sistema capitalista internacional e demonstra a validade dos argumentos de Marini (2005) para a compreensão dos mecanismos de reprodução do capitalismo contemporâneo.

Convém destacar que as obras de infraestrutura inseridas no PAC revelam forte convergência com a agenda de projetos estruturada pela Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um programa dos doze países sul-americanos, lançado em 2000, com o objetivo de estabelecer uma agenda comum de projetos de integração no continente. Tanto a IIRSA como o PAC concebem o investimento em infraestrutura como um elemento catalisador do crescimento e desenvolvimento econômico (AMARAL, 2013). Ao lançar seus investimentos prioritariamente em infra-estrutura, Verdum (2008) defende que o PAC integra uma estratégia dos setores dominantes da economia que orientam o processo de expansão e modernização econômica brasileira para as regiões do território nacional ainda imperfeitamente integradas ao sistema econômico capitalista, e também na direção dos outros países do continente. Verdum (2008) lembra que entre essas projeções estão as pretensões de buscar uma saída para o Pacífico e encurtar as saídas para o Atlântico de algumas atividades produtivas brasileiras, especialmente a exportação de *commodities* para os países da Ásia, sobretudo China e Índia.

O PAC é a expressão nacional do IIRSA, defende Leher (2007), e tem como objetivo central ratificar a inclusão do Brasil na geografia econômica desenhada pelo imperialismo. Segundo o autor, o PAC, em seu lançamento, projetava a possibilidade de uma inflexão estrutural, na qual o Estado assumia novamente a centralidade do agente econômico e de planificação. Mas a projeção não ocorreu e o Estado nunca abandonou seu papel de operador da economia (LEHER, 2007), subalternizado à necessidade de gerar superávit primário e produzir um ajuste fiscal de longo prazo (para viabilizar o pagamento dos juros das dívidas interna e externa), agravando assim a reprimarização da economia e a condição dependente do país. Por tudo isto, o PAC nunca questionou o modelo econômico vigente como afirma igualmente Ávila (2007) e, pelo contrário, revela-se um instrumento para “ajustar sutilmente” a política do Estado aos interesses do grande capital, isso sim, com o apoio inflado dos programas de transferência de renda e a crescente valorização da política enquanto uma gestão eficiente do governo e da economia.

O grande paradoxo dessa política cujo fundamento principal concentra-se na competição internacional como fornecedor de *commodities*, da qual o PAC é um grande impulsionador, reside no fato de que se intensificam a perda de poder aquisitivo dos assalariados na dinâmica do mercado interno e a precarização em geral das condições de trabalho e de vida da maioria da população. Aliás, Osorio (2012b) argumenta que a deteriorização dos salários e das condições laborais em geral apontam para o centro da dinâmica e da reprodução do novo padrão de especialização produtiva. Ao destacar que mais de 15% dos trabalhadores no Brasil sobrevivem com apenas um salário mínimo, ao mesmo tempo em que os 10% mais ricos do país tiveram seus rendimentos elevados em aproximadamente 10% no período de 12 anos (1996-2008), Osorio (2012b) reitera que o novo padrão de especialização produtiva gera estruturas produtivas divorciadas das necessidades da maioria da população e volta-se prioritariamente para atender aos interesses do capital internacional. Como já apontado por Marini (2005) e reforçado por Osorio (2012b), essas características aliadas à dependência nas esferas tecnológica e financeira, mantêm a subordinação do Brasil à divisão internacional do trabalho.

## Considerações Finais

O Programa de Aceleração do Crescimento foi apresentado, pelos governos populares eleitos no Brasil, como a estratégia para a retomada dos planos de desenvolvimento nacionais conduzidos por um Estado forte. Concretização “vitoriosa” e melhor acabada dos setores progressistas que conquistaram e formaram governos

populares, o PAC veio embalado pelos discursos anti-imperialistas e “a defesa do desenvolvimento nacional, compreendido como meio de autonomia dos estados nacionais”, perspectiva que Mota, Amaral e Peruzzo (2012, p.155) denominam de “novo-desenvolvimentismo”.

A análise dos investimentos realizados pelo PAC revela a sua concentração em projetos de ampliação da infraestrutura logística, produtiva e energética, assim como investimentos em moradia popular e políticas sociais. Assim é que o PAC alimenta a possibilidade de um modelo de desenvolvimento nacional que, ao se articular com políticas sociais compensatórias, pode criar um estado de bem estar social na América Latina (MOTA; AMARAL; PERUZZO, 2012) ou o que a Presidente Dilma Rousseff denominou de “país de classe média”.

Mas tal política atribui à exploração de produtos primários como o petróleo um papel chave na economia, devido à sua destacada importância estratégica internacional. A explosão da demanda por bens primários neste início de milênio, pressionada pela demanda gerada pela galopante industrialização da China, provocou um aumento exponencial de seu valor no mercado, o que favoreceu esta opção. Assim, no cenário que se desenha desde a última década nos países latino-americanos, bafejados por resultados eleitorais que posicionaram as forças políticas progressistas na condução dos rumos de várias nações do continente, assistiu-se à instalação de um novo extrativismo e à ampliação dos setores extrativistas existentes.

Os aspectos negativos deste modelo estão na reprimarização das exportações nas economias periféricas e no círculo vicioso da especialização retrógrada que afeta as indústrias e as economias. Aliada às medidas de liberalização financeira, ao acelerado processo de desnacionalização dos parques produtivos e à limitada autonomia na estratégica área de geração de conhecimentos científicos e tecnológicos, a dependência dos países periféricos é reproduzida, aprofundando a inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. A partir deste balanço, desenha-se a emergência de um novo padrão exportador de reprodução do capital – caracterizado pela especialização produtiva – marcado fundamentalmente pelo regresso a produções seletivas, seja de bens secundários e/ou primários voltados prioritariamente para a exportação. Ao mesmo tempo em que esse novo padrão de especialização produtiva multiplica o volume de exportações, os salários e as condições gerais de trabalho e de vida da maioria da população denotam uma precarização crescente. Como defende Harvey (2012), retomam-se os processos de novas espoliações dos países periféricos e a eliminação consistente do emprego. Esses fatores evidenciam as tendências profundas do capitalismo dependente apontadas por Osorio (2012b), ou seja, a exploração redobrada e em especial, a geração de estruturas produtivas divorciadas das necessidades da população trabalhadora.

O PAC, enquanto norteador dos planos estratégicos de desenvolvimento conduzidos pelo Governo Federal e ao mesmo tempo provocador do novo padrão exportador de especialização produtiva no Brasil, revisita, sob uma nova roupagem, os sinais da lógica da dependência, ao dar forma a uma contraditória composição entre autonomia nacional e adequações ao sistema econômico mundial. Essas contradições, originadas nas disputas pelo projeto de nação, desenham as ações e prioridades de investimentos inscritas no PAC e evidenciam o modo de inserção do Brasil no sistema econômico mundial. Por estas razões, a Teoria Marxista da Dependência mostra sua potência para interpretar as leis de funcionamento do capital, o papel subsidiário destinado aos países periféricos da América Latina e os mecanismos pelos quais estes processos se operam, e que o novo desenvolvimentismo progressista não altera. Se de um lado o PAC representa a ilusão da retomada das definições de planejamento e do investimento público pelo Estado, privilegiando a modernização da infraestrutura logística, produtiva e energética do Brasil, de outro representa o real atendimento aos interesses de frações do capital internacional, ligadas aos centros dinâmicos do capitalismo central, gerando estruturas produtivas fragmentadas, baseadas no uso intensivo de energia e de força de trabalho hiperexplorada e sob direção do capital transnacional (LEHER, 2007). Tais fatores revalidam os principais conteúdos da TMD e mostram

sua pertinência para analisar as regiões e países periféricos de forma a compreender o desenvolvimento do capitalismo no continente sul-americano.

A análise do PAC a partir da Teoria Marxista da Dependência contribui para a construção de um conhecimento organizacional desde a perspectiva da “alteridade”, como propunha Ibarra-Colado (2006) ao analisar as realidades organizacionais da América Latina a partir do ponto de vista da história específica de sua formação econômica, política e de seu vasto patrimônio cultural. Sendo assim, a lógica uni-versalista do *management*, aliada utilitariamente a um restrito enfoque micro da gestão – pois às corporações interessava exclusivamente a eficiência econômica e, para isso, o protecionismo do Estado (Ibarra-Colado, 2006) – nada tem de original e é mera tradução dos interesses das nações centrais (do Ocidente ou, ainda, do Norte), e alienada das questões nacionais.

É neste sentido que a TMD, assim como o enfoque pós-colonial, representa um contraponto à abdicação dos Estudos Organizacionais perante os grandes problemas nacionais, e permite, como neste caso, enfrentar uma interpretação do modelo de desenvolvimento e de seu instrumento gestor, o PAC, sem o adesismo aos interesses do Centro, mas a partir suas próprias referências históricas. Ao desvelar e produzir uma explicação sobre as leis próprias de funcionamento do capitalismo dependente latino-americano, enquanto modalidade *sui generis* da economia mundial, a TMD ilumina os aspectos mais relevantes da realidade da região e contribui de forma significativa nas discussões sobre o desenvolvimento e dos respectivos megaprojetos de modernização.

As mudanças estruturais – anunciadas na instalação no país de um “governo popular” – às quais o PAC veio dar formalidade, alavancaram o crescimento da economia que, beneficiado pela conjuntura da hipervalorização das *commodities* no mercado internacional, desenhou um novo padrão reprodutivo que atualizou a forma de dominação das economias da periferia do mundo. Esta interpretação dá um renovado sentido à tese de Oliveira (2010) a respeito da “hegemonia às avessas”; a aparência da alteração da direção moral da ação política, na verdade, representa um consentimento dos tradicionais grupos dominantes em ser politicamente conduzidos pelos dominados. Assim, o PAC, ao parecer recolocar o Estado na iniciativa de definir os rumos do desenvolvimento, na verdade põe a salvo o questionamento sobre os mecanismos fundamentais da exploração capitalista. Passados mais de 40 anos da publicação da obra *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*, de André Gunder Frank (1967), parece de novo muito atual o alerta que ele fazia para as falsas esperanças de superação da dependência que o desenvolvimentismo reformista provocava.

A exposição das contradições que marcam este programa, tomado como peça direcionadora da política e da gestão do desenvolvimento econômico nacional, possibilita um novo olhar sobre o objeto, que reafirme a necessidade de direcionar as análises das questões de gestão à dimensão macro societal da sociedade contemporânea e à sua leitura política.

Aos estudos das formas organizativas cabe também discutir as grandes temáticas que afetam o nosso tempo e o nosso mundo, mediadas por seus mecanismos e estratégias gerenciais. Nesse sentido, a reconsideração da Teoria Marxista da Dependência pode enriquecer a nossa forma de entender o capitalismo global e liberar pelo menos parte dos Estudos Organizacionais da hegemonia do *management*, abrindo possibilidades para vários diálogos interdisciplinares e interculturais (MISOCZKY, 2011).

Ademais, cremos que as reflexões realizadas no trabalho abram novos questionamentos para discutir os impactos dos projetos inseridos no PAC, no ordenamento e organização da sociedade e sobre possibilidades de analisar os efeitos destes impactos nas relações de trabalho, no papel das empresas brasileiras nesse contexto, na distribuição de renda e na qualidade de vida das populações atingidas pelas “grandes obras do PAC”, numa dimensão micro de análise.



## Referências

- AGUIRRE ROJAS, C. A. *Immanuel Wallerstein: crítica del sistema-mundo capitalista*. México: Era, 2003.
- ALCADIPANI, R.; ROSA, A. R. From global management to glocal management: Latin American perspectives as a counter-dominant management epistemology. *Canadian Journal of Administrative Sciences*, v. 28, p. 453-66, 2011.
- ALCADIPANI, R. et al. Southern voices in management and organization knowledge. *Organization*, v. 19, p. 131-43, 2012.
- AMARAL, M. S. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- AMARAL, A. S. *Os grandes projetos de infraestrutura, com participação do Brasil, no país e na América do Sul: uma análise a partir da teoria do subimperialismo*. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ÁVILA, R. V. *PAC: programa de atendimento aos credores*, 2007. Disponível em: <<http://www.divida-auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 15 maio 2013.
- BEIGEL, F. Dependency analysis: the creation of new social theory in Latin America. In: PATEL, S. (Ed). *The international handbook on diverse sociological traditions*. London: SAGE, 2010. p. 189-200.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Plano plurianual 2008-2011: orientações estratégicas do Ministério da Ciência e Tecnologia*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0204/204825.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0204/204825.pdf)>. Acesso em: 1 mai. 2012.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010: material para a imprensa*. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC-integra.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2011.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Apresentação de lançamento do PAC em 22/01/2007*. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122\\_PAC\\_medidas\\_institucionais.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2011.
- BRASIL. Portal Brasil. *PAC energia*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/pac-energia>>. Acesso em: 1 mai. 2012.
- CANO, W. *A desindustrialização no Brasil: texto para discussão*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, n. 200, jan. 2012.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CEPAL — COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2010*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2010.
- CEPAL — COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2012*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2012.
- COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, abr. 2001.
- COOKE, B. The managing of the (third) world. *Organization*, v. 11, n. 5, p. 603-29, 2004.

- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2020*: informe à imprensa. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20110606\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20110606_1.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2012.
- FERREIRA, C.; LUCE, M. Introdução. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital*: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 9-20.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. São Paulo: Contraponto, 2007.
- FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review, 1967.
- GUDYNAS, E. *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo*: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano atual. [S.l.: snt.], 2009. Disponível em: <<http://www.extractivismo.com/documentos/capitulos/GudynasExtractivismoSociedadDesarrollo09.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2012.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, v. 13, p. 463-88, 2006.
- IMAS, J. M.; WESTOM, A. From Harare to Rio de Janeiro: *Kukiya-Favela* organization of the excluded. *Organization*, v. 19, n. 2, p. 205-27, 2012.
- IPEA — INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Brasil em desenvolvimento*: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 2009.
- ISLAM, G. Can the subaltern eat? Anthropophagic culture as a Brazilian lens on post-colonial theory. *Organization*, v. 19, n. 2, p. 159-80, 2012.
- JACKSON, T. Postcolonialism and organizational knowledge in the wake of China's presence in Africa: interrogating south-south relations. *Organization*, v. 19, n. 2, p. 181-204, 2012.
- KAY, C. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- LEHER, R. *Programa de Aceleração do Crescimento: educação e heteronomia cultural*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 5., 2007, Campinas - SP. Anais.... São Paulo: Cemarx, 2007. p. 1-8.
- MAGALHÃES, J. P. A. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In: MINEIRO, A. S. et al. *Os anos Lula*: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-34.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-80.
- MARINI, R. M. *En torno a la dialéctica de la dependencia*. 1991. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/005\\_torno\\_dialectica\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/005_torno_dialectica_es.htm)>. Acesso em: 1 jun. 2012.
- MARINI, R. M. *La crisis del desarrollismo*. 1994. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/026\\_crisis\\_desarrollismo\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/026_crisis_desarrollismo_es.htm)>. Acesso em: 1 jun. 2012.
- MILANI, C. R. S.; LOUREIRO, J. C. S. Cooperação internacional e desenvolvimento: análise da atuação de agências internacionais em Duque de Caxias (Rio de Janeiro). *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 234-55, 2013.
- MINEIRO, A. Desenvolvimento e inserção externa: algumas considerações sobre o período 2003-2009 no Brasil. In: MINEIRO, A. S. et al. *Os anos Lula*: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 133-59.

- MISOCZKY, M. C. World visions in dispute in contemporary Latin America: development x harmonic life. *Organization*, v. 18, n. 3, p. 345-63, 2011.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A.; PERUZZO, J. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-78.
- MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A. João Goulart: um Brasil a ser construído. In: MUNTEAL, O.; VENTAPANE, J.; FREIXO, A. (Orgs.) *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006. p. 7-36.
- OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.) *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-7.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.
- OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.) *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-133.
- OURIQUES, N. *O lugar do Brasil no mundo. Carta Maior*. 18 ago. 2010. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna\\_id=4750](http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4750)>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- PASSARINHO, P. Apresentação. In: MINEIRO, A. S. et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 7-17.
- PAULA, J. A. Caio Prado Junior e o desenvolvimento brasileiro. *Pesquisa & Debate*, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2006.
- PETROBRAS. *Recorde de exportação de petróleo em março*. 2012. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/recorde-de-exportacao-de-petroleo-em-marco/>>. Acesso em: 3 mar. 2012.
- PRADO JUNIOR, C. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura e conocimiento en América Latina. *Anuário Mariateguiano*, v. 9 n. 9, p. 113-121, 1991.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.) *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez/Outro Brasil, 2005.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.
- SANTOS, T. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SRINIVAS, N. Epistemic and performative quests for authentic management in India. *Organization*, v. 19, n. 2, p. 145-58, 2012.
- UI-HAQ, S.; WESTWOOD, R. The politics of knowledge, epistemological occlusion and Islamic management and organization knowledge. *Organization*, v. 19, n. 2, p. 229-57, 2012.

VERDUM, R. Introdução. In: VERDUM, R. (Org.). *Financiamento e megaprojetos: uma interpretação da dinâmica regional sul-americana*. Brasília: INESC, 2008. p. 7-19.

VIOLA, E; FRANCHINI, M. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. *Cad. EBAPE.BR*, v. 10, n. 3, p. 470-91, 2012.

**Submissão: 01/11/2013**

**Aprovação: 28/08/2014**



# Normas para Submissão e Publicação



## **Diretrizes para Autores**

As submissões devem ser feitas exclusivamente pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revista, SEER, disponível em [www.revistaoes.ufba.br](http://www.revistaoes.ufba.br), isto de acordo com as normas indicadas a seguir.

### **Itens de Verificação para Submissão**

1. Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.
2. É uma contribuição original e inédita dentro do escopo.
3. Não foi publicado antes em outros periódicos e livros.
4. Não está em avaliação em outra publicação.
5. É assinado por no máximo 3 (três) autores.
6. Está ciente que o trabalho de autores ou coautores de uma mesma instituição e uma mesma localidade será publicado se a quantidade de trabalhos publicados em um ano com autores e coautores nessas condições não exceda 15% do total de modo a não configurar concentração.
7. Está ciente que o trabalho será publicado apenas quando autores ou coautores não tiverem publicado no mesmo ano.
8. Está ciente que não deve ter como autor ou coautor o Editor-Chefe nem os Editores Associados, particularmente quando esses últimos são responsáveis por seções e temas.
9. Está ciente que o trabalho com autores ou coautores do Conselho Editorial e da Universidade Federal da Bahia será publicado apenas se: esses autores e coautores não participem do processo de avaliação, e a quantidade de trabalhos publicados em um ano com autores e coautores nessas condições não exceda 15% do total de modo a não configurar endogenia.
10. O texto não contém informações sobre os autores, e inclusive as "Propriedades do Autor" foram limpas.
11. O texto: é digitado de forma sequencial, sem espaços ociosos, utilizando os editores de texto de maior difusão; tem espaço simples, fonte de 12 (doze) pontos e não excede 20 laudas; emprega itálico ao invés de sublinhar; tem inseridas figuras e tabelas e não no final nem em arquivo anexo; e está gravado em extensão RTF (Rich Text Format) ou em formato Microsoft Word.
12. É em Português, Inglês, Francês ou Espanhol.
13. Independente da língua tem os seguintes elementos em Português e Inglês: título; resumo de até 15 (quinze) linhas ou 150 (cento e cinquenta) palavras; e palavras-chave, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco).
14. Apresenta as citações e as referências nos padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT.
15. Tem todos os endereços "URL" ativos.
16. Tem incluídos na submissão todos os metadados indicados no formulário.
17. Está ciente que ao ser submetido deve passar primeiro por Desk Review, podendo ser recusado ou aceito para avaliação.
18. Está ciente que ao ser aceito para avaliação, deve ser designado sem identificação ("avaliação cega") para no mínimo 2 (dois) avaliadores com domínio sobre o conteúdo do tema ("avaliação por pares").
19. Está ciente que ao ser avaliado, pode receber críticas e sugestões, ser revisado e, no final desse processo, ser aceito para publicação, com ou sem alterações, ou recusado.
20. Está ciente que os autores devem concordar com os seguintes termos relativos aos Direitos Autorais: (a) Autores mantêm os direitos autorais e concedem ao Periódico Organizações e Sociedade, O&S, e à Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA, o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho; (b) Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nessa revista. (c) Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal).



**Revista Organizações & Sociedade, O&S**

Site: <http://www.revistaoes.ufba.br>

E-mail: [revistaoes@ufba.br](mailto:revistaoes@ufba.br)

Telefone: 55 71 3283 7344

Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, UFBA,  
3. andar, sala 31 (I),  
Av. Reitor Miguel Calmon, s/n - Vale do Canela,  
CEP 40100-903 - Bahia - Brasil

*Versão Online*

Organizações & Sociedade (O&S)

ISSN (*Online*) 1984-9230

## Teorias Organizacionais e Materialismo Histórico

Claudio Gurgel  
Agatha Justen

## Superando Dicotomias Através do Espaço: a Contribuição do Materialismo Dialético aos Estudos Organizacionais

Daniel S. Lacerda

## Dos Antagonismos na Apropriação Capitalista da Água à sua Concepção como Bem Comum

Rafael Kruter Flores  
Maria Ceci Misoczky

## Mérito, Reprodução Social e Estratificação Social: apontamentos e contribuições para os estudos organizacionais

Diogo Henrique Helal

## Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento

Priscilla Borgonhoni Chagas  
Cristina Amélia Carvalho  
Fábio Freitas Schilling Marquesan

